

**Universidade Federal de Juiz de Fora**  
**Pós-Graduação em Ciência da Religião**  
**Mestrado em Ciência da Religião**

**Heiberle Hirsberg Horácio**

**LIBERALISMO E RELIGIÃO NA CULTURA POLÍTICA MINEIRA DO PRIMEIRO  
REINADO: UMA ANÁLISE DO PERIÓDICO *O UNIVERSAL* DE OURO PRETO**

**Juiz de Fora**  
**2009**

Heiberle Hirsberg Horácio

**LIBERALISMO E RELIGIÃO NA CULTURA POLÍTICA MINEIRA DO PRIMEIRO  
REINADO: UMA ANÁLISE DO PERIÓDICO *O UNIVERSAL* DE OURO PRETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, área de concentração: Ciências Sociais da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Wilmar do Valle Barbosa

Juiz de Fora  
2009

Heiberle Hirsberg Horácio

**LIBERALISMO E RELIGIÃO NA CULTURA POLÍTICA MINEIRA DO PRIMEIRO  
REINADO: UMA ANÁLISE DO PERIÓDICO *O UNIVERSAL* DE OURO PRETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Área de Concentração em Ciências Sociais da Religião, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião.

Aprovada em: 27/05/2009.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Wilmar do Valle Barbosa - Orientador  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto  
Universidade Federal de Pelotas

---

Prof. Dr. Wlamir José da Silva  
Universidade Federal de São João del Rei

## **AGRADECIMENTOS**

Quero sinceramente agradecer ao professor Wlamir Silva, pois mesmo não participando diretamente da elaboração dessa dissertação, colaborou muito com ela, uma vez que na minha graduação abriu-me as portas e conduziu-me para a pesquisa acadêmica relacionada a um período tão importante para a compreensão de Minas Gerais. Agradeço também ao meu atual orientador Wilmar do Valle Barbosa, homem que surpreende pela inteligência e consistência argumentativa. Quero agradecer ao Professor Francisco Luiz Pereira da Silva Neto por sempre ter sido generoso e atencioso em nossos encontros, e ratificar que o considero um dos melhores professores que já tive. Agradecimentos especiais para a minha companheira Milene Pimentel, ao meu amigo Helyon companheiro de todas as horas, e aos meus também amigos e companheiros, Rodrigo Melo, Breno Machado, Daniel Albergaria, Carlos Procópio e Gabriela Martins. Não poderia deixar de agradecer ao Antônio Celestino, minha família, os professores que compuseram a banca e todos os demais professores do departamento.

Heiberle Hirsberg Horácio

## RESUMO

Nesta dissertação, procurei compreender como no Primeiro Reinado (momento de edificação de um Estado Nacional propriamente brasileiro) a elite política mineira liberal-constitucionalista em seu projeto político didático-pedagógico de implementação de um liberalismo (tido pelos historiadores como moderado) norteado pela afirmação das leis e da Constituição que a permitiriam uma maior representatividade no âmbito governamental brasileiro, relacionou-se com aqueles que defendiam o poder centralizado nas mãos do Imperador, entre eles a Igreja (instituição base do absolutismo no Brasil) e com o simbolismo religioso. Tendo em vista o exercício dos liberais de elaborar e difundir uma visão diversificada da religião.

Destaca-se nessa atuação liberal como meio de ação hegemônica a imprensa, aqui particularmente o periódico liberal O Universal (1825-1842) da capital Ouro Preto, que era o periódico de referência da província, o de maior longevidade e que possuía como mentor intelectual o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Palavras-chave: Imprensa. Cultura política. Religião e liberalismo.

## RÉSUMÉ

Dans cette dissertation j'ai cherché à comprendre comment dans le Premier Règne (moment de l'élaboration de l'État National Brésilien), l'élite politique libérale - constitutionnelle de Minas Gerais, dans son projet politique didactico-pédagogique d'introduction d'un libéralisme (que les historiens jugent modéré) guidé par l'affirmation des lois et de la Constitution qui va permettre une plus grande représentativité dans le contexte gouvernemental brésilien, on a rapporté avec les qui ont soutenu le pouvoir centralisé dans les mains de l'Empereur, entre eux l'Église (institution base de l'absolutisme au Brésil) et avec le symbolisme religieux. Ayant en vue l'exercice des libéraux d'élaborer et diffuser une vision diversifiée de la religion. Qui s'est détachée dans cette action libérale comme un moyen d'action hégémonique, la presse, ici particulièrement le périodique "O Universal" -1825-1842 de la capitale Ouro Preto, qui a été le périodique de référence de la province et le plus grand en longévité.

Mots-clés: Presse. Culture politique. Religion et libéralisme.

“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”. João  
Guimarães Rosa

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	01
<b>1 – REPRESENTANTES E REPRESENTADOS NA SOCIEDADE MINEIRA DE ABASTECIMENTO</b> .....	09
1.1 - Introdução à economia de abastecimento mineira do início do século XIX.....	09
1.2 - São João del Rei, Ouro Preto e Mariana – importantes cidades mineiras.....	17
1.3 - A elite política liberal mineira.....	21
1.4 - A imprensa como instrumento da elite liberal mineira.....	24
1.5 - Características da imprensa mineira no Primeiro Reinado.....	27
1.6 - Os periódicos mineiros do Primeiro Reinado.....	36
1.7- Absolutistas: ligados à Igreja e oponentes dos liberais.....	38
1.8 - Os integrantes da elite política liberal mineira.....	41
<b>2 - LIBERAIS VERSUS INSTITUIÇÕES CENTRALIZADORAS</b> .....	45
2.1 - Liberalismo mineiro no Primeiro Reinado.....	49
2.2 - Ofensas ao Rei apenas por vias indiretas.....	54
<b>3 – CATOLICISMO TRADICIONAL VERSUS RELIGIOSIDADE LIBERAL</b> .....	64
3.1 Os liberais e a desconstrução da infalibilidade da Igreja.....	64
3.2 Intercambiando Signos.....	83
3.3. Constituição, Leis e Religião.....	85
<b>CONCLUSÃO</b> .....	95
<b>FONTES</b> .....	97
<b>RERERÊNCIAS</b> .....	98

## INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa de mestrado fomos norteados teórico-metodologicamente pelos novos estudos de História Política<sup>1</sup>. Segundo esses estudos, o político<sup>2</sup> deve ser analisado em sua relação com outros agentes sociais, (sejam indivíduos ou grupos, na construção do Estado) e as implicações dessa relação na forma como são construídos os conceitos políticos que dirigem esses mesmos processos.

Dentro desta perspectiva, ao longo de nossa pesquisa, utilizamos algumas inovações teórico-conceituais<sup>3</sup> da Nova História Política que nos permitiram pensar outras possibilidades relacionais entre história e religião que extrapolam as ditas “relações institucionais”. Nesse sentido, cremos estar em plena sintonia com o historiador Renè Rèmmond. Na sua avaliação, “a partir do momento que o historiador leva em consideração a interdependência dos campos disciplinares, em que privilegia a longa duração, ele descobre a força explicativa do religioso<sup>4</sup>”. Ao mesmo tempo, aproveitamos uma outra perspectiva aberta por essas mesmas possibilidades: o diálogo com as ciências sociais, de modo a

---

<sup>1</sup> Essa pesquisa nasceu de um projeto de iniciação científica na UFSJ sob orientação do Prof. Dr. Wlamir Silva que foi responsável por apresentar-me novos aportes teóricos para a pesquisa em História Política.

<sup>2</sup> Baseamo-nos na conceitualização do político estabelecida por um dos “mentores” da Nova História Política Renè Rèmmond, que compreende o político como “o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social”, i.e., “um ponto de condensação” que é o espaço de articulação do social, de tal modo que para Renè Rèmmond: “estudar a história do político é estar convencido de que o político existe por si mesmo, professar que ele tem uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta”; contudo, é o próprio Rèmmond que estabelece o poder como referência do político. Diante disso e seguindo as orientações da própria Nova História Política (que sugere um diálogo com as contribuições teóricas das Ciências Sociais), orientamo-nos pela noção de poder de Antônio Gramsci. Segundo a noção gramsciana o poder não se concentra em um espaço exclusivo, mas, mesmo possuindo uma esfera específica de gestão dentro da sociedade, configura-se conforme nos faz saber Giovanni Semeraro como “uma prática ético-política tensa e aberta entre os diversos sujeitos e organizações que disputam projetos diferentes de sociedade”. Aqui, mais uma vez lançamos mão do pensador italiano Antonio Gramsci, que vê os intelectuais, i.e., os representantes dos grupos sociais, como mediadores da esfera do político e organizadores da sociedade. Diante disso, vemos a religião dentro dessa compreensão de poder “multi-localizado” como integrante de uma forma de poder que, se não é considerada política, atua sobre essa e na sociedade, seja em um nível direto institucional ou através da internalização de formas de pensar e agir simbolicamente, em termos bourdierianos. RÉMOND, René. “Do Político”, In: *Por Uma História Política*, p.441-450. SEMERARO, Giovanni. Tornar-se Dirigente. O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*, p. 261-273. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*.

<sup>3</sup> São elas: documentação seriada, totalidade dos atores.

<sup>4</sup> RÉMOND, René. “Religião e Política”. In: RÉMOND, René. *Por Uma História Política*, p.333.

lançarmos mão de determinadas contribuições teóricas que acresceram nossas reflexões diante da referente pesquisa<sup>5</sup>.

No bojo da perspectiva aberta pela Nova História Política, no que se refere ao estudo sobre a construção de conceitos políticos, o político passa a ser o *lugar de gestão do social*, criando um agregado de referências que na concepção da Nova História Política compõe uma cultura política<sup>6</sup>, fundamental para a compreensão de um determinado momento e ambiente político.

Consoante com a Nova História Política, consideramos que uma cultura política representa a expansão de um “sistema de referências” que amplia a discussão teórica para outros extratos da sociedade, além do grupo de letrados, i.e., transforma uma filosofia política em conceitos compreensíveis para um grupo maior de indivíduos de uma dada coletividade ou, em termos gramscianos, transforma-a em senso comum.

---

<sup>5</sup> Como aporte teórico dessa pesquisa, lançamos mão de uma aproximação teórica entre Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu. Aproximação já efetuada por outros estudiosos e que consideramos plausível por compreendermos haver uma possível convergência entre os dois autores pelo menos no que diz respeito à forma de concepção de poder. Nesse sentido, estamos de acordo com Carlos Eduardo Vieira para quem os dois autores convergem em relação às “suas preocupações: o poder simbólico e as formas de reprodução social ou, em termos gramscianos, a função dos intelectuais e a luta pela hegemonia na sociedade”. Para além dessa convergência, Luís Mauro de Sá Martino observa que “Bourdieu equipara o *senso comum* com o *habitus*, ao mesmo tempo em que Gramsci demonstra a equivalência dos sistemas de pensamento comuns a toda uma comunidade como matriz de práticas e percepções – exatamente como postula a própria noção de *habitus*. O trecho de Bourdieu sobre o assunto deixa claro essa equivalência na medida em que o *habitus* é definido a partir das percepções coletivas: “*Habitus*, uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todas as mentes socializadas de uma certa maneira, é ao mesmo tempo individual e coletiva; uma lei tácita da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, fundamenta o *senso comum*” cf. BOURDIEU, Razões Práticas, p. 127. Para Martino, ainda há outro ponto comum “entre as reflexões de Gramsci e Bourdieu está na crença na artificialidade do mundo social. A gênese e a estrutura do que comumente se entende por realidade está, na opinião de ambos, vinculada de forma indelével a uma intenção original, mais ou menos velada, de estabelecer a realidade de acordo com regras mais ou menos visíveis estabelecidas por uma classe dominante. Dessa maneira, as configurações superestruturais e infraestruturais aparecem já preestabelecidas perante o indivíduo que deve, por sua vez, não apenas aprender a ver esse mundo como *natural*, mas inclusive defender abertamente essa naturalidade pela negação de qualquer elemento de deslegitimação. O resultado é a “construção de uma hegemonia” ou a imposição de uma “definição de mundo” – no sentido que lhe dá Bourdieu”. É através da aproximação entre a busca do “consenso” de Antonio Gramsci com “a luta simbólica pela produção do senso comum” de Pierre Bourdieu que nos orientaremos nessa pesquisa, inclusive, no tocante as elites e os simbolismos utilizados por estas, compreendendo que: “(...) o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, p.8. MARTINO, Luís Mauro. *Religião e senso comum: uma perspectiva a partir de Gramsci*. VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidade para a história conceitual*. p. 63-86.

<sup>6</sup> “O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador de *ethos* de uma nação e do gênio de um povo”. RÉMOND, René. “Do Político” In: RÉMOND, René. *Por Uma História Política*, p.450. “A cultura política de uma sociedade compõe-se não só de conhecimentos e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político, como as normas estabelecidas para definir os direitos e deveres dos participantes como cidadãos. Abrange ainda as posturas que asseguram a identidade e delimitam as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos, legitimando ou desqualificando as suas reivindicações; e também os simbolismos através dos quais exprimem seus valores e reforçam essas formas de solidariedade”. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*, p.25.

Na base do processo de construção de uma cultura política, ou seja, na sustentação dos procedimentos, atos e dinâmicas que levam à elaboração de conceitos que co-constituem uma cultura política, encontramos as elites políticas, cujos membros, em um sentido amplo do termo, podem ser considerados intelectuais<sup>7</sup>. Isto porque constituem uma parcela de indivíduos que possuem uma função diretiva, ou seja, atuam no sentido de organizarem segmentos, classes ou partidos. Como nos faz saber Antonio Gramsci:

Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais é uma afirmação que pode se prestar à ironia e à caricatura; contudo, se refletirmos bem, nada é mais exato. Será preciso fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é intelectual<sup>8</sup>.

Contudo, uma elite política não só atua como porta voz do grupo ao qual ela pertence, mas também elabora conceitos e projetos políticos a partir da “visão de mundo” de seus representados. Consideramos que em relação a essa perspectiva, torna-se possível acatar as sugestões de Karl Marx no seu livro *Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*, pois somos do parecer que as idéias de Antônio Gramsci são consoantes com esta referida obra. De fato, Marx nos faz saber que o que permite uma elite política ser representante do grupo ao qual ela pertence

[...] é que sua cabeça não ultrapassa os limites que aquele [o representado] não ultrapassa na vida; que, portanto, são teoricamente impulsionados para as mesmas tarefas e soluções para as quais o interesse material e a situação impulsionaram, praticamente, aquele. Tal é, em geral, a relação existente entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que eles representam.<sup>9</sup>

Ressaltamos, porém, que nesse processo é fator fundamental para se compreender procedimentos, atos e dinâmica desse tipo de elite o entendimento de que ela se relaciona com

---

<sup>7</sup> Aqui somos orientados pelos estudos de Wlamir Silva para quem “Gramsci utilizou-se pouco do termo ‘elites’, preferindo ‘classe dirigente’ ou ‘classe política’ cremos, no entanto, que o espírito de sua reflexão permite essa conceituação. No sentido de caracterizar a ação dos intelectuais ligados à classe dominante na prática política”. “Na leitura sinalizada por Gramsci, o conceito elite não deve ser identificado com o elitismo, ou seja, com a concepção da divisão da sociedade entre governantes e governados como fato universal, encontrada em Mosca, e fundada nas qualidades superiores de alguns indivíduos como afirma Pareto”, de forma diversa a compreensão avança no sentido da mediação entre classes e poder. SILVA, Wlamir. Projeto iniciação científica: *A cultura política em periódicos mineiros do Primeiro Reinado*, p.3.

<sup>8</sup> GRAMSCI, Antônio. *Caderno do Cárcere*, p.25.

<sup>9</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, p.445.

superestruturas de um modo que a impede de ser simples “correia de transmissão” do grupo que ela pertence<sup>10</sup>.

Assim sendo, em nossa pesquisa buscamos entender a interação entre elites (representantes) e representados, já que nela se compreende uma cultura política e conseqüentemente, a dimensão humana da construção do Estado. Consideramos que é no espaço público<sup>11</sup> que essa elite disputa a direção da sociedade civil<sup>12</sup>, mediando à relação entre esta e o poder estatal, em um processo de construção de hegemonia<sup>13</sup>. Nesse processo a imprensa é um instrumento eficaz para a construção, elaboração e disseminação de conceitos, identidades e implementação de projetos políticos<sup>14</sup>. Segundo a historiadora Maria José Bonifácio,

Na imprensa captam-se as representações, penetra-se no imaginário político e atinge-se a cultura política da sociedade, que é o verdadeiro objeto de uma nova história das idéias que rejeita o elitismo das grandes idéias que fizeram escola<sup>15</sup>.

Torna-se importante lembrar que a imprensa mineira nesse período era essencialmente política e tem o seu surgimento com a entrada do liberalismo e do constitucionalismo no Brasil, servindo assim, no Primeiro Reinado, como instrumento pedagógico das elites mineiras. Essa imprensa é para os historiadores “depositária da memória política desse processo” e é através dela, especialmente pelo periódico *O Universal*, que analisaremos o procedimento de construção do projeto da elite liberal mineira, para a qual a

---

<sup>10</sup> Nesse sentido, esses intelectuais/elites são “intérpretes também das interações entre grupos ou classes, sendo influenciados, como diz Gramsci: ‘por todo o tecido social, pelo conjunto de superestruturas’. Deste modo, essas elites mesmo sendo expressões das forças sociais que estão envolvidas, são expressões idiossincráticas por conta de possuírem funções de tradução e de mediação de interesses. SILVA, Wlamir. *A cultura política em periódicos mineiros do Primeiro Reinado*, p. 4. Cf. GRAMSCI, Antônio. *Caderno do Cárcere*, p.20.

<sup>11</sup> HABERMAS, Jurgén. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*.

<sup>12</sup> Entendendo a sociedade civil como a esfera do social onde se dá à luta pela hegemonia. SILVA, Wlamir. *A cultura política em periódicos mineiros do Primeiro Reinado*, p.4. Cf. GRAMSCI, Antônio. *Caderno do Cárcere*, p. 222.

<sup>13</sup> A hegemonia não deve ser compreendida apenas como um “nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou ‘doutrinação’. Ela constitui um conjunto de práticas e expectativas, sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energias, nossa percepção de nós mesmos e do mundo. É um sistema vivo de significados e valores – constitutivo e constituidor – que ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente”. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*, p.112-113.

<sup>14</sup> Utilizamos como fonte fundamental dessa pesquisa o periódico *O Universal* da capital Ouro Preto, principal periódico mineiro que ganha destaque inclusive pela sua longevidade de publicação: 17 anos. Além do referido periódico, utilizamos como fontes auxiliares os periódicos: *O Telegrapho (Ouro Preto)*, *O Novo Argos (Ouro Preto)*, *Estrela Mariannense (Mariana)*, *O Compilador Mineiro (Ouro Preto)*, *o Astro de Minas (SJDR)* e *o Farol Paulistano (São Paulo)*.

<sup>15</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História*.

religião foi um elemento fundamental no que se refere à sua busca sócio-política de hegemonia.

Indo além, somos do parecer que no âmbito das construções simbólicas, da criação de conceitos e de identidades, das formulações e difusão de idéias e do vocabulário liberal na cultura política mineira do Primeiro Reinado, encontramos a religiosidade como parte de um sistema de referências que nos permite compreender como ela mesma foi utilizada ao longo dos diversos momentos do processo de busca de uma dada hegemonia política liberal; como ela interagiu no processo de criação dos conceitos utilizados neste contexto; como ela operou, relacionou-se e foi compreendida pelos agentes desse processo, num momento singular da história de Minas. Até mesmo porque no período por nós contemplado, início do século XIX, a religiosidade constitui um dos principais traços da sociedade mineira. Herdeira do pensamento Barroco setecentista, Minas Gerais apresenta-se fortemente ligada à tradição religiosa herdada, sem contar com o fato de a Igreja ter sido uma das grandes incubadoras políticas desse período.

Tratando-se de Minas Gerais, com seu grande contingente populacional, o estudo da edificação do Estado brasileiro através dessa província torna-se relevante, por, entre outras coisas, compreendermos que é nas províncias que encontramos a dinâmica da sociedade da época, sobretudo no que se refere a Minas, que apresentava então uma peculiaridade econômico-social<sup>16</sup> marcada por traços de urbanidade. Além disso,

Nesta civilização urbana, a elite iria revelar grande capacidade de mobilização de razoáveis contingentes humanos, consideradas as circunstâncias do país na época, sobretudo o povoamento de tão vasto território. [inclusive] a capacidade de mobilização de contingentes humanos, deu á elite mineira acentuada projeção nacional<sup>17</sup>.

Além das justificativas supracitadas, a relevância do estudo da elite política liberal da província de Minas Gerais se dá pela importância da província no processo de Independência do Brasil. De acordo com Wlamir Silva, “podemos destacar o fato de essa província ter sido um dos pontos de apoio político do chamado Centro-Sul”, uma vez que dela provinham,

---

<sup>16</sup> Referimos-nos a sociedade mineira de abastecimento que possui entre os segmentos de proprietários e os escravos, um diversificado número de outros segmentos que vão desde pequenos agricultores, profissionais liberais e operários até mineiros, jornalheiros, onde essa característica social cria uma classe política de peculiar participação.

<sup>17</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*, p.47.

[...] alguns dos mais importantes articuladores da Independência realizada em torno de D. Pedro, em especial nas sociedades secretas da Corte e no episódio do Fico<sup>18</sup>.

Reforçando a idéia de que a província de Minas foi ponto de apoio político do Centro-Sul, observamos que de fato D. Pedro I buscou a adesão dos mineiros para seu projeto político. Não só os mineiros da Corte mas também os que habitavam a província, como indica a vinda do Imperador a Minas Gerais<sup>19</sup> em março de 1822, viagem que serviu ainda para a resolução de um impasse entre o Rei e a Junta de Governo de Ouro Preto<sup>20</sup>.

Tais eventos reforçam a nossa opção pela alternativa teórico-metodológica proposta pela Nova História Política, que “vai na contra-mão de uma historiografia que destacou o geral (o Nacional) e reduziu a importância do particular (o regional)<sup>21</sup>”. Esta perspectiva nos permite lançar luz sobre o desempenho da província na formação do estado brasileiro, dado que: “O momento cultural, filosófico e político mineiro na primeira metade do século XIX representa para a consciência brasileira, em emergência, uma referência valiosa em vista do papel que desempenhou no processo de formação da nacionalidade.<sup>22</sup>”

Além do mais, foi no Primeiro Reinado que a elite brasileira construiu um projeto político com questões específicas a serem resolvidas, tais como a fundação de um espaço público brasileiro que assiste neste momento a um constitucionalismo emergente, o nascimento da representação política, a implementação do liberalismo e a questão escravista, em uma sociedade que procura ser liberal. Assim sendo,

[...] o período do Primeiro Reinado foi o da ascensão social dos produtores mineiros, o de sua penetração na Praça do Rio de Janeiro: é quando se definem os seus interesses políticos regionais, com o surto da imprensa local das cidades do sul de Minas, e o aparecimento de seus primeiros líderes políticos.<sup>23</sup>

Deste modo, buscamos o entendimento das questões colocadas rompendo com compreensões voltadas para a ênfase na economia ou no Estado e que reduzem o político a determinações necessárias a essas esferas. Além disso, reforçamos que, estudamos o processo de construção política em Minas, concatenando a Religião pela importância que esta possui na

---

<sup>18</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*, p.73.

<sup>19</sup> Importante ressaltarmos que um dos elementos que unia Minas ao Imperador era o temor da anarquia, aqui representada nas figuras dos escravos, “populações de cor” e “vadios”.

<sup>20</sup> Para mais informações sobre o referido impasse ver: SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*, p.38..

<sup>21</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*, p.21.

<sup>22</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*, p.23.

<sup>23</sup> LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*, p. 19.

referida província, tornando-se uma grande reveladora do *ethos* mineiro, pela força que a Igreja possui no processo diretivo brasileiro e pela atuação de destaques dos padres em meio às elites mineiras.

Consideramos que a influência da religião na vida dos cidadãos acaba por vir a ser uma das “armas” da elite política, em particular daquela que nos interessa, a liberal, que a utiliza para levar a um público mais amplo, com maior intensidade, o seu ideário político que promove uma “mistura” de sagrado e profano. Porém, ressaltamos que o uso desse elemento religioso pelas elites liberais em questão é visto por nós como algo que extrapola a sua mera utilização como recurso simbólico disputado pelas elites, pois evidenciamos que parte dessa elite política encontra-se ela mesma inserida em um projeto religioso indissociável do projeto especificamente político, posto que esses se reforçam mutuamente<sup>24</sup>.

Deste modo, verificaremos como na busca por hegemonia (e para isso a elaboração e disseminação de conceitos políticos, recordando que esse processo envolve outros extratos da sociedade e outros níveis de percepção transformando filosofia em senso comum e trazendo tais significações e concepções para o cotidiano) a elite liberal mineira buscou “sacralizar<sup>25</sup>” a Constituição e todo o sistema liberal-constitucionalista brasileiro conferindo-lhes uma “naturalidade” e inquestionabilidade religiosa, usando para isso o simbolismo religioso. Neste processo, contudo, a elite liberal tem a necessidade de reportar-se ao religioso sem necessariamente, associá-lo à Igreja Católica, já que nesse período essa instituição está vinculada ao absolutismo oriundo da teoria do direito divino dos reis e conseqüentemente, torna-se uma das principais opositoras do pensamento liberal.

Aqui cabe ressaltar que essa diferença levará a uma disputa em parte da província. Haverá um embate pelas ações, atividades e atuações da Igreja em Minas Gerais. Os liberais a acusarão de utilitarista e criticarão a instrumentalização religiosa por ela exercida<sup>26</sup>. Entre outras atividades, os liberais buscarão nesse processo a criação de identidades políticas que

---

<sup>24</sup> Quanto a tal compreensão diz Bourdieu: “Os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido (deslocação).” BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, p.68.

<sup>25</sup> “(...) a conferir a tais imposições a legitimação suprema que é a ‘naturalização’, capaz de instaurar e restaurar o consenso acerca da ordem do mundo mediante imposição e a inculcação de esquemas de pensamentos comuns, bem como pela afirmação ou reafirmação solene de tal consenso por ocasião da festa ou da cerimônia religiosa, que constitui uma ação simbólica de segunda ordem que utiliza a eficácia simbólica dos símbolos religiosos com vistas a reforçar sua eficácia simbólica reforçando a crença coletiva em sua eficácia(...)”. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, p.70.

<sup>26</sup> Aqui, seguindo a compreensão do historiador Wlamir Silva, denominamos de instrumentalização, a prática dos absolutistas, acusadas pelos liberais, da utilização da instituição Igreja e da força religiosa para convencer a população, além da apropriação dos cargos públicos pelos membros da Igreja e o uso deste para fins pessoais. Ver: SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p.288.

denigram a imagem da Igreja como uma instituição infalível. Essas práticas e ações, como já dissemos, serão analisadas através da imprensa (fonte da memória política desse período), especialmente pelo periódico *O Universal*, periódico de maior longevidade da província e principal periódico liberal mineiro do Primeiro Reinado.

# CAPÍTULO 1 – REPRESENTANTES E REPRESENTADOS NA SOCIEDADE MINEIRA DE ABASTECIMENTO

## 1.1 - Introdução à economia de abastecimento mineira do início do século XIX

A província de Minas Gerais, provavelmente a mais povoada do Brasil, forma uma espécie de paralelogramo situado entre 13° 23' de latitude sul e 328° 336' de longitude, a partir do meridiano da ilha do Ferro. Compreende, pois, 10° do norte ao sul e 8° de leste a oeste, ou 25.920 léguas quadradas, de 18 por grau, se os contornos fossem perfeitamente regulares; mas, levaremos em linha de conta sua irregularidade, sem nos esquecermos, também, de que algumas de suas partes são inteiramente desertas, ou, pelo menos, percorridas, apenas, por algumas tribos errantes de indígenas selvagens, e computaremos tal superfície em 18.000 léguas quadradas, unicamente. (Auguste de Saint-Hilaire – 2ª Viagem a SP.)

Neste primeiro capítulo nos deteremos na indicação e análise de algumas características da província de Minas Gerais, as quais em nosso entendimento são fundamentais para a compreensão das estruturas e das relações sociais que ali foram estabelecidas<sup>27</sup>. Isto porque entendemos que a compreensão dessas estruturas nos permitirá evidenciar a elite dirigente pertencente a essa sociedade e, assim procedendo, poderemos descortinar como foi formada e quem a formou, quais foram seus mecanismos de atuação e suas opções teórico-políticas, além da dinâmica entre ela e seus representados.

Em primeiro lugar faremos uma apresentação da sócio-economia mineira do período. Tal apresentação será norteadada antes de tudo pelo questionamento da tese de decadência da economia de Minas Gerais após a mineração, processo que teria, segundo os autores dessa tese, implicado inclusive na diminuição dos centros urbanos<sup>28</sup>. Assim sendo, orientamo-nos

---

<sup>27</sup> Ressaltamos que não é o objetivo do trabalho uma substancial pesquisa e explanação sobre a economia de Minas. Nossa intenção, é apenas de introduzir o leitor em uma sociedade de peculiar formação econômica e que naturalmente reverbera para o âmbito social se é que podemos dissociá-los.

<sup>28</sup> Entre outros autores de tal proposição encontramos os estudiosos Celso Furtado, Francisco Iglésias. Para maiores informações ver: FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *O Mosaico Oitocentista: historiografia e diversidade regional*.

por algumas teorias que repensam essa tese, sendo o historiador Roberto Martins um dos pioneiros dessa revisão.

Martins verifica que Minas Gerais no século XIX encontra-se relativamente distante de ter sua economia estancado. Mesmo não possuindo um forte produto de exportação ela é palco de um crescimento das atividades agrícolas de subsistência e de um aumento demográfico significativo, inclusive de escravos, oriundos do tráfico internacional. Segundo Andrade,

O quadro econômico peculiar de Minas no século XIX, descrito por Roberto Martins, era de um “vasto complexo agrícola (composto por fazendas, sítios e roças)” produzindo gêneros alimentícios para autoconsumo ou para mercados regionais intraprovinciais, conjugado a uma população escrava numerosa (detinha o maior estoque servil dentre todas as províncias do Brasil) derivada de importações, em grande parte, de africanos.<sup>29</sup>

A tese elaborada por Roberto Martins foi objeto de avaliações levadas a cabo por autores tais como Robert Slenes e Douglas Libby. Slenes destaca a força da exportação mineira, devido ao alto custo dos produtos importados “estimulando a maciça ‘substituição de importações’ e a formação de núcleos abastecedores do setor exportador no interior da província”<sup>30</sup>. Por sua vez Libby aponta também para o crescimento representado pelo setor de “atividades de transformação”, a saber: tecelagens domésticas, siderurgia, fiação e o comércio resultante da elaboração desses produtos.

Ainda em relação às teses sobre a economia mineira do início do século XIX, porém numa perspectiva oposta à de Martins e contestando a sua hipótese de uma simples economia de subsistência ou vicinal, João Fragoso destaca a atividade mineira no comércio terrestre de suínos e bovinos com o Rio de Janeiro, demonstrando que, entre 1829 a 1832, 88% das porcas e 45% das tropas eram provenientes de Minas<sup>31</sup>. Quanto a tese acerca do processo de redução da urbanização em Minas no século XIX observamos que tal processo não ocorre em algumas localidades como Ouro Preto, Mariana, Sabará, Barbacena e São João del Rei que, de acordo com Afonso de Alencastro Graça Filho, “assistiu o prosseguimento da construção de novas igrejas e o fortalecimento das ordens religiosas na primeira metade do século XIX.”<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. p.13.

<sup>30</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. p.14.

<sup>31</sup> FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *O Mosaico Oitocentista: historiografia e diversidade regional*.

<sup>32</sup> FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *O Mosaico Mineiro Oitocentista: historiografia e diversidade regional*.

È seguindo as perspectivas abertas pelos estudos que apontam uma significativa dinâmica na economia de Minas do início do século XIX que iremos expor a seguir as características de Minas Gerais que nos parecem relevantes para a compreensão das estruturas e das relações sociais que ali se estabeleceram. Lembramos que não é nosso objetivo apresentar a totalidade do debate historiográfico sobre o tema econômico. Contentar-nos-emos em expor os vários traços relevantes da sociedade mineira do século XIX e, quando necessário nos deteremos mais nas características das principais cidades, em termos políticos, da região Metalúrgica – Mantiqueira, cidades fundamentais para compreensão do processo político mineiro, objeto do nosso interesse.

Minas Gerais, que se emancipa de fato em 1720, ano da sua separação da capitania de São Paulo, possui desde esse período até o começo do século XIX uma configuração distinta da que conhecemos hoje, pois o Triângulo mineiro só foi anexado ao território de Minas em 1816, quando da sua separação de Goiás.

Usando a denominação província já em 1820, ainda que a oficialização do termo tenha se dado apenas em abril de 1821, Minas possuía então a maior concentração populacional do Brasil, além da maior concentração de escravos, como podemos observar à partir dos indicadores demográficos sugeridos por Sérgio Buarque de Holanda. Ainda que estes números, como o historiador mesmo sugere, devam ser utilizados com cautela, eles nos fornecem alguma noção sobre a população dessa província:

A população de Minas em 1808 seria de 433049 habitantes, de acordo com documentos que tem que ser aceitos com reserva, pois sem indicações de fontes e com aumentos e diminuições de ano para ano pouco razoáveis. Indica-se aí que o número deve ser calculado com pessimismo: a população seria superior ao que é dado. Temos como elemento livre 284277 pessoas e como escravos 148772. A população branca seria 106684, a parda 145393 (15737 escravos) e a negra 180972 (133035 escravos). Na memória que se supõe escrita em 1806, pelo velho Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, a população apresentada é de 431619.<sup>33</sup>

Convém notar que no âmbito demográfico, Minas Gerais apresenta, entre os proprietários e os cativos, uma diversidade de outros segmentos oriundos da complexa cadeia de atividades produtivas mineiras e suas relações de trabalho.

---

<sup>33</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais, HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. p. 369.

Essa diversidade de segmentos decorre, obviamente, das características econômicas de Minas Gerais que, com a redução da atividade mineradora<sup>34</sup>, passou a organizar-se economicamente em função do abastecimento interno (comercialização intraprovincial, local e interprovincial). Atividade esta “aquecida” com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e, conseqüentemente, devido às demandas de consumo advindas da Corte e das delegações diplomáticas que se estabeleceram no Rio de Janeiro.

Observa-se na província mineira uma diversidade de atividades que possibilitava uma maior “democratização” de suas riquezas, com uma variedade de ocupações que incluía:

Vários tipos de agricultores e criadores (proprietários ou produtores independentes), mineiros, jornaleiros, trabalhadores (assalariados, ou “um semiproletariado”), operários, artesãos, biscateiros, indivíduos que viviam de renda de escravos e aluguel (freqüentemente especializados como ferreiros, carpinteiros, alfaiates etc.)<sup>35</sup>.

Em Minas, existiram núcleos agrários que podem ser considerados vicinais, que coexistiram com fazendas maiores, autárquicas, nas quais os proprietários se vangloriavam de serem capazes de produzir quase tudo que achavam essencial, comprando apenas alguns itens que eram ou considerados de “luxo” ou necessários para manutenção das suas propriedades agrícolas. Vemos nesse contexto que na província de Minas Gerais, mesmo nos lugares de economia mais dinâmica, pequenas propriedades rurais conviveram com as grandes unidades produtoras. Como indica Afonso de Alencastro Graça Filho sobre São João del Rei, mas que consideramos poder ser estendida a outras partes de Minas: “A paisagem agrícola que perdurou até a abolição foi a das grandes fazendas com base no trabalho escravo, mais dinâmica e consumidora de braços, ao lado de pequenas lavouras de posseiros, agregados e sitiantes<sup>36</sup>.”

Em uma apresentação genérica da economia de Minas deste período, não podemos nos esquecer do ainda existente mineiro, bem como das “protoindústrias”, que neste período

---

<sup>34</sup> Redução, mas não extinção: O ouro e o diamante tiveram sua extração reduzida, mas não extinta. “Mesmo em São João del-Rei, as listas nominativas de 1831-32 e de 1838-40 registram homens livres e escravos dedicados à extração de ouro”. AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a Correnteza*. p. 23.

<sup>35</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 52.

<sup>36</sup> FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *A Princesa do Oeste: elite mercantil e economia de subsistência em São João del Rei (1831-1888)*. Apud SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p.57.

contribuíram para a dinâmica da economia da província, ainda que não tenham avançado rumo à industrialização propriamente dita<sup>37</sup>. Assim sendo,

A um tempo Minas tinha uma grande rede manufatureira ao lado de grandes fazendas que tentavam produzir tudo o que precisavam, ou seja, a especialização ao lado da generalização, a divisão do trabalho fazendo crescer o mercado ao lado de unidades produtivas que procuravam evitar comprar, decrescendo o mercado<sup>38</sup>.

Há ainda em Minas, além das atividades econômicas supracitadas, uma atividade crescente, principalmente após a queda da extração do ouro, a pecuária na região do Sul de Minas, pois: “águas abundantes e terras férteis, que garantiram a forragem, fizeram do Sul de Minas a melhor área criadora<sup>39</sup>”. Segundo o viajante francês Saint-Hilaire:

(...) às excelentes pastagens da região do Rio Grande, fornecem hoje (1819) a maior parte dos animais vendidos na capital do Brasil, e alguns criadores locais chegam a produzir até 5 mil cabeças de gado<sup>40</sup>.

O gado era utilizado no corte, na tração, no consumo, no laticínio e na exportação. Deste modo, “no período que nos ocupa, é a criação que se adianta à lavoura, pois, além do gado para consumo e exportação, ela baseia uma indústria de laticínios e couros<sup>41</sup>”. É importante recordarmos que é só a partir da década de 1860 que o cultivo de café passou a ter importância no âmbito das atividades produtivas mineiras<sup>42</sup>. Todavia, de acordo com Alcir Lenharo:

O comércio de abastecimento fornecera os elementos tecnológicos – estradas, o sistema de tropas-, mantivera a mão de obra escrava, base do sistema produtivo, incentivara o povoamento de áreas até extensão desertas, como definiria a concentração da posse da terra em extensas regiões do Centro-sul, pré-requisitos necessários para o deslanche da economia cafeeira.<sup>43</sup>

---

<sup>37</sup> Encontramos ainda algumas localidades que permaneceram com as atividades mineradoras sendo sua vocação econômica, é o caso de Antônio Dias na Comarca de Ouro Preto, ver: ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Para saber mais sobre a protoindustrialização ver: LIBBY, Douglas Cole. *Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o caso de Minas Gerais*”. In SZMRECSÁNYI, Tamas & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996.

<sup>38</sup> AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a Correnteza*. p.27.

<sup>39</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais, HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. p.381.

<sup>40</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. p. 50.

<sup>41</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais, HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. p 381.

<sup>42</sup> AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a Correnteza*. p.23.

<sup>43</sup> LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. p.132.

No entanto, apesar dessa diversidade, o elemento base que une esses diferentes segmentos econômicos em Minas Gerais é o escravismo, i.e., o uso da mão de obra escrava como fundamental para os setores essenciais na economia mineira. Eram proprietários de escravos tanto os grandes quanto os pequenos agricultores, tanto os pecuaristas, os tropeiros, os comerciantes, os funcionários públicos, quanto os padres e outros funcionários da Igreja, bem como os profissionais liberais, artesãos, magistrados e representantes políticos, os quais são membros de um desses segmentos. Neste contexto,

Mais raramente um jornaleiro poderia ser proprietário de escravo e, por vezes, um cativo representava o sustento de uma pessoa idosa. Pequenos produtores independentes somavam a mão de obra familiar à de escravos<sup>44</sup>.

Assim sendo, a mão de obra escrava era utilizada para complementar o trabalho em pequenas e médias propriedades além de servir também de auxílio para o trabalho em produções familiares. Deste modo, no primeiro quartel do século XIX existiam escravos que trabalhavam

[...] em atividades artesanais ou na agricultura de subsistência. Trabalhavam a mando do seu senhor ou conseguiam concessão para trabalhar por conta própria, pagando a jornada ao seu dono. Nesses casos, a vida do escravo assemelhava-se muito a vida do homem livre pobre, que normalmente não tinha uma profissão ou especialização<sup>45</sup>.

Além do mais, um escravo também podia ser alugado, tornando-se assim uma fonte de renda complementar, como bem nos faz saber um anúncio colocado no jornal *O Universa*<sup>46</sup>:

Quem tiver escravos para alugar, e ainda mesmo pessoas livres que se quiserem ajustar para trabalhar na obra da Matriz de Antônio Dias procurem ao mestre da obra<sup>47</sup>.

Quem tiver escravos para alugar a 150 rs por dia procure José Dias Monteiro são destinados aos trabalhos da matriz de Ouro Preto<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p.57.

<sup>45</sup> FORTES, Solange Sabino Palazzi. *Atividades Produtivas em Vila Rica*. p.55.

<sup>46</sup> Advertimos o leitor que todas as transcrições dos periódicos foram adaptadas à escrita atual. Um exemplo de palavras acomodadas foram os verbos com final ão, que no século dezanove eram declinados da mesma forma tanto para o passado como para o futuro.

<sup>47</sup> O Universal, Ouro Preto, 26/05/1826, n.135.

<sup>48</sup> O Universal, Ouro Preto, 09/08/1825, n.009.

O escravismo foi um elemento tão “natural” da sociedade mineira do século XIX<sup>49</sup> – para não dizer brasileira - que encontramos inclusive o escravo convertido em prêmio de uma loteria para contribuir com a Santa Casa da Misericórdia da cidade de Ouro Preto. Estamos nos referindo ao “Plano da Loteria concedida pelo S.M. o Imperador” que ofereceu os seguintes prêmios:

Uma chácara sita no alto das Cabeças, com casas nobres, e de recreio muito arvoredo, e jardins. 4:000\$000. (...) Um casal de escravos com três filhos, trastes, e dinheiro. (...)Um oratório de dizer missa com todas as imagens, quadros e decorações. (...) <sup>50</sup>

Minas Gerais que apesar de ter sido a grande província importadora<sup>51</sup> de escravos, excetuando esse elemento “mais exportava para o Rio do que importava”<sup>52</sup>. Despachava para os mercados intraprovincial e interprovincial produtos como: algodão (que vinha do Norte da província), tabaco (do Sul), chapéus de feltro, barras de ouro, mulas, galinhas, carne de porco, queijos, panos, o gado em pé, bovino e suíno, o toucinho a banha<sup>53</sup> e trazia de volta “mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, panos, rendas,

---

<sup>49</sup> Contudo, mesmo sendo escravista, é interessante ressaltar que a sociedade mineira viveu com grande medo desse elemento, uma vez que o associava ao haitianismo (temor relacionado à representação dos proprietários, principalmente, sobre a rebelião escrava haitiana em 1790). Em uma análise dos periódicos mineiros de então, observamos indícios sistemáticos desse temor, expresso em vários tipos de notícias nos periódicos. Outrossim, constatamos que esses periódicos possuíam um projeto de mobilização dos proprietários para a necessidade de repressão ao escravo passível de ser observado através dos anúncios dos periódicos sobre as fugas de escravos. Neles verificamos descrições densas das características desses escravos, descrições que se não sugerem a existência de um projeto de mobilização definido, nos permitem entrever uma tensão que mantinha a sociedade escravista em alerta e organizada de modo a reprimir sistematicamente o escravo, o fugitivo sobre maneira. Além disso, ressaltamos que, devido ao temor existente e a extrema importância do escravo para a sociedade mineira e, sobretudo, para os proprietários, verificamos que essa elite mineira além de almejar a unidade da classe proprietária e desejar aproximar-se de outras camadas não proprietárias, i.e., integrar os relacionados à economia abastecedora, procurava: “subordinar os escravos e os setores marginalizados. E ainda, talvez mais importante, evitar a aproximação de escravos e pobres livres, entre si, e com os setores subalternos dentre os integrados da sociedade mineira”. SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 133. Para mais informações ver. HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. *A escravidão na imprensa mineira do século XIX*.

<sup>50</sup> O Universal, Ouro Preto, 19/12/1825, n.067.

<sup>51</sup> Segundo José Luís Ribeiro Fragoso, 48,4% dos escravos africanos saídos do porto do Rio de Janeiro, entre 1825 e 1833, eram encaminhados para Minas Gerais, província onde predominavam os pequenos escravistas; enquanto o Vale do Paraíba e o Norte Fluminense, “áreas agroexportadoras”, adquiriram, juntas, 36,4% destes escravos. ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. p.108.

<sup>52</sup> IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais, HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. p. 381.

<sup>53</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 43.

utensílios de ferro, vinho, cerveja Porter, licores, etc.<sup>54</sup>. Segue uma tabela com exportações mineiras do período para ilustração dessas informações:

EXPORTAÇÕES MINEIRAS NO ANO DE 1818/1819 COM ESPECIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES EXPORTADAS<sup>55</sup>.

DESTINO	ESPÉCIE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Mercado interno	Toucinho e carne salgada (arrobas)	145478	2\$000	290957\$000
Idem	Gado vacum (cabeças)	62106	4\$000	248424\$000
Idem	Porcos (cabeças)	40106	3\$000	120507\$000
Idem	Queijos (unidades)	1059667	\$100	105960\$700
Idem	Bestas (cabeças)	3629	25\$000	90725\$000
Idem	Cavalos (unidades)	3057	10\$000	30725\$000
Idem	Galinhas	114054	\$150	17199\$000
Idem	Carneiros (cabeças)	9153	1\$000	9153\$000
<b>Mercado externo (exportação)</b>	Algodão em ramas (arroba)	91984	4\$000	367976\$000
Idem	Algodão em varas (unidade)	1242540	\$150	186381\$450
Idem	Tabaco (arrobas)	58647	1\$200	70377\$000
Idem	Açúcar (arrobas)	22844	2\$000	45688\$000
Idem	Café (arrobas)	9739	3\$000	29217\$000
Idem	Mantas de algodão (unidades)	11661	\$600	6996\$600

Na economia de abastecimento mineira em pauta, a Vila de São João del Rei destacou-se como um grande centro de comercialização. No entanto, outras cidades também contribuía de maneira efetiva para essa economia, é o caso das cidades de Ouro Preto e Mariana. Lembrando que Ouro Preto mesmo não possuindo uma significativa efervescência

<sup>54</sup> SPIX. Viagem pelo Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1976, volume 1. p.172. Apud. SLVA, Wlamir. *Liberals e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 43.

<sup>55</sup> LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. p.79.

econômica colaborava com a dinâmica da economia mineira devido ao fato de ser a cidade o centro político e burocrático da província. Com relação a Mariana, esta destaca-se por possuir uma expressiva diversidade produtiva.

## **1.2 – São João del Rei, Ouro Preto e Mariana – importantes cidades da região Metalúrgica-Mantiqueira**

São João del Rei, sede político-administrativa da comarca do Rio das Mortes torna-se cidade em 1838 e encontra-se inserida no núcleo da região supracitada, além de ter sido um grande centro comercial foi também um grande centro de crédito e finanças. Além disso, o núcleo do qual São João fez parte possuía “uma das médias mais elevadas de escravos empregados nas fazendas, sítios e roças da região<sup>56</sup>”, ou seja, média de 8,9 escravos- unidades comparada à de 7,0 para todo o restante da província.

A vila ligava-se as estradas do Comércio, da Polícia, do Caminho Novo e era o principal elo econômico de Minas com a Corte, seja de entrada ou de saída de produtos. O transporte entre uma localidade e outra era feito pelas tropas<sup>57</sup>, procedimento que de acordo com Alcir Lenharo, chegou mesmo a constituir uma atividade “empresarial”:

Quatro dessas firmas, de cerca de 50 mulas cada, percorriam a rota entre São João e Rio de Janeiro oito vezes ao ano, mantendo um comércio superavitário para a Capital da Comarca do Rio das Mortes.<sup>58</sup>

Observa-se em São João del-Rei, devido inclusive à sua própria estrutura econômica, uma dinâmica urbana significativa, até mesmo para o bom andamento dos negócios. Desta forma, esta cidade pode ser incluída na parte da província (principalmente na região Metalúrgica – Mantiqueira) que mesmo nas primeiras décadas do século XIX, possuía uma

---

<sup>56</sup> FILHO, Afonso de Alencastro Graça. *O Mosaico Mineiro Oitocentista: historiografia e diversidade regional*.

<sup>57</sup> Interessante testemunho de Saint-Hilaire sobre os tropeiros e suas mercadorias: “Depois de nós, várias caravanas vieram sucessivamente aboletar-se no rancho. Vêm umas do Rio de Janeiro para São João e Barbacena, carregando sal; vão outras desses arredores para capital e levam toucinhos e queijos. Estes gêneros que constituem dois ramos de comércio muito importantes para a comarca de São João transportam-se em cestas de bambu (jacás) achatados e quadrados; cada cesto contém cinquenta queijos e dois formam a carga de um burro. Os de toucinho pesam cada um três arrobas, se o burro que os leva é novo, e quatro, quando já acostumado à carga. O Sal é transportado em sacos”. SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo-1822*. p.56.

<sup>58</sup> LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. p.91, apud Luccock.

sociedade com traços significativos de urbanidade, afastando-se da estrutura “Casa Grande e Senzala”, típica de outras regiões<sup>59</sup>.

Além de São João del Rei encontramos em Minas Gerais outros significativos núcleos urbanos com expressivos contingentes demográficos, ao invés, como sugere Afonso Ávila, de “simples cidades de domingo”<sup>60</sup>. Esses centros urbanos favoreciam as práticas políticas, o trânsito de idéias e as relações econômicas, culturais e religiosas, sendo que essas últimas eram acentuadas pelo papel social exercido pelas igrejas e suas festas. Esses centros possuíam uma relativa efervescência indicada pelos seus teatros, periódicos, festas e bibliotecas.

Algumas cidades eram ainda núcleos administrativos político-econômicos, como Ouro Preto, a capital que concentrava todo o aparato burocrático mineiro, e Mariana. Esta última, sede do bispado, possuindo uma autoridade eclesiástica em um momento que a Igreja tinha a preeminência na gestão sócio-cultural e estava institucionalmente vinculada ao Estado.

Mariana, antiga vila de Nossa Senhora do Carmo, e que se transformou em cidade através da carta régia de 1745, detinha a maior população de pessoas livres e “com a segunda maior concentração de escravos da província de Minas Gerais (perdendo apenas para São João del Rei) no segundo quartel do século XIX<sup>61</sup>”. A primeira cidade mineira e o mais importante centro religioso da província, também “não se enquadra na idéia de estagnação ou decadência de sua economia<sup>62</sup>”. A ampla região de Mariana possuía uma diversidade econômica comportando desde engenhos (o maior número da província)<sup>63</sup> e outras atividades agrícolas e artesanais, até uma (ainda existente) atividade mineradora, “sem falar na produção de ferro nas forjas domésticas da região”<sup>64</sup>.

Aqui, como em todo o resto da província, as grandes propriedades coexistiram com as menores e verifica-se a existência de “propriedades rurais de certa importância, em que

---

<sup>59</sup> Contudo, gostaríamos mais uma vez de ressaltar aqui que isso não arrefecia o número de escravos presentes nessa sociedade. Pelo contrário, Minas Gerais que possuiu o maior plantel de escravos do Brasil mesmo com a redução da atividade mineradora, continuou com um alto índice de escravos. Convém lembrar que outra peculiaridade mineira era justamente a fragmentação do plantel de escravos na mão de pequenos e médios proprietários, contrariando, assim, a lógica de grandes senhores de engenhos e seus elevados números de escravos em uma só propriedade.

<sup>60</sup> ÁVILA, Afonso. *As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural*.

<sup>61</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. p.19.

<sup>62</sup> *Ibid.*, p.19.

<sup>63</sup> “...na década de 30 dos oitocentos eram 297 – praticamente 15% dos engenhos instalados na Província. Também possuía o maior número de vendas, por onde, possivelmente, muito da produção da aguardente era escoado”. *Ibid.*, p.229.

<sup>64</sup> Para um estudo específico da economia por área da região ver. ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*.

trabalhavam numerosos escravos [e sítios] propriedades de gente de poucos recursos<sup>65</sup>”. No que se refere a esse contexto Francisco de Andrade sugere uma interessante ilustração da diferença produtiva entre os fazendeiros e os roceiros, como podemos observar na tabela abaixo:

**Unidades produtivas: quantidade média plantada/colhida (alqueires) de gêneros alimentícios básicos – região de Mariana, 1820-1856<sup>66</sup>. (Roceiros/fazendeiros)**

	São Caetano		Furquim		Catas Altas		Remédios	
	Roc.	Faz.	Roc.	Faz.	Roc.	Faz.	Roc.	Faz.
Milho	89,7	707,6	18,7	423,7	2,0	392,0	200,0	1720,0
Feijão	8,0	17,0	8,0	14,0	-	-	10,0	40,0
Arroz	4,5	25,0	8,0	40,0	-	-	-	30,0

É o mesmo Francisco Andrade que indica a existência de “vínculos comerciais entre as comunidades das Gerais” devido ao contexto econômico dessa região. Aqui, podemos pensar na possibilidade de uma cadeia de informações impulsionada por essas redes comerciais, ligando localidades como São João del Rei às cidades de Mariana e a capital Ouro Preto (pólo político da província), entre outras.

Ouro Preto, antiga Vila Rica, foi transformada em cidade imperial em 20 de março de 1823 e permaneceu sendo capital da província até 1897, ano da fundação de Belo Horizonte. Na capital encontravam-se as estruturas e repartições administrativas, o palácio do governador, a junta da Real fazenda e o comando das tropas militares, além de outros órgãos político-administrativos<sup>67</sup>.

Como não podia deixar de ser, a mão de obra fundamental em Ouro Preto também era a escrava. Escravos que trabalhavam não só na mineração, mas em outros conjuntos diversos de atividades. Segundo Solange Fortes é “interessante observar que com o declínio da mineração, não houve mudança dos escravos para região do *Plantation*. Sempre houve queixas sobre o preço do escravo e sobre sua escassez<sup>68</sup>.”

A cidade, que não teve uma produção agrícola significativa, a não ser em torno de sua região, dinamizava o abastecimento devido a sua demografia específica. Quatro atividades

<sup>65</sup> Ibid., p. 224.

<sup>66</sup> Ibid., p. 224.

<sup>67</sup> ÁVILA, Affonso. *As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural*. p. 27.

<sup>68</sup> FORTES, Solange Sabino Palazzi. *Atividades Produtivas em Vila Rica*. p.55.

mantinham a economia da cidade: a produção aurífera, o comércio, as atividades artesanais e a administração. Para Solange Sabino a administração fez com que a economia se mantivesse aquecida, até pelo menos a mudança da capital para Cural del rei (Belo Horizonte).

A folha de pagamento da administração era uma das principais responsáveis pela entrada constante de capital na economia. As pessoas mais abastadas eram funcionários do termo de Vila Rica ou da Capitania de Minas Gerais e recebiam dinheiro através da folha de pagamento ou por meios fraudulentos. Era infundável a quantidade de empregados da administração, que trabalhavam em vários setores, desde reparos em calçamentos de ruas até ouvidores e provedores. Não há como definir quem trabalhava para o Termo, a Comarca, a Capitania ou o Governo Geral, ou ainda, quem trabalhava para os órgãos considerados independentes como a intendência de Minas.<sup>69</sup>

Em Ouro Preto nasceram os primeiros jornais mineiros<sup>70</sup>, em decorrência do fato da cidade ter sido “sem a mais mínima sombra de dúvidas, o mais brilhante centro político da província de Minas Gerais<sup>71</sup>”. Assim sendo,

Devido às várias conseqüências deste fato, como concentração de políticos proeminentes, concentração de burocratas, proximidade das decisões políticas e calor dos debates, Ouro Preto também teve o maior volume de periódicos das Minas Gerais oitocentista<sup>72</sup>.

Levando-se em conta os dados até aqui apresentados sobre as diferentes cidades constantes da região que nos interessa, a Metalúrgica – Mantiqueira, é possível afirmar que em Minas Gerais havia uma cadeia de relações sócio-políticas e de “núcleos de referências políticas” que de acordo com José Carlos Rodrigues fizeram com que estas cidades se constituíssem em “verdadeiros centros culturais com objetivos políticos e econômicos comuns<sup>73</sup>”.

Contudo, mesmo seguindo a perspectiva que enquadra além das cidades de Ouro Preto e Mariana cidades como São João del Rei como centros políticos de referência, privilegiaremos em nosso estudo apenas a cidade de Ouro Preto. Porém trataremos das demais cidades quando isso se fizer necessário.

---

<sup>69</sup> Ibid., p.58.

<sup>70</sup> Nasce em 1823 O Compilador Mineiro, em 1824 a Abelha do Itacolomi que durou até 1825, mesmo ano do nascimento do O Universal, principal periódico mineiro. Ainda em 1825 surgiram O Patriota Mineiro, O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais e o Companheiro do Conselho, e é de Ouro Preto o restante do conjunto de periódicos principais trabalhados nessa pesquisa (O Telegrafo, O Novo Argos), com exceção do Estrella Mariannense.

<sup>71</sup> AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a Correnteza*. p.56.

<sup>72</sup> Ibid., p.56.

<sup>73</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. p.23.

No que se refere à da capital Ouro Preto, a cidade encontrava-se localizada dentro da Comarca com o mesmo nome e juntamente com a Comarca do Rio das Mortes, possuiu os maiores números de eleitores e votantes. Devido a tal característica determinados estudos indicam que mesmo com o enfraquecimento da atividade econômica mineradora e conseqüentemente a redução da população da região da Comarca de Ouro Preto “a importância política da Comarca de Ouro Preto vai permanecer, dada a centralidade burocrática e administrativa ancorada em sua base urbana desde o dezoito<sup>74</sup>”.

Deste modo, consideramos ter existido em Minas (pelo menos na região Metalúrgica-Mantiqueira) e principalmente em Ouro Preto uma elite política de significativa expressão, inclusive à nível nacional. Essa elite política mineira, que conforme o historiador Wlamir Silva, possuía uma relação orgânica com a propriedade engajou-se, por sua vez, em um projeto político liberal que tinha o objetivo, entre outros, de agregar em torno dele os proprietários membros dessa sociedade de abastecimento de Minas Gerais.

### **1.3 – A elite política liberal mineira**

No nosso entendimento um conjunto de proprietários, burocratas e outros elementos dessa sociedade, mesmo estando em um regime de voto censitário e de centralização administrativa, engajaram-se em um projeto político \_ o projeto político liberal mineiro \_ e articularam-se como lideranças políticas, projetando-se no espaço da Corte, após a Independência, “quando novos setores sociais perceberam alargadas as possibilidades de participação<sup>75</sup>”.

Essa projeção no espaço da Corte deu-se de dois modos: o primeiro deles, apontado por Alcir Lenharo, permite-nos ver a figura do tropeiro associada à do proprietário e ao mesmo tempo como um elo que comunica os “dois mundos, o rural e o urbano” ganhando dessa maneira importância no estudo sobre a política da época, já que assume a posição de porta-voz dos proprietários abastecedores. Para Lenharo,

O envolvimento com a propriedade e com os negócios estava inserido na lógica da prática política desses homens. Políticos porque proprietários, somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à

---

<sup>74</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira entre os séculos XVIII e XIX. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte : Cedeplar/UFMG, 2006, p.5.

<sup>75</sup> LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. p.24.

atividade política. Disto provém a vinculação entre ambos os níveis da realidade-política e negócios- que, pelo visto, constituíam duas faces de uma mesma moeda.<sup>76</sup>

Essa primeira forma de participação política desses segmentos atinge maior significação devido ao perfil desse ator, já que “era conveniente [o tropeiro] possuir certa instrução e algum capital, exigência que limitava o recrutamento dos membros de sua categoria e a fixava na classe dos mais abastados<sup>77</sup>”. Além disso, ele,

Exercia também função capital junto dos proprietários do interior, a quem punha a par das variações comerciais do momento, funcionando como seu conselheiro de negócios. A presença estratégica que ocupava na vida comercial exigia do tropeiro um aperfeiçoar constante que garantisse o bom desempenho das suas funções<sup>78</sup>.

O segundo modo de projeção deu-se na esfera institucionalizada de representação política, através, inclusive, da participação na Câmara dos Deputados e no Senado. Certamente essas dois modos de participação são indissociáveis e necessários à medida que um só existe por conta do outro. Como nos faz saber Lenharo,

Instalados na corte, os políticos do interior não perdiam os vínculos com suas propriedades, mantendo cuidados, fosse com a produção, fosse com os negócios. A permanência dos interesses no interior é ilustrativa de uma situação onde as atividades econômicas se faziam simultaneamente ao desempenho de funções políticas e administrativas<sup>79</sup>.

Destarte, temos uma elite composta de proprietários mineiros, entre outros segmentos, que opera na Corte seja no âmbito da burocracia institucionalizada (câmaras e ministério) seja através da vinculação do tropeiro com o proprietário (superando a visão do tropeiro como homem pobre de cultura limitada) o qual os projeta como atores influentes no cenário político nacional, e complementa nossa perspectiva que vê alguns proprietários enquanto gestores de seu segmento, expandindo-se na política.

Essa elite política mineira, aqui a liberal-constitucionalista, formou-se aspirando, entre outros objetivos, a unificação dos segmentos proprietários, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, eclesiásticos e magistrados em torno de um projeto político unificado. É ela que,

---

<sup>76</sup> Ibid., p.120.

<sup>77</sup> LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. p.108.

<sup>78</sup> Ibid., p.108.

<sup>79</sup> Ibid., p.119.

Além de buscar a unidade da classe proprietária, cumpria atrair para esse projeto setores não proprietários, produtores agrícolas, com e sem escravos, trabalhadores assalariados, artesãos, militares e funcionários<sup>80</sup>.

Temos, portanto, uma elite política liberal que, como já afirmamos, possuiu uma “relação orgânica<sup>81</sup>” com a propriedade e que procurou integrar o mais amplo número de proprietários em torno do seu projeto, bem como estabelecer sua representatividade legal, no âmbito das Juntas, dos Conselhos de Governo e de funções fundamentais para a construção de qualquer hegemonia política, como a de juiz de paz e de vereador.

Essa elite, na busca da “implementação” de um projeto político hegemônico no âmbito da província, atuou em espaços diversos e cotidianos e procurou atingir outros segmentos, além dos próprios proprietários. A elite política mineira por nós aqui tratada e, que nesse período convencionou-se designar como liberal-constitucionalista, utiliza como mecanismos operacionais do seu projeto público elementos como: os periódicos, os círculos de leitura, a criação de livrarias, as festas religiosas, os teatros e aulas públicas.

É relevante sublinhar que essa elite liberal-constitucionalista mineira, além de ter procurado a unificação de segmentos heterogêneos para maior representatividade e ter lutado pela consolidação dessa representatividade nos embates com o Rei pelo constitucionalismo, teve como tarefa diuturna a implementação das idéias liberais em um ambiente estranho a elas. Como sugere Wlamir Silva,

É importante lembrar, no entanto, em guarda contra o anacronismo dos que vivem a sociedade capitalista e liberal, que o constitucionalismo e o liberalismo não eram unânimes em sua população, sobretudo pelo desconhecimento e pela força das tradições absolutas<sup>82</sup>.

Exatamente por isso, essa elite liberal-constitucionalista precisou superar o absolutismo vigente na sociedade mineira desta época, representado por vários políticos e com relação direta e necessária com a Igreja. Conseqüentemente, no âmbito provincial e no embate político pela direção da província, assiste-se a uma polarização ideológica entre os liberais-constitucionalistas mineiros e os absolutistas que tinham na religião institucionalizada, i.e., na Igreja, a base de suas representações.

---

<sup>80</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p.133.

<sup>81</sup> *Ibid.*, p.102.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 150.

Além do objetivo de construir um projeto político que de certa forma impusesse limites ao Rei e que disseminasse uma nova lógica político-conceitual, essa elite que, muito embora liberal, necessitava adequar-se ao espaço mineiro, teve, na transição para o Império autônomo, que resolver antes de tudo uma questão fundamental, que ia além da unificação de amplos segmentos sociais contra os absolutistas. Essa questão dizia respeito à resolução do impasse sobre *qual* opção liberal seguir: aderir ao Imperador e conseqüentemente subordinar-se a ele e só agir no âmbito possível que ele estabelecesse, ou buscar um governo autônomo na província “inspirado nas juntas governativas do constitucionalismo do Porto”<sup>83</sup>.

Qual tipo de liberalismo que se desenvolveu em Minas e como foi o processo de sua implementação, veremos no capítulo seguinte. Por ora, exporemos os mecanismos utilizados por essa elite (liberal-constitucionalista) para fazer “reverberar” uma lógica ético-política e conceitual, de modo a transformar filosofia em “senso comum”, com vistas à construção de uma “cultura política” e ao estabelecimento de sua hegemonia.

#### **1.4 - A imprensa como instrumento da elite liberal mineira**

Observamos que na busca de hegemonia, dado a definição com a qual trabalhamos, torna-se fundamental o agenciamento de toda a estrutura sócio-política em busca de uma representação que unifique o nível de percepção do indivíduo em relação à estrutura político-ideológica na qual ele está inserido. Como já definimos, hegemonia está para além da simples manipulação, uma vez que constitui um modo particular de conceber o mundo, a natureza humana, a vida social e as relações coletivas, investindo, assim, sobre as formas práticas da experiência e sobre as consciências individuais.

Deste modo a hegemonia ultrapassa a captação de apenas um segmento social, mesmo em um espaço onde o voto é censitário<sup>84</sup>, levando a elite a procurar, dentro do seu projeto, que já possuía o objetivo de unificar os proprietários e distintos segmentos *produtivos* em torno de uma “concepção política”, a captação de outros setores da sociedade que, se não estavam diretamente vinculados com o seu projeto, eram considerados agentes de alguma forma, até mesmo no caso da manutenção da ordem, i.e., para uma sociedade sem revoltas.

---

<sup>83</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 82.

<sup>84</sup> O processo eleitoral brasileiro estabelecido na constituição instituiu o voto censitário e duas esferas de eleições: as primárias, que formava um colégio eleitoral que elegia os eleitores para a segunda que elegia os senadores, deputados e membros do conselho da província. Os eleitores primários deveriam ganhar acima de 100 mil réis anuais, os eleitores secundários 200 mil réis, os candidatos a deputados 400 mil réis e para o senado acima de 800 mil réis.

Como já dissemos, para tal intento essa elite utilizou a imprensa, dentre outros instrumentos. Todavia, diante deste fato, surge um primeiro questionamento: haveria eficácia no uso desse instrumento em uma sociedade com um altíssimo índice de analfabetismo?

Antes de tudo, é necessário sublinhar que o público-alvo da imprensa liberal eram os proprietários. Indícios deste fato podem ser observados através da análise da própria lógica conceitual liberal veiculada pelos jornais e que eram identificados com os proprietários, ou mesmo através da quantidade de anúncios de vendas de produtos variados e de fugas de escravos, algo que na realidade, interessava basicamente aos proprietários com capacidade de compras. Eis um exemplo deste tipo de anúncio:

De novo tornamos a anunciar que se acha a venda nesta oficina a insigne obra do Famoso médico Bom-tempo de muita utilidade para os fazendeiros e pais de famílias. Seu custo é o mesmo do Rio de Janeiro. 2\$000 rs.<sup>85</sup>

Consideramos também que o grande número desses anúncios nos permitem pensar sobre um razoável índice de leitura desses periódicos, já que os encontramos em quase todas as edições. Afina de contas se não houvesse leitores para que tantos anúncios?<sup>86</sup>

No entanto, não era só aos proprietários que essa elite liberal pretendia atingir. Na realidade, a eficácia da imprensa nesse espaço público está relacionada a outros fatores além da leitura individual. Podemos perceber nesse período uma imprensa dinâmica pelo menos no nível em que ela é influenciada e influencia através de elementos orais e simbólicos, o que lhe permite de certo modo ser abrangente.

A alfabetização era escassa, mas o rótulo de “elitismo” para a imprensa que surgia deve ser empregado com cautela, mesmo no Brasil escravista. Havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas.<sup>87</sup>

Continuando nesta linha de raciocínio, recordamos ainda que os mineiros produziram na província o seu próprio maquinário (chapas, prelos, typos e demais utensílios), o que demonstra ao menos uma certa disposição e envolvimento local. Como sugere Wlamir Silva,

---

<sup>85</sup> O Universal, Ouro Preto, 26/04/1826, n.122.

<sup>86</sup> Uma outra pista que poderíamos seguir para sabermos sobre quem eram leitores desses jornais seria a lista de subscritores, pois certamente eles existiam, todavia, por caracterizar a assinatura uma opção política, possuímos dificuldades em encontrá-las. “Vendem-se na Imprensa os números avulsos deste periódico a 70 rs.; e assina-se para o mesmo a 2:100 por trimestre.” “O Universal com o seguinte número se finda a assinatura do 3º trimestre, por isso roga-se aos senhores subscritores, que ainda não tiverem pago a graça de contribuírem com o importe de suas assinaturas.” O Universal, Ouro Preto, 28/12/1825, n.71.

<sup>87</sup> MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. p.45.

“é significativo que a construção desta imprensa se tenha feito com base na dinâmica local, sob vários aspectos: no trabalho de seus artífices e no entusiasmo de liberais interioranos de extração social diversa<sup>88</sup>.”

Observamos também que o fluxo da informação periodista se dava, como já dissemos, através da oralidade, inclusive sistemática, i.e., nas leituras públicas em voz alta, até mesmo nas Igrejas, nos atos e aulas públicas, nas práticas e encontros para leitura coletiva, em um período, como sabemos marcado pela escassez de livros. Além do mais a leitura podia ser efetuada nos postos<sup>89</sup> de vendas “sugerindo que mesmo os que não compravam exemplares chegavam a ler<sup>90</sup>”. Como lemos no Universal:

Se o correio chegar a tempo, haverá leitura dos Periódicos da Sociedade promotora d’Instrução Pública em uma das Salas do Palácio do Governo [...] e são convidados todos os cidadãos que ali quiserem concorrer a leitura<sup>91</sup>.

Podemos ainda mencionar que, devido aos preços dos livros na época, o periódico era muito mais acessível, lembrando que estes inseriam nas suas folhas trechos de livros, numa seqüência que em alguns casos duravam até 9 publicações. Ainda sobre a dinâmica desses periódicos, aludimos para o fato de que um ciclo de periódicos liberais não seria gratuito, muito menos a publicação de um periódico por 17 anos, embora não saibamos a tiragem.

Outro elemento que podemos mencionar para corroborar nossa idéia sobre a expansão da leitura para além do círculo de proprietários, é a ocorrência da publicação do periódico *O Mentor das Brasileiras*, em São João del-Rei, jornal feito por homens para um público feminino no século XIX, lembramos do lugar que a mulher ocupa na sociedade nesse período em relação a política e a alfabetização.

Concluimos nosso argumento de que as informações periodistas, embora tendo como público alvo os proprietários circulando em uma sociedade de expressivo analfabetismo, foi significativa e abrangente dentro do espaço público da província de Minas Gerais. Importante

---

<sup>88</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 136.

<sup>89</sup> “Os impressos não estavam, como se vê, em inacessíveis torres de marfim, mas expostos em locais freqüentados por diversas camadas da população, como nas boticas (farmácia) que também punham à venda livros e jornais.” “Os comerciantes, mesmo os livreiros, costumavam oferecer nas primeiras décadas daquele século jornais, tecidos, louças, bijuterias, materiais de construção.” Em ambas as citações o autor está se referindo ao Rio de Janeiro, mas acreditamos servir pelo menos para reflexões sobre Minas Gerais. MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. p.78 e 79.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 81.

<sup>91</sup> O Universal, Ouro Preto, 18/04/1831, n.583.

mencionar que um dos pontos fundamentais da união da classe proprietária, inclusive com o Rei, foi a necessidade da manutenção da ordem dos setores excluídos, i.e., o imperativo de convencer a sociedade sobre a importância da ordem para a sua própria existência, estigmatizando as rebeliões ou revoltas, que dentro de uma pedagogia liberal eram consideradas práticas não evoluídas, não ilustradas.

Cabe-nos agora, após a nossa argumentação sobre a proficuidade da imprensa da época, indicar quais eram os periódicos desse período.

### **1.5 – Características da imprensa mineira no Primeiro Reinado**

Um elemento indissociável da história da imprensa brasileira é a censura. No período que é alvo nossa atenção e que transcorre após as leis de liberdade de imprensa, os embates acerca da liberdade de expressão giram em torno da discussão sobre o respeito à lei que a garante. Como podemos observar na fala do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, redator e mentor intelectual do periódico *O Universal* de Ouro Preto,

Um dos mais profícuos meios de disseminar a instrução pelos membros de uma sociedade é a liberdade de imprensa; a experiência das ações cultas demonstra com evidência esta verdade. Como poderia uma nação chegar ao conhecimento do bom ou mau procedimento de seus servidores, se não houvesse liberdade de o publicar pela imprensa? As informações raras vezes são exatas, quando os informantes não temem a pública censura. E como se obteria o conhecimento dos fatos, de que se pede informação, se a imprensa os não publicasse?<sup>92</sup>

Deste modo, foi uma tarefa diuturna do periodismo brasileiro nascente a afirmação da liberdade de imprensa, proclamada inclusive como o caminho para as luzes, proposição tão própria dos liberais desse período. Encontramos nos periódicos liberais inúmeros artigos sobre a referida liberdade. Notícias do exterior relacionando o “desenvolvimento” de outros países com a imprensa livre e comentários sobre a acuidade da liberdade de imprensa inclusive para a melhoria da governabilidade e do crescimento do Brasil. Podemos observar tais afirmações no seguinte extrato do *O Universal*, retirado do periódico liberal paulista *O Farol Paulistano*:

O mundo civilizado será livre porque o quer ser; porque trabalha para isso com interesse e afincado; porque essa é a opinião moral dos povos.  
Mas quem espalha a opinião, quem a faz medrar, quem a uniforma, quem lhe alta os gritos; quem lhe presta essas vigorosas e longas asas com que tem percorrido em

---

<sup>92</sup> CARVALHO, José Murilo. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. p.117 a 118.

tão pouco tempo o universo inteiro? É sem dúvida a imprensa o mais útil e precioso invento do homem, o baluarte da liberdade, o terror dos déspotas, a protetora da humanidade. (...) Nós intimamente convencidos de que nos países que aspiram a ser livres, cada cidadão tem ou deve ter o direito de publicar seus pensamentos acerca das matérias de interesse geral, como nos é garantido pela Constituição<sup>93</sup> (...)

O embate para a manutenção da liberdade de imprensa tinha como base o respeito à Constituição, ou seja, a publicação deveria ser livre a não ser quando considerada inconstitucional, lembrando que a definição sobre o que é constitucional não se restringia ao judiciário, mas antes, era objeto de disputa e interpretações no espaço público. Desta maneira, antes de ser julgado qualquer acusação de ilegalidade na imprensa, esses periódicos tentavam demonstrar a inexistência dessa ilegalidade nos extratos impressos comentados e que expunham algumas vezes textos da própria constituição; tal como o extrato que se segue:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras escritas e publicá-las pela imprensa sem dependência de censura; contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito nos casos e pela forma que a lei determinar. (Const. Art. 174)<sup>94</sup>

É evidente que mesmo antes da imprensa propriamente dita já existia a circulação de conteúdos informativos no Brasil. Tais como os pasquins, os vários tipos de manuscritos, como o primeiro jornal de São Paulo, escritos religiosos como o *Triunfo Eucarístico*<sup>95</sup>, ou mesmo poesias políticas como as *Cartas Chilenas* do poeta da inconfidência Tomás Antônio Gonzaga; poesias festivas, tais como a encomendada pelo governador de Minas Pedro Maria Xavier de Ataíde que por ocasião de seu natalício recebeu de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos um poema<sup>96</sup>.

A semelhança existente entre grande parte dessas produções com os periódicos mineiros da primeira metade do século XIX foi o seu caráter político<sup>97</sup>. Somos do parecer que

---

<sup>93</sup> O Universal, 05/03/1827, n.256.

<sup>94</sup> O Universal, 27/10/1828, n.202.

<sup>95</sup> “Descreve as festividades que assinalaram a inauguração da nova Matriz de Nossa Senhora do Pilar, construída em Vila Rica pelos seus moradores e concluída em 1733. Esse hino religioso reflete o ponto de vista português, sua política colonial, exalta a qualidade dessa terra numa visão paradisíaca.” RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. p.40.

<sup>96</sup> O que chama atenção para essa última referência é o fato de ela ter possibilitado a 1ª Oficina Calcográfica de Vila Rica, que nasce das mãos do Padre José Joaquim Viegas de Menezes com a função de multiplicar a impressão do referido poema.

<sup>97</sup> A característica notadamente política dos primeiros jornais brasileiros pode ser observada quando temos um aumento do número de publicações por volta de 1820 e 1821, contexto que antecede a Independência do Brasil e que está inserido no momento das revoluções constitucionalistas da Europa Ibérica e entre os anos do período regencial, momento de grande agitação política. MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*.

este caráter decorre do fato que a imprensa brasileira sugere no mesmo período de construção do Estado nacional e da emergência das idéias liberais em nosso país, senão por isto. Este conceito também delinea o caráter doutrinário e didático-pedagógico da imprensa nascente. Doutrinário porque voltado para implementação do ideário político, no período o liberal-constitucionalista e o absolutista; pedagógica porque para atingir o referido objetivo buscava a utilização de “estratégias” diversas para a “conquista” dos leitores.

Estas características supracitadas, o didatismo e o doutrinário, podem ser observadas nos seguintes extratos do O Universal. No primeiro extrato, vemos a impressão de um “diálogo fictício” entre um menino e seu mestre acerca da letra redonda. No decorrer da discussão o menino se interessa por saber o que é *monopólio*. Observamos que a resposta do mestre reporta-se a uma discussão corrente na qual os liberais criticavam a possível exploração das minas de diamantes por “Uma Sociedade de Ingleses”. Vemos nesse extrato inclusive o uso de identidades políticas, quando denominam esses “exploradores” de “Paraopebanada”<sup>98</sup>:

- Muito bem Sr. Mestre: quero agora que v.m. me faça ver alguns exemplos que encaixe a sua definição de monopólio?”
- Satisfazendo pois a vossa apetitosa curiosidade devo trazer-vos a memória o primeiro exemplo de que me lembro. Não tendes ouvido dizer que uma Sociedade de Ingleses pretende extrair os diamantes das nossas Minas mediante uma pequena soma, para os vender exclusivamente as nações da Europa por aquele preço que couber na sua fantasia?
- Sim Sr. Eu tenho ouvido por muitas vezes falar na Paraopebanada, mas cuidei que isso era coisa de comer ou beber.
- Assim é meu menino, esses negócios paraopebanicos são em última análise coisas de comer e beber, mas espero que esses ingleses não hão de ter indigestões com essas pedrinhas abrlhantadas<sup>99</sup>.

Prosseguindo com os exemplos do didatismo nos periódicos, podemos observar nos próximos extratos, um soneto elogiando o Deputado Vasconcelos e uma anedota sobre Napoleão Bonaparte que reforça os as qualificações do liberalismo.

Soneto

Por mais que se conspire o negro abismo

A denegrirte ó grande Vasconcelos

Quem poderá negar os seus disvelos,

Teus talentos e teu patriotismo? (...)

---

<sup>98</sup> Identidade associada aos absolutistas que de acordo com O Universal significa na língua Nhomé: Paro = homem diabo, peva = o pior de todos os diabos, bano= seje queimado vivo.

<sup>99</sup> O Universal, 18/01/1826, n.80.

Em patriotismo tens toda a vantagem,  
Ao trono tens amor, tens probidade,  
Tens talento, saber, honra e coragem<sup>100</sup>.

Anedota:

Quando Bonaparte se viu caído, exclamou penetrado de arrependimento e dor:  
pequei contra as idéias liberais, tudo está perdido<sup>101</sup>.

Com base nos exemplos sobre o caráter pedagógico dessa imprensa liberal, observamos que vários extratos definiam alguns conceitos ( liberdade, constitucionalismo, liberalismo, entre outros) de uma maneira acessível aos leitores, como podemos notar em um extrato intitulado *Discurso sobre a economia*: “A única fonte da riqueza é o trabalho. Não era com ouro e com prata que originalmente se comprava a riqueza do mundo, como diz o Sr. Smith, era com o trabalho<sup>102</sup>.”

Além desses exemplos encontramos também nesses periódicos dicionários, fábulas, “máximas e pensamentos”, entre outros elementos que faziam parte da estrutura de narrativa dos “jornais” brasileiros do período<sup>103</sup>.

Os primeiros jornais brasileiros possuíam dois formatos, um com páginas pequenas e aparecendo com uma periodicidade mensal ou bimensal (exemplo: *Correio Brasiliense*) e o outro com maior periodicidade, em média duas ou três vezes por semana e possuindo quatro páginas, algumas edições seis páginas, como é o caso do *Universal* de Ouro Preto, o *Astro de Minas* de São João del-Rei ou *O Farol Paulistano* de São Paulo, dentre outros.

Esses periódicos não tinham nem capa nem manchetes. Tais jornais também não davam títulos para os artigos, não tinham reportagens ou figuras; a primeira caricatura impressa só aparece em 1837. Segundo Alex Lombello “raros artigos respondiam a questões básicas que um jornalista atual é treinado para responder (Quem? Onde? Quando? O que? Por que?)<sup>104</sup>”.

---

<sup>100</sup> O *Universal*, 10/12/1828, n.221.

<sup>101</sup> O *Universal*, 02/11/1829, n.360.

<sup>102</sup> O *Universal*, 30/12/1825, n.72.

<sup>103</sup> Encontramos no *O Universal* o “*Dicionário Corcundativo*”, lembrando que o termo corcunda já é uma identidade política associando os absolutistas a servos, onde achamos inseridas definições como: “carne: comida condenada nas sextas-feiras e sábados e mais 40 dias no ano em prol de uma nação estrangeira, que nos embute bacalhau podre a troco de ouro e prata e contra o preceito de Deus a seus discípulos – Comei de quanto se vende no mercado”. (26/06/1829) n. 305. O *Universal*, 07/06/1830, n.450. “Máximas e pensamentos”: A educação pública é a mais forte barreira que só pode por ao despotismo, este monstro nutrindo-se da estupidez, há de forçosamente sucumbir, logo que aquela tenha espalhado pelo povo brilhantes luzes e filosóficas. (Astro)”.

<sup>104</sup> AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a Correnteza*. p.25.

Por serem jornais fundamentalmente políticos, esses periódicos possuíam no cabeçalho a citação de algum autor referente à opção do jornal, o que deixava explícito a que tendência pertenciam. Por exemplo, o periódico *O Novo Argos* possuía em seu cabeçalho a referência de De Pradt: “*Le genre humain est em marche, et rien ne le fera retrograder*” por sua vez *O Universal* que trazia em todos os seus números a seguinte citação: “*Rien n’est beau que lê vrai: le vrai Seul est aimable*” frase atribuída a Voltaire, mas que de acordo com Otávio Tarquínio foi na verdade composta por Boileau.<sup>105</sup>

Devido ao seu caráter político e doutrinário esses periódicos elaboravam uma redação cheia de artifícios tais como exclamações e apóstrofes. Além disso, veiculavam uma linguagem várias vezes figuradas e com expressões que procuravam “impactar”, chamar atenção dos leitores. Buscavam, além de tudo, a polarização dos atores envolvidos na disputa política, a saber, liberais e absolutistas, em termos concretos e cheio de transfigurações simbólicas. Expressões como “monstro do servilismo”<sup>106</sup>, e orações completas como: “Percebemos que o sistema da monarquia constitucional e representativa encerra todos os germes da felicidade e da liberdade a que o homem social pode aspirar<sup>107</sup>” ou “Nos governos republicanos reinam quase sempre a desordem a parcialidade<sup>108</sup>”, são constantes nos discursos dos jornais liberais.

Esses periódicos traduziam e transcreviam, como já aludimos, trechos de livros, na maioria das vezes obras filosóficas liberais<sup>109</sup>. Neles encontramos, por exemplo, a publicação de extratos de obras de autores tais como Adam Smith que duravam algumas vezes seis edições e que vinham comentadas e “facilitadas” para melhor apreensão do leitor, comentários que em algumas ocasiões eram inclusive contextualizados com os problemas da época. Os periódicos liberais publicavam extratos de autores como: Bonnin, Fenelon, Voltaire, Mably, Benjamin Constant, Ganilh, Dunoyer, Torombert, Montesquieu, dentre outros; como podemos observar no do seguinte extrato:

Desgraçado o povo que não tem leis escritas, constantes e consagradas por toda a nação; que sejam superiores a tudo, e das quais recebam os Reis toda a sua autoridade, pelas quais se lhe conceda fazer todo o bem possível; e não sejam autorizado para fazer mal algum, contra os quais nada posso!!! Eis aqui o que os homens se não fossem cegos e inimigos de si mesmo estabeleceriam unanimemente para felicidade dos povos e dos monarcas. Fenelon<sup>110</sup>.

<sup>105</sup> SOUSA, Octávio Tarquínio. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. p.29.

<sup>106</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 01/02/1830, n.398.

<sup>107</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 01/02/1830, n.398.

<sup>108</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 18/11/1825, n.054.

<sup>109</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 03/09/1828 contém parte do livro *Espírito das Leis* de Montesquieu.

<sup>110</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 21/05/1828, n.134.

Ressaltamos que a razão de ser desses periódicos era fundamentalmente “educativa”, pedagógica e formadora de opinião, de tal maneira que até mesmo as notícias “descompromissadas” levavam em seu bojo algum elemento “educador”.

Ainda que veiculassem anúncios e classificados em uma parte denominada “Avisos”, esses periódicos não veiculavam publicidades de produtos, pois de acordo com Ana Luiza Martins “a publicidade propriamente dita nasce por volta de 1870 no quadro da grande depressão”<sup>111</sup>. Podemos ver exemplos dos referidos anúncios nos seguintes extratos:

No dia sexta feira 16 de dezembro furtou-se um relógio com caixa dourada, tem no mostrador uma figura com hum oboé na boca, e hum cachorrinho ao pé; tem ponteiro de instantes comprido; cordões e chave de ouro com uma pedra de cristal de Goiás; quem o descobrir traga-o a esta oficina, e receberá de alvissaras 4\$000 rs<sup>112</sup>.

Novamente chegou da Corte uma porção de garrafas e Vidros menores do precioso Vomitório, e purgantes de Le Roy da legitima composição, e se acha a vender na Casa de Forbes<sup>113</sup>.

Acha-se para vender para fora da terra em escravo ladino da nação Mina, bom cozinheiro, de idade de 28 anos incompletos e bom corpo para lavra, quem o quiser comprar dirija-se à loja de Francisco Xavier<sup>114</sup>.

Além do mais os periódicos mineiros publicavam notícias da Corte, de outras províncias e de outros países, além de comentarem sobre as situações políticas de nações como Inglaterra, França, Portugal entre outros, tal como no extrato que segue:

Ao jornais de Nápoles anunciaram que o Rei Francisco I tinha recebido do Imperador d’Austria hum convite para ir a Milão, e ai conferenciar com S.M.I. Segundo escreve-nos o nosso correspondente de Augsbourg circulou o boato de que iguais convites foram dirigidos aos Príncipes de Modena, Luca, Parma, e Toscana. Julgava-se que se ia negociar em Milão para estabelecer uma confederação Germânica. Não obstante a noticia do projeto de uma tão grande importância política, pois que o protetorado da Itália ficaria em poder do Soberano do Reino Lombardo-Veneziano (O Imperador d’Austria) precisa confirmação. Do Spectador<sup>115</sup>

Neles podemos ler editais de comércio, ações públicas, extratos de sessões da câmara dos Deputados e do Senado, dos conselhos províncias e de câmaras municipais, além de

---

<sup>111</sup> MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. p.85. citado/apud.

<sup>112</sup> O Universal, Ouro Preto, 23/12/1825, n.69.

<sup>113</sup> O Universal, Ouro Preto, 23/12/1825, n.69.

<sup>114</sup> O Universal, Ouro Preto, 14/07/1826, n.156.

<sup>115</sup> O Universal, Ouro Preto, 25/12/1825, sem n.

decretos<sup>116</sup> e avisos ministeriais,: “fazendo às vezes de ‘diário oficial’ no âmbito da província<sup>117</sup>”, tal como sugere Wlamir Silva e como podemos perceber neste extrato veiculado pelo *O Universal*:

Na sessão 13<sup>a</sup> de 27 de maio a indicação que motivou maior atenção na câmara foi a do Sr. Costa Aguiar em que propunha se oficiasse ao Governo para mandar à província do Pará um Oficial Engenheiro incumbido de promover o estabelecimentos úteis, e necessários a Província e um naturalista para se ocupar dos objetos da sua profissão: outro senhor Deputado pediu que se fizesse extensiva ao Maranhão a indicação ao Senhor Costa Aguiar a urgência foi apoiada. Vários senhores deputados provaram a necessidade de mandar-se a essas províncias um oficial, que ao menos indicasse os pontos de defesa, e explanaram a necessidade que tinham essas províncias de estabelecimentos úteis e proveitosos; e depois de ventilada a questão propôs o senhor Vergueiro que se pedissem ao Governo ilustrações a esse respeito o que depois de longa ventilação foi aprovado. Fez-se depois a nomeação da Comissão da Redação das Leis para qual foram nomeados pela aprovação do escrutínio os senhores Araújo Viana, Maia, e outro sr. Deputado. Extrato da sessão da câmara<sup>118</sup>.

Esses periódicos inseriam-se, como já dissemos, em uma rede colaborativa (troca, intercâmbio e influência) com outros periódicos liberais de Minas e de outras províncias<sup>119</sup>, além de fazerem referências a periódicos opositores.

Essa rede colaborativa pode ser observada quando encontramos impresso no *O Universal* um Parecer da Comissão de Instrução Pública onde o liberal Batista Caetano (que foi deputado por Minas Gerais) fundador da Biblioteca Pública de São João del Rei requereu, para a sua biblioteca que no período já possuía 800 livros, a exceção do porte dos Correios para recebimento dos periódicos<sup>120</sup>. Podemos também constatar a existência dessa rede de periódicos a partir do seguinte cabeçalho impresso no *O Universal*:

Para facilitar a correspondência do Universal com as diversas comarcas da província, recebem-se assinaturas em São João del Rei em casa do sr. Batista Caetano de Almeida, em Sabará em casa do sr. Custódio Amancio de Magalhães, na Vila do Príncipe em casa do sr. José Ferreira, as correspondências podem ser dirigidas a esses srs<sup>121</sup>.

---

<sup>116</sup> O Compilador Mineiro, Ouro Preto, 14/11/1825, n.15- DECRETO: “Fazendo muito necessário designar os novos uniformes, que deverão usar de agora em diante os oficiais, gerais (...)”.

<sup>117</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 95.

<sup>118</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 03/07/1826, n.151.

<sup>119</sup> Aurora Fluminense, Astréa, Correio Mercantil, Farol Paulistano, Abelha Pernambucana, Observador Constitucional, Astro de Minas, Sentinela do Serro, Sentinela Bahiana, Mentor das Brasileiras, Minerva Francesa, Observador das Galerias, Matutina Meia Pontense, Amigo da Verdade, Courier do Brésil, Spectador, Diário Fluminense.

<sup>120</sup> *O Universal*, 02/11/1827, n. 48.

<sup>121</sup> *O Universal*, 10/03/1828, n. 103.

Podemos observar ainda que as ações dos liberais mineiros, na província ou na Corte eram “percebidas” devido a veiculação dessas ações em notícias publicadas por periódicos liberais de outras províncias<sup>122</sup>. Assim sendo,

A atuação e formulação dos liberais mineiros através de sua imprensa regional significava uma nova rede de influência e outro plano da hegemonia liberal em um intercâmbio permanente de informações envolvendo o periodismo liberal mineiro e outros publicistas liberais<sup>123</sup>.

Esses periódicos saudavam inclusive o nascimento de outros jornais<sup>124</sup> e criticavam o surgimento de jornais opositores com notícias e descrições relacionadas às identidades políticas construídas para tais, como observamos nessa nota do *O Universal* sobre o aparecimento do periódico absolutista *Telegrapho*<sup>125</sup>.

Sábado do corrente pelo meio-dia, uma espessa nevoa que obscureceu toda a cidade, acompanhada de grossa chuva, alguns relâmpagos e trovões anunciou aos habitantes da capital o aparecimento do *Telegrapho*<sup>126</sup>.

Encontramos também nos periódicos uma “seção” denominada “Correspondências”. Eram cartas de leitores dando opiniões sobre temas políticos ou às vezes simplesmente pedindo conselhos comuns<sup>127</sup>. Que essas correspondências de fato existiram, mesmo sendo em alguns momentos mais um mecanismo da pedagogia liberal, podemos constatar na seguinte nota onde o redator coloca inclusive a lista de correspondentes em disponibilidade.

---

<sup>122</sup> O Farol Paulistano, São Paulo, 23/11/1827, n.67. Encontramos nesse periódico o discurso do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos contra uma emenda do Senado sobre a emissão de bilhetes do tesouro, dizendo o deputado: “Cansado de condescender com o Senado estou na resolução de só aprovar, o que ele fizer a bem do Brasil (...)”.

<sup>123</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 67.

<sup>124</sup> Por exemplo, o *Universal* noticia em seu número 25 de 12 de setembro de 1825 o seguinte: amanhã sahirá o Patriota Mineiro- que tem como objeto a ilustração pública. E depois na próxima edição coloca uma carta do leitor onde aparece: “Mil graças sejam dadas ao famoso Patriota Mineiro; que linguagem! Que sizudeza! que verdadeiro Patriota Mineiro!”. Publica também em 26 de novembro de 1827 o nascimento do *Astro de Minas* de São João Del Rei que tem como redator o liberal Batista Caetano e do *Novo Argos* do Ouro Preto do padre Bhering, entre outros.

<sup>125</sup> Mais tarde veremos esse processo de criação de identidades políticas quando o *Universal* associa o *Telegráfico* (oriundo de *Telegrapho*) ao despotismo, onde “Todo o *Telegráfico*, ou amante do despotismo é cativo, hipócrita, intrigante, mentiroso, ladrão, ignorante, egoísta e matador”. O *Universal* 14/02/1831 n.557.

<sup>126</sup> O *Universal*, Ouro Preto, 04/05/1829.

<sup>127</sup> Título: Correspondência, “Sr. Redator do *Universal*, Estando próximo a partir desta cidade para a Província de Goiás, e tendo comprado dois bilhetes da loteria da Câmara desta imperial cidade rogo-lhe o obséquio de me insinuar o que devo fazer com eles antes da minha partida; porque estou certo, que tão depressa não andaré a roda de semelhante loteria e não me posso demorar por mais tempo. Sou seu Constante Leitor. Resposta: “O conselho mais prudente é cambiá-los a 95 por cento, e dá-los pelo amor de Deus e do próxima a Santa Casa da Misericórdia que bem precisa dessas esmolas..”

O atual redator do periódico Universal não sendo de modo algum responsável em juízo pelos escritos alheios publicados na sua folha de baixo do nome correspondências, faz certo ao público, que de hoje em diante se acharão em poder do impressor Manoel José Barbosa todas as cartas, e mais papéis em diferentes pessoas lhe tem dirigido para se publicar, e assim aqueles srs. que se sentirem ofendidos por qualquer artigo, que venha debaixo do sobredito título de correspondências, quando tenha motivo de se queixar no Tribunal de Jurados, lhe será imediatamente declarado pelo impressor o nome do autor da carta, ou artigo, sem que seja necessário chamar-se o Redator aos jurados para fazer essa declaração: o que anunciamos para chegar ao conhecimento de todos: porém prometemos guardar o mais escrupuloso segredo a todos os nosso correspondentes, cujo nomes só declararemos quando a isso nos obrigue a lei, e de novo protestamos não admitir correspondências, que maculem a honra e crédito de qualquer funcionário público sem que venham legalmente assinados e reconhecidos<sup>128</sup>.

Podemos observar que essas correspondências, muitas vezes eram escritas por indivíduos ligados aos redatores dos jornais e que serviam para reforçar o discurso acerca do liberalismo. Eram utilizadas também para trazerem à discussão temas mais delicados para serem tratados pelo próprio redator, como em algumas vezes denúncias contra juizes de paz e vereadores.

A publicação dessas correspondências fazia parte ainda da estratégia liberal de evidenciar e reforçar alguns conceitos, necessários para o estabelecimento de hegemonia política, através inclusive da repetição dos mesmos termos. Tal prática possuía, ao nosso ver, o objetivo de atribuir ao projeto liberal uma naturalidade inquestionável e possuía como um dos objetivos adesão do leitor.

Alguns termos eram expostos e contrapostos o tempo inteiro nesses periódicos, não só nas correspondências, mas em todo ele: constitucionalismo/absolutismo, liberais/corcondas, liberdade/despotismo. Lembramos que esses termos eram re-significados de acordo com a opção de construção da tendência que os publicavam.

Consideramos de significativa importância o estudo desses termos. Isto porque eles são fundamentais para a compreensão do estabelecimento e desenvolvimento de uma dada cultura política cuja difusão se realiza pela expansão das representações contidas nos termos e conceitos que a constituem. Assim sendo torna-se necessário a análise dos conceitos vinculados as praticas liberais na província de Minas Gerais, bem como a nível nacional. Tal intento será desenvolvido por nós nos capítulos seguintes. Por ora apresentaremos quais eram os periódicos desse período e suas características.

---

<sup>128</sup> O Universal, Ouro Preto, 26/04/1826, n.122.

## 1.6 – Os periódicos mineiros do Primeiro Reinado

Em Minas Gerais o periódico mais importante, pelo menos no Primeiro Reinado, foi O Universal editado na capital Ouro Preto. O Universal circulou de 18 de julho de 1825 a 10 de junho de 1842, sendo o periódico de maior longevidade da província. Segundo Rodrigues,

O Universal é que refletirá, durante 17 anos, de 1825 a 1842, o pensamento filosófico, político e o ambiente cultural mineiro. Realmente só se compreende a vida cultural mineira na primeira metade desse século em referência a este jornal, de forte tendência liberal<sup>129</sup>.

O Universal teve como fundador, mentor intelectual e um dos principais colaboradores o deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos. Vasconcelos utilizava o jornal para defesa dos interesses dos proprietários que representava, sendo que o periódico dedicava-se inclusive à divulgação da atuação política do deputado. Vasconcelos contestava que era redator desse periódico, mas:

Incontestável é, porém, que nesse jornal escrevia freqüentemente, fazendo-o órgão de suas idéias, de suas campanhas, de sua ação política, iniciada no Conselho do Governo de Minas Gerais- o primeiro que se instalou no Brasil; ação política cuja envergadura deixaria patente desde logo nos dois casos já apontados: o dos diamantes e o das terras do rio Doce.<sup>130</sup>

No mesmo contexto de periodismo liberal surgiu em São João del Rei o *Astro de Minas*, fundado em 1827 pelo deputado liberal Baptista Caetano. *O Astro* foi o primeiro periódico mineiro nascido fora de Ouro Preto e durou até 1839. Tal periódico mantinha relações constantes com o periódico *A Aurora Fluminense*, do Rio de Janeiro, publicado por Evaristo da Veiga<sup>131</sup>. Para o historiador Alex Lombello,

É de se imaginar que o Astro de Minas, embora não fosse uma mercadoria no mesmo sentido dos jornais do século XX, circulasse em companhia das mercadorias sanjoanenses que se espalhavam por Minas<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. p.43.

<sup>130</sup> SOUZA, Octávio Tarquínio. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. p. 31.

<sup>131</sup> Alex Lombello indica que o Astro possuía uma relação mais próxima com a Aurora Fluminense do que com o Universal, e supõe que talvez fosse porque São João tinha uma cultura liberal mais próxima à do Rio, ou porque Batista Caetano fosse mais afinado com o livreiro Evaristo do que com o jurista Vasconcelos. AMARAL, Alex Lombello. *O Astro de Minas contra a Correnteza*. p.30.

<sup>132</sup> *Ibid.*, p.53.

Ainda em São João del-Rei surgiram *O Amigo da Verdade* (1829-1830) periódico conservador-absolutista, além do primeiro periódico brasileiro dirigido às mulheres e escrito por homens, *O Mentor das Brasileiras* (1829-1832). O *Mentor* “pregava uma educação feminina que se baseava no combate ao ócio, com o fito de evitar ‘doutrinas perigosas’ e ‘sinistras paixões’...”<sup>133</sup>. Esse periódico trazia em seu bojo assuntos como moda, retidão de valores e vida doméstica tudo veiculado com base na pedagogia liberal. O jornal publicava ainda: fábulas, poemas, resenhas, anedotas e contos morais, sempre interpretados à luz de objetivos ético-políticos liberais. Para ilustrarmos tal dinâmica podemos recorrer a fábula o “Velho e o Burro” impressa no periódico,

Viajava um velho por uma estrada com um burro carregado, saíram de emboscadas uns ladrões. O velho insistiu com o muar para que apressassem o passo a fim de fugirem dos salteadores. Ao que indaga o animal: se acaso ele caísse no poder dos ladrões se eles lhe poriam duas albardas? O velho sinceramente respondeu que não. Assim, concluía o burro: “pois que me importa que eu sirva a ti, ou a eles, com tanto que eu leve as minhas albardadas? (Mentor, 6 jan. 1830). [De acordo com o redator essa fábula oferecia grandes ‘moralidades se a lermos com reflexão’. Por isso dissertou o Mentor que ‘o seu autor quis mostrar que quando se trata das mudanças dos principados dos Reis, os pobres nada mudam’. Isso ocorre, conforme o jornal, num Estado despótico]<sup>134</sup>

Além do *Universal*<sup>135</sup>, surgiram em Ouro Preto no Primeiro Reinado a *Gazeta de Minas* (1831), e o *Novo Argos* (1829-1834), periódico liberal que foi um dos poucos que imprimia em suas folhas o nome do seu criador e redator o Padre liberal Antônio José Ribeiro Bhering. Surgiram também em Ouro Preto, em um momento anterior ao apogeu dos periódicos liberais os periódicos: *Compilador Mineiro* e a *Abelha do Itaculmy*. O *Compilador* circulou de 13 de outubro de 1823 a 9 de janeiro de 1824, como *O Universal* era publicado três vezes por semana e possuía em média 4 páginas e durante sua existência produziu 29 edições.

Já o *Abelha do Itaculmy*, teve uma duração maior, de 14 de janeiro de 1824 até 11 de julho de 1825. Ainda em Ouro Preto surgiram na primeira metade do século XIX os seguintes periódicos: *O Companheiro do Conselho*, *O Diário do Conselho do Governo da*

<sup>133</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p.238.

<sup>134</sup> MOREIRA, Luciano da Silva. "A necessidade de amar": narrativa de ficção e cultura política no *Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. p. 83.

<sup>135</sup> Podemos observar informações quantitativas em relação aos periódicos através do próprio *O Universal* que escreve: “Eis aqui, pois agora em resumo o que no presente ano de 1825 se tem dado a luz nesta cidade 82 números da *Abelha do Itaculmy* em folio, 12 números do *Companheiro do Conselho* em 4, 22 números do *Diário do Conselho do Governo*; em fol; o *Tratado de Educação Phisica do Coronel Gomide* em 8º pequeno; 13 números do *Patriota Mineiro* em 4º; e deste novo periódico, único que resta de tantos escritores 72 números até hoje.” *O Universal*, Ouro Preto, 30/12/1825, n.72.

Província de Minas e O Patriota Mineiro. Em Mariana a Estrella Mariannense (1830-1832), O Homem Social (1831), o União Fraternal e o Guarda Nacional Mariannense (1834). Em Pouso Alegre nasceu o Pregoeiro Constitucional (1830-1831), em Diamantina (antigo Arraial do Tijuco) o Echo do Serro (1828), na Vila do Príncipe A Sentinela do Serro. Vários outros surgiram em outras localidades mineiras, porém no período regencial<sup>136</sup>. Dos periódicos mineiros absolutistas do Primeiro Reinado destaque para O Amigo da Verdade (São João del Rei 1829 – 1830) e o ouropretano O Telegrapho (1829-1831).

O Telegrapho foi uma das fontes de observação do pensamento absolutista utilizado por nós. Por serem poucos os números do Telegrapho, lançaremos mão das impressões dos liberais sobre estes para descrevermos algumas características dos absolutistas mineiros.

### **1.7- Absolutistas: associados à Igreja e oponentes dos liberais**

Os absolutistas, tidos pelos liberais como estrangeiros e sanguessugas<sup>137</sup> de empregos públicos, eram combatidos por estes e identificados como indivíduos que buscavam as “sobrevivências do Antigo Regime<sup>138</sup>” e as benesses de uma Igreja considerada corrupta pelos liberais. Os absolutistas receberam, dentro da pedagogia liberal de criação de identidades políticas, a alcunha de “corcundas”<sup>139</sup> ou “telegráficos”, esta última graças ao nome do periódico O Telegrapho. O Telegrapho, por sua vez, combatia veementemente o pensamento liberal, defendia o caráter sagrado da pessoa de D. Pedro I bem como a necessidade da manutenção de um governo absoluto. Este periódico comparava os liberais aos “jacobinos franceses e defendia ‘Altars’ e ‘Religião’”<sup>140</sup>. A reprodução de um extrato do Telegrapho, feita no jornal O Universal, tal como já observado pelo historiador Wlamir Silva, permite-nos advertir como a Teoria do Direito Divino dos Reis se configurava no pensamento absolutista:

---

<sup>136</sup> Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública (1832-34 OP), A Legalidade do Triunpho (1833 –SJDJR), O Vigilante (1832-35), Sociedade Pacificadora e O Atleta Sabarense (1832) todos de Sabará. O Diamantino (1832- No Arraial do Tijuco ) o Liberal do Serro no Arraial do Itambé do Serro, O Noticiador Serrano (1833) a Opinião Campanhense (1832-1837) na Vila da Campanha da Princesa. SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p.138.

<sup>137</sup> “Estes que em santo ócio gozam e desfrutam grandes partes da renda da nação”. O Universal, Ouro Preto, 20/04/1829, n.276.

<sup>138</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002, p. 278.

<sup>139</sup> “Palavra da moda, homem que, afeito e satisfeito com a carga do despotismo, se curva como drometário para recebê-la, e, trazendo esculpido no dorso o indelével ferrete do servilismo, tem contraído o hábito de não mais erguer a cabeça, recheada das estonteadas idéias de um sórdida cobiça”. LIMA, J. Lopes de. *Dicionário Corcundativo ou Explicação das frases dos corcundas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821, p.5.

<sup>140</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 280.

Lembrar-se-iam nunca (os telegráficos) de darem passos contrários às Ordens e Vontades d’Aquele, para quem olham como sentado no Trono por vontade de um Deus, em cujo evangelho (\* se lê o per me Reges regnant?). Os Telegráficos lembrar-se-iam jamais de forçar à Aquele que foi ungido perante os Altares do Deus Vivo, Rei dos Reis, Senhor dos Senhores? Lembrar-se-iam eles nunca de forçar ao Anjo Tutelar, que o onipotente por meios impenetráveis à curta esfera do homem Colocou entre nós para Erigir, e Criar este nascente e vasto Império; Salvando-se de todos os escolhos que empecer pudessem a marcha para sua elevação e grandeza; como por vezes já o Tem feito, e vós mesmos tendes testemunhado? Não; os Telegráficos nunca se lembraram, lembram, nem lembrar-se-ão de forçar por algum qualquer motivo ao seu Monarca, ao seu Soberano, ao seu Magnânimo Imperador Pedro I, para quem olha como Homem, sim; **mas Homem, que veio à luz já revestido de inauferível Direito ao Trono Imperial em que se senta.** Os Telegráficos não se lembram d’ alguma outra Constituição ou forma de Governo, senão daquela ou aquele que felizmente nos rege &c<sup>141</sup> ... [grifo nosso]

O Telegrapho, que defenderia “a Constituição de 1824 a partir da sobrevivência do Direito Divino, adaptando o velho ao novo numa síntese autoritária<sup>142</sup>”, teve como um dos seus apoiadores, anonimamente, o bispo absolutista mineiro Frei José da Santíssima Trindade, figura que combateu os liberais durante todo o Primeiro Reinado.

Trindade nasceu em Portugal e chegou ao bispado por uma indicação de D. João VI. Sexto bispo da Diocese de Mariana, onde permaneceu de 1820 a 1835 (ano de sua morte), foi inimigo enérgico das “idéias modernas” e do iluminismo, seus posicionamentos contra elas eram, antes de tudo, “expressões do próprio movimento de conservação implementado pela Igreja no século XIX, reafirmando agonicamente as prerrogativas do Concílio de Trento num mundo que ia se transformando completamente<sup>143</sup>”.

Orientado pelas respostas da Igreja “às novas idéias”, como a reafirmação do escolatismo e o restabelecimento da Sociedade de Jesus (1814)<sup>144</sup>, Santíssima Trindade teve entre suas atividades a tarefa de realizar sistematicamente visitas pastorais com o objetivo de reforçar na população a moral cristã e, porque não, a política absolutista da Igreja. Segundo Ronaldo Polito,

---

<sup>141</sup> “Copiamos o seguinte pedaço de um sermão semi-político e religioso que apareceu no Telegrapho 87 por ser muito digno de observação e análise”. O Universal, 05/03/1830, n.412.

<sup>142</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 280.

<sup>143</sup> TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. p.26.

<sup>144</sup> Ibid., p.36.

As visitas pastorais ou diocesanas permitiam que se estabelecesse o contato direto do bispo com os fiéis, sendo, portanto, um momento privilegiado de legitimação e fortalecimento do poder religioso.<sup>145</sup>

Certamente estas visitas eram utilizadas pelo bispo como instrumento do seu proselitismo ético-político relacionado ao pensamento conservador, uma vez que nestas ocasiões suas recomendações aos sacerdotes tinham quase sempre o mesmo sentido:

(...) ordenamos que num dia de cada semana haja, na sacristia da matriz, palestra de moral, a qual presidirá o reverendo pároco, ou sacerdote de sua designação, a que devem assistir todos os sacerdotes, escolhendo-se os pontos de uma para outra semana para serem discutidos por todos os sacerdotes (...) [e] Exortamos com muita especialidade ao reverendo pároco que, em razão do seu ofício, declame contra a libertinagem que tanto grassa por desgraça digna de lágrimas de sangue, num século tão presumido de luzes, sendo este o seu principal dever, derramando no espírito do povo que lhe está cometido a verdadeira doutrina e edificando com a palavra e com o exemplo, vindo a ser o exemplar perfeito da porção do rebanho que lhe está cometido e do qual há de dar estreita conta ao Supremo Pastor e Remunerador dos bons e dos maus<sup>146</sup>. (grifo nosso)

Ainda segundo Ronald Polito as orientações seguidas pelo bispo, vinculavam-se ao ultramontanismo. Na sua avaliação:

Em alguma medida simpatizante dos grupos restauradores, mas talvez sobretudo defensor da autoridade constituída, o bispo ainda se enquadra, em grande medida, entre os ultramontanos, a facção mais conservadora do clero católico do país no período. Fundamentalmente propugnadores da concentração do poder eclesiástico nas mãos do Papa, os ultramontanos eram ainda contrários à imigração e propagação protestante ou à legislação favorável aos protestantes, às orientações ideológicas e sociais da revolução francesa e a todos os outros grupos ideologicamente constituídos, como o galicanismo, o jansenismo, a maçonaria, o racionalismo, o deísmo, o socialismo, o liberalismo e seus corolários civis, como casamento civil, liberdade de religião ou liberdade de imprensa<sup>147</sup>. (grifo nosso)

Em relação à oposição à liberdade de imprensa defendida pelos ultramontanos, Santíssima Trindade foi consoante, pois considerava que os liberais utilizavam-na contra a ordem estabelecida. Tal como podemos ler em carta que escreveu ao Marquês de Nazaré, “então ministro e secretário da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça e Eclesiástico, em 1º de janeiro de 1827” na qual afirmava que se fosse ele o responsável “tolheria a

---

<sup>145</sup> Ibid., p.38.

<sup>146</sup> TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. p.260.

<sup>147</sup> Ibid., p.36.

liberdade de imprensa para não desacreditarem tanto aos ministros da Igreja, como se observa nessa província<sup>148</sup>”

Santíssima Trindade foi também o responsável pela reabertura, após nove anos de fechamento, do Seminário de Mariana. Reformado totalmente na administração de Trindade, contava com a doação de 250 escudos por ano feito por D. Pedro I em decorrência de um pedido feito pelo próprio bispo ao Imperador, pois: “Este por certo admirava o imperador, a quem hospedou (...), no mês de março, em sua visita a Minas Gerais, quando o imperador foi friamente recebido pelos liberais em Ouro Preto, vitoriosos em Minas nas eleições de 1829”<sup>149</sup>.

O Seminário de Mariana foi palco de disputas políticas oriundas das tensões causadas entre as orientações conservadoras do bispo Trindade e a presença de alguns padres já influenciados pelas idéias liberais. Exemplo desses embates pode ser visto na exoneração levada a cabo pelo bispo, em 1829, do então professor de Filosofia do Seminário, o padre liberal Antônio José Ribeiro Bhering, acusado de ensinar “conteúdos infectas<sup>150</sup>” aos alunos. De acordo como historiador Ronald Polito:

O padre Bhering, ordenado em 1º de novembro de 1826, é nomeado pelo bispo 3 meses depois, professor de filosofia e retórica do seminário. Na condição de lente, prega livremente para seus alunos as novas idéias do pensamento filosófico, certamente de tom iluminista. Admoestado várias vezes pelo bispo, não se sente acuado, acabando por ser exonerado pelo bispo em carta de 5 de outubro de 1829. Como diz Raimundo Trindade, “foi um escândalo”. Ouro Preto cidade natal do Padre Bhering, saiu em sua defesa, conferindo-lhe a cadeira de retórica, em nítido agravo ao bispo<sup>151</sup>.

Observamos, durante o Primeiro Reinado um certo dinamismo político no interior do Seminário, devido à uma disputa entre os eclesiásticos com orientações absolutistas e aqueles com orientações liberais. Contudo, a atuação dos eclesiásticos não ficou restrita aos espaços institucionais, pelo contrário, é significativa a presença dos eclesiásticos entre as elites políticas mineiras, como veremos a seguir.

## **1.8 - Os integrantes da elite política liberal mineira**

---

<sup>148</sup> Ibid., p.36.

<sup>149</sup> Ibid., p.34.

<sup>150</sup> TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. p.38.

<sup>151</sup> Ibid., p.33.

A pessoa dos eclesiásticos entre as elites políticas mineiras pode ser constatada pela participação desses religiosos na imprensa mineira<sup>152</sup>. Entre alguns nomes atuantes nesse setor encontramos o do Padre Bhering, fundador do Novo Argos, deputado na Assembléia Nacional de 1834-1837 e deputado provincial em 1835-1837 e 1846-1853; o Padre Marinho que além de ter sido juiz de paz de Ouro Preto em 1834, Deputado Provincial nas duas primeiras Câmaras e Deputado Geral na quarta, sexta e sétima câmara foi colaborador, já na Regência, dos periódicos liberais como *Astro de Minas*, *Despertador Mineiro*, *Americano*, ambos em São João del Rei, colaborou na Sociedade Promotora da Instrução Pública e no Constitucional, ambos de Ouro Preto, além de ter sido chefe de redação do *Correio Mercantil*, no Rio de Janeiro.

Além desses nomes, temos ainda o criador dos periódicos liberais de Pouso Alegre o padre José Bento Leite Ferreira de Melo, que foi também eleito deputado nas três primeiras legislaturas (1826-1829, 1830-1833, 1834-1837) e nomeado senador em 1834. Segundo o historiador Wlamir Silva:

Destacava-se nessa elite a presença de padres, desde o início do processo de Independência. Na representação brasileira às Cortes de Lisboa, em 1820, estariam dezenove sacerdotes, entre eles três mineiros [lembrando que os mineiros não vão a corte]. Na articulação da Independência se destacaram os padres José Lopes Mendes Ribeiro, Vigário de Piranga, José Bento Leite Ferreira de Mello e José Custódio Dias. Na Assembléia Constituinte de 1823 participaram seis sacerdotes mineiros<sup>153</sup>.

É no mínimo ilustrativo sabermos que o precursor da imprensa e do jornalismo mineiro foi justamente um membro do clero, o padre José Joaquim Viegas de Menezes, que como já mencionamos realizou a primeira impressão conhecida em Minas Gerais, um poema para o então governador Pedro Maria Xavier de Ataíde.

Recordamos que entre esses eclesiásticos que participaram da Constituinte de 1823 encontra-se o cônego Francisco Pereira de Santa Apolônia que foi o primeiro presidente que Minas teve após a Independência, além de ter sido presidente da Junta Governativa de Minas e integrante do Conselho do Governo de Minas Gerais.

---

<sup>152</sup> Característica que podemos observar no periodismo nacional como: O Relator Verdadeiro dirigido pelo padre absolutista Francisco Pereira Barreto, O Conciliador Nacional do beneditino Miguel do Sacramento Lopes Gama, Maribondo do padre José Marinho Falcão Padilha, *Gazeta Pernambucana* do Padre Venâncio Henriques de Resende entre outros.

<sup>153</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 116. Os padres mineiros designados a corte são: Belchior Pinheiro de Oliveira (Vigário de Pitangui, José Custódio Dias e Manuel Rodrigues Jardim. Os da Constituinte de 1823 foram: Belchior Pinheiro de Oliveira, José Custódio Dias, Manuel Rodrigues da Costa, José de Abreu e Silva e os cônegos Antonio da Rocha Franco e Francisco Pereira de Santa Apolônia.

Para o historiador Alcir Lenharo, a presença do poder eclesiástico na elite política mineira deve-se ao fato desse segmento possuir “formação intelectual privilegiada em relação ao conjunto dos demais proprietários e, através do ministério sacerdotal, ganhavam prestígio e reconhecimento que lhes abriam a porta da carreira.<sup>154</sup>”

Indo além, podemos observar ainda que a referida elite política mineira além de ser uma elite organicamente ligada a classe de proprietários e possuir em seu bojo eclesiásticos, contou também com a presença de magistrados. Provavelmente, pesquisas mais específicas nos permitiriam demonstrar que muitos eclesiásticos e magistrados também eram eles mesmos proprietários. Tal como podemos observar em casos como o do padre José Custódio Dias, que além de padre foi administrador de fazenda da sua família<sup>155</sup>, o do Padre José Bento Leite Ferreira de Melo, e dos magistrados e proprietários Bernardo Pereira Vasconcelos e Manuel Ignácio de Mello e Souza. Todavia, mesmo que não fossem diretamente proprietários esses eclesiásticos e magistrados possuíam identificação com esse segmento, pois,

A classe proprietária, no contexto da sociedade de abastecimento, foi, então, a base de identidade e o campo de interação da elite política moderada. Dela saíram muitos de seus representantes, e em torno dela se formou um grupo de não proprietários de especial catadura intelectual, que se aproximou do elemento mais dinâmico do mundo material daquela sociedade, tornando-o como referencial e limite de sua ação<sup>156</sup>.

Como sabemos, os magistrados constituíam “uma elite sistematicamente treinada, sobretudo graças ao ensino do direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290.<sup>157</sup>”. Porém em nossa perspectiva, mesmo reconhecendo a força desse segmento na elite mineira, somos do parecer que sua formação coimbrã embora instrutora, não definiu os posicionamentos políticos assumidos por tais magistrados, que antes de tudo estavam ligados aos proprietários<sup>158</sup>. É o que podemos observar com a “ruptura de Bernardo Pereira de

---

<sup>154</sup> LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. p.120.

<sup>155</sup> Padre ordenado no Seminário de Mariana em 1791, deputado na Assembléia Constituinte em 1823 e Deputado nas três primeiras Câmaras Nacionais, Senador 1835.

<sup>156</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 115.

<sup>157</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. p.31.

<sup>158</sup> Característica importante da elite mineira foi o autodidatismo, inclusive em relação a magistratura como podemos ver no caso do Padre Marinho. Outro membro dessa elite considerado autodidata foi Batista Caetano de Almeida grande comerciante de São João del-Rei, foi vereador, juiz de paz, Deputado pela província de Minas Gerais (1830-1833, 1834-1837, 1838-1839). Fundador do periódico liberal O Astro de Minas e da Livraria Pública de São João.

Vasconcelos e Manuel Ignácio de Mello e Souza<sup>159</sup> com o reformismo de Coimbra<sup>160</sup>”. No caso do liberal Vasconcelos, além de suas próprias ações, temos também seu próprio testemunho:

Estudei direito público naquela universidade, e por fim saí um bárbaro: foi me preciso até desaprender. [Na Universidade de Coimbra], ensinavam-se as doutrinas mais absurdas porque estava isolada do mundo científico: Ali não se admitem correspondências com outras academias, ali não se conferem os graus senão àqueles que estudaram os ranços dos seus compêndios<sup>161</sup>.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, que foi um dos maiores políticos mineiros da primeira metade do século XIX, nasceu em Vila Rica no ano de 1795. Estudou na Universidade de Coimbra e formou-se em Filosofia e Direito. Filho de português, foi proprietário de lavras e arrendatário de escravos. Exerceu o cargo de juiz de fora de Guaratinguetá (1820 e 1822), deputado nas Câmaras de 1826-1829, 1830-1833, 1834-1837, membro do Conselho da Província de Minas Gerais e vice-presidente da mesma. Ministro da fazenda na Regência Trina Permanente, “Ministro da Justiça e, interinamente, do Império na Regência Una de Araújo Lima”, senador (1838) e conselheiro de Estado (1840).

Vasconcelos é o grande nome da elite política liberal mineira, pois se “em matéria econômica, o liberalismo de Vasconcelos era incontestável”, em relação a política Vasconcelos foi defensor diuturnamente de uma Monarquia Constitucionalista, na qual, através das leis, poderia garantir a representatividade política dos proprietários que representava e implementar uma forma de liberalismo no Brasil distante do liberalismo radical francês. Por isso mesmo ele empenhou-se, inclusive no âmbito da província através do Conselho de Governo e da imprensa, pela implementação das idéias liberais.

Veremos no próximo capítulo qual o tipo de liberalismo pensado pela elite política liberal mineira na qual Vasconcelos fazia parte e qual as razões dessa opção. Veremos também como os liberais se relacionaram com as instituições que buscavam a centralização do governo nas mãos do Imperador.

---

<sup>159</sup> Grande proprietário de Minas Gerais, formado em Coimbra, participou do Governo Provisório de 1821 e do Conselho Geral da Província, presidente da província (1831-1833), deputado (1ª e 3ª deputação) e senador.

<sup>160</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 116.

<sup>161</sup> SOUZA, Octávio Tarquínio. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. p. 12.

## CAPÍTULO 2: LIBERAIS *VERSUS* INSTITUIÇÕES CENTRALIZADORAS

Para que possamos compreender o tipo de liberalismo existente em Minas Gerais e no Brasil, torna-se necessário retrocedermos às reformas feitas no terceiro quartel do século XVIII, em Portugal, por Sebastião José de Carvalho – o Marquês de Pombal. Nessa reforma, Pombal promove uma ruptura com a filosofia escolástica, tendência que vigorava em Portugal até então, fato que pode ser constatado até mesmo pela expulsão dos jesuítas na administração pombalina. Dessa ruptura, que tem efeito inclusive na Universidade de Coimbra, resultou a recepção pelas instituições educacionais de Portugal em relação aos novos fundamentos da ciência moderna, com ênfase nas ciências naturais, tendo em vista, entre outras coisas, a eficácia na extração dos recursos naturais das colônias.

Institucionalmente, essas mudanças datam do ano de 1772, período da reforma nos moldes e planos da educação portuguesa. Como consequência dessa reforma, temos o estabelecimento do empirismo italiano em Portugal. Os pensadores de destaque nesse processo foram Luiz Antonio Verney e Antonio Genovesi<sup>162</sup>. Essa nova corrente considerada oficial pelo governo português, foi denominada pelo estudioso Joaquim de Carvalho “empirismo mitigado<sup>163</sup>”. A opção por esse tipo de empirismo distanciou Portugal do liberalismo laico e reformista francês, distanciamento pensado propositalmente por Pombal.

Pombal, que se afastou do iluminismo francês por temer a possibilidade de questionamento da autoridade absoluta portuguesa, dentre outros atos “anti-revolucionários”, proibiu inclusive o ensino dos filósofos Rousseau e Voltaire<sup>164</sup> em Coimbra. Assim procedendo, optou por um liberalismo que possuía as seguintes características: um liberalismo em relação direta com a religião, que previa o distanciamento da “população” da representatividade e pregava a ausência de revoluções nas esferas sociais. Segundo José Murilo de Carvalho:

Surgindo nesse contexto, o Iluminismo português ficou mais próximo do italiano do que do francês. Preparado pelos padres d Oratório, com Luis Antônio Verney à frente, esse Iluminismo era essencialmente reformismo e pedagogismo. Seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o

---

<sup>162</sup> PAIM, Antônio. *O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro*. p.20.

<sup>163</sup> RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. p.16.

<sup>164</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. p.67.

francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente cristão e católico<sup>165</sup>.

No entanto, no período chamado de *Viradeira* portuguesa, posterior a Pombal, demitido por D. Maria I tão logo esta assumiu o reino, após a morte de seu pai D. José em 1777, o liberalismo português permaneceu sem significativas mudanças<sup>166</sup>.

Mudanças que também não ocorreram no governo posterior ao de D. Maria I, com o rei D. João VI, na pessoa do ministro incumbido de promover reformas no âmbito do liberalismo português Silvestre Pinheiro Ferreira<sup>167</sup>. Ainda que esse ministro-filósofo tenha feito um esforço proeminente com vistas à superação do empirismo mitigado “pombalino”, e à implementação de um liberalismo<sup>168</sup> que possibilitasse o trânsito para o constitucionalismo<sup>169</sup>. O liberalismo português continuou sem mudanças significativas, já que o empenho de Pinheiro Ferreira não eliminou, de todo, a influência do empirismo mitigado na nova reformulação do liberalismo-constitucionalista proposto por D. João VI. É necessário lembrar que o empirismo mitigado se encontrava sintonizado com as pretensões da elite portuguesa da época que preconizava como única mudança uma forma de constitucionalismo que lhe garantisse tão somente a própria representação política, mantendo, todavia, a relação direta com a religião e o caráter antipopular do empirismo mitigado.

Evidentemente que, mesmo antes dos esforços de Silvestre Pinheiro Ferreira na organização de uma teoria liberal-constitucional para o estado português e sua suposta influência na Constituição brasileira de 1824, as teorias liberais já tinham chegado as

---

<sup>165</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. p.67.

<sup>166</sup> Estudos apontam o período mariano como um desdobramento do governo pombalino ao invés de uma ruptura radical. Indicam ainda o beneficiamento do governo mariano dos frutos do governo de Pombal. NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. p.224.

<sup>167</sup> Silvestre Pinheiro Ferreira chega ao governo em 1821 para as pastas de ministro do exterior e da guerra. E “nesse quadro, pode-se avaliar a importância e o significado da militância política e da pregação de Silvestre Pinheiro Ferreira, apontando o caminho da reforma da monarquia, isto é, da monarquia constitucional, e fundamentando-a adequadamente.” PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1984, p.92.

<sup>168</sup> Para Antonio Paim, a formulação acabada do liberalismo político se deu no Segundo Tratado do Governo Civil de John Locke. Para o autor, fica evidente nessa obra que na visão do filósofo inglês a classe proprietária “é que se fazia representar no poder legislativo”. Tal proposição estabelece ainda a constituição do corpo eleitoral, inclusive no Brasil. Paim considera que a tese central do filósofo inglês se resume na associação humana para conservação da propriedade. Essa associação leva, para alcançar tal intento, a procura de uma lei estável, um juiz imparcial, ambos consentidos por todos, e a renúncia do poder do homem individual para a conservação coletiva. . PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1984.

<sup>169</sup> “O Constitucionalismo representou a tentativa de institucionalização jurídica da teoria lockeana.” BARRETO, Vicente. *Introdução ao Pensamento Político de Silvestre Pinheiro Ferreira*: In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Idéias Políticas*. p.14.

Américas. Tais teorias se expandem para o novo continente após as revoluções Inglesa e Francesa, logicamente pelas elites brasileiras procedentes de Coimbra<sup>170</sup>.

No Brasil, elemento fundamental para a difusão dessas teorias foi o Movimento Vintista em Portugal. A revolução, que tem início em 24 de agosto de 1820 e que faz surgir a necessidade da monarquia Portuguesa pensar o constitucionalismo<sup>171</sup>, proclama a supressão de privilégios oriundos do Antigo Regime, e mais do que isso, como já citamos, um governo constitucional que possibilite uma maior participação das elites no governo do Estado, acarretando em mudanças político-econômicas nos moldes do liberalismo e se possível o retorno das relações coloniais entre Portugal e Brasil. Além disso, de acordo com Maria Odila da Silva Dias, a “Revolução do Porto fez difundir na colônia as aspirações do liberalismo constitucional<sup>172</sup>”. Em sintonia com esta historiadora, Lúcia Maria Bastos Pereira Neves considera que no Brasil:

A resposta ao movimento vintista não tardou. Com a pronta adesão do Pará e da Bahia, seguida pela do Rio de Janeiro, o ano de 1821 converteu-se naquele da pregação liberal e do constitucionalismo, esboçando-se uma nova cultura política, cuja dinâmica, porém, acompanhou o ritmo do processo histórico mais amplo. A matriz dessa cultura política foi à ilustração portuguesa, permeada em toda a sua trajetória por uma base religiosa<sup>173</sup>.

Assim sendo, podemos observar que a influência dos movimentos liberais, em Portugal e na Europa, e a implementação de um constitucionalismo pensado pelos portugueses nos moldes supracitados configuram o tipo de liberalismo que existirá no Brasil<sup>174</sup>.

---

<sup>170</sup> “A incorporação dessas idéias liberais, resultantes da revolução de 1820, transcorreu sem dificuldades pelos componentes das elites políticas e intelectuais do mundo brasileiro”. Até porque parte dessa geração tinha passado pela Universidade de Coimbra reformada em 1772, sob os moldes ilustrados portugueses. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. p.77.

<sup>171</sup> A teoria constitucionalista de Silvestre Pinheiro Ferreira foi influenciada pelo constitucionalismo de Benjamin Constant, seu conceito de representação se identifica com o de Edmond Burke. Assim: “a essência do regime representativo seria encontrada na dinâmica da independência dos poderes. Na mesma linha doutrinária de Benjamin Constant, Silvestre Pinheiro concebe a existência de cinco poderes: o eleitoral, o legislativo, o judicial, o executivo e o conservador. Este último poder, que seria o poder moderador da constituição do Império do Brasil de 1824, serviria para restabelecer o equilíbrio advindo do choque dos demais poderes”. BARRETO, Vicente. *Introdução ao Pensamento Político de Silvestre Pinheiro Ferreira*: In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Idéias Políticas*. p.17.

<sup>172</sup> DIAS, Maria Odila da Silva. *A Interiorização da Metrópole*: In: MOTA, C.G.1822 *Dimensões*. p.161.

<sup>173</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas (1820-1823)*. In: Guimarães, L.M.P.G.; Prado, M.E. (Org.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. p.77.

<sup>174</sup> Conforme a historiadora Lúcia Maria Bastos Pereira Neves, as transformações ocorridas no seio da sociedade após as revoluções, como os direitos do cidadão, liberdade de expressão, associação, só podiam ser garantidas através da constituição, que limitasse os poderes do soberano e desse voz à sociedade por meio da representação

Contudo, torna-se pertinente lembrar que o liberalismo no Brasil oitocentista será reinterpretado e adaptado às necessidades da elite brasileira, seguindo aqui seu próprio curso. A entrada das idéias liberais nas colônias ibéricas possui especificidades distintas e, no Brasil, o “cerne dessa complexidade está na relação entre essa herança colonial, que aqui significa patrimonialismo, além de escravidão e latifúndio, e a dinâmica dessa sociedade tocada pelo liberalismo (...)”<sup>175</sup>.

Compreendemos, porém, que a lógica própria do liberalismo brasileiro é construída em sintonia com o tipo de liberalismo “anti-revolucionário” dos portugueses, pois, além dos elementos já citados que demonstram a influência do empirismo mitigado na formação do pensamento brasileiro, temos também a influência dos letrados coimbrãos moderados, como José Bonifácio, Hipólito da Costa, José da Silva Lisboa e o próprio Silvestre Pinheiro Ferreira<sup>176</sup>, nos primeiros projetos de uma assembléia liberal no Brasil. Lembramos que esse grupo se impõe, na transição do Império, ao grupo que propunha uma monarquia menos expressiva, composta por Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, Januário da Cunha, entre outros. É dessa preeminência dos letrados mais moderados, que decorre o processo de “reprodução” pela elite brasileira da função dos representantes que aqui também passam a ser “escolhidos” tal como nas câmaras portuguesas, já que:

Esses ilustrados luso-brasileiros, em sua maioria, freqüentaram a Universidade de Coimbra, sendo autores de escritos políticos e de propostas que se situavam entre o velho absolutismo e as novas idéias de liberdade, em que o sufrágio e a representação ficavam restritos aos cidadãos mais prósperos<sup>177</sup>.

Assim sendo, implementa-se no Brasil um tipo de liberalismo político que, mesmo após a Independência, buscou a manutenção dos privilégios das classes proprietárias, o afastamento da população do processo de decisões e representações políticas, a permanência

---

nacional e, assim, estava dado o confronto entre as forças tradicionais e renovadoras, “iniciado com uma série de revoluções ao longo do ano de 1820. Foi no bojo desses movimentos, que Portugal e sua colônia, o Brasil, sofreram o impacto das idéias liberais e constitucionais”. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. *Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas* (1820-1823). In: Guimarães, L.M.P.G.; Prado, M.E. (Org.). *O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. p.76.

<sup>175</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p.186.

<sup>176</sup> Para Silvestre Pinheiro Ferreira, o representante é representante da nação e não do indivíduo, onde: “A concepção liberal originária da representação implica num processo de escolha da elite natural. O voto censitário constituirá o instrumento de seleção dessa elite”. Tal entendimento afasta as “reivindicações populares dos centros decisórios”. FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Idéias Políticas*. p.16.

<sup>177</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. p. 82.

da religião institucionalizada e vigente e o distanciamento do radicalismo ou das propostas de grandes rupturas<sup>178</sup>.

Contudo, esse processo não implicou na inexistência de setores verdadeiramente reformistas que defendiam a soberania popular e a liberdade de escolhas irrestritas a classes. Grupos dados à leitura dos filósofos Rousseau, Voltaire e das idéias francesas consideradas radicais, pensaram, em algumas localidades, a possibilidade da implementação da república, cogitação que existira em alguns espaços brasileiros, mesmo antes da Revolução do Porto, a qual, por sua vez, não fala em republicanismo. Para José Murilo de Carvalho, o “radicalismo” de algumas elites brasileiras não está vinculado a Coimbra, nem antes nem depois da Independência. Na avaliação do historiador, “Os líderes mais radicais dos movimentos libertários antes da Independência tinham formação francesa ou puramente brasileira<sup>179</sup>”.

Observamos, todavia, um esforço por parte das elites liberais em prol do afastamento do radicalismo e desse esforço:

[...]surge uma nova cultura política. Mas essa cultura política, e logo a linguagem de que se revestia, encontravam-se essencialmente fundamentadas nas mitigadas luzes portuguesas, o que explica os limites de seus mais caros valores, como a união entre monarquia constitucional e Igreja Católica, uma visão de mundo embaraçada na doutrina cristã, e uma liberdade e igualdade restritas ao plano da lei. Substancialmente, portanto, não incorporavam os princípios mais radicais da Ilustração Francesa ou mesmo do liberalismo americano; daí as bases moderadas da Independência<sup>180</sup>.

## 2.1 Liberalismo mineiro no Primeiro Reinado

Consoante com a opção hegemônica do país, em Minas também predominou um liberalismo considerado do tipo moderado. O radicalismo ou o republicanismo não teve força na província. De acordo com o historiador Wlamir Silva:

---

<sup>178</sup> Podemos observar tais características no início do governo de D. Pedro, entre outros elementos, através da instituição do poder moderador, do voto censitário, da permanência da escravidão, do embate entre os deputados e o Rei pela representatividade governamental etc. Estudos apontam ainda para a necessidade simbólica da manutenção da figura monárquica com vistas à permanência dos privilégios de classe e à ordem na sociedade. “[...] quando os brasileiros, os letrados, os burocratas, apostaram na monarquia constitucional, de imediato investiram D. Pedro desta ficção legal, depositando nele a função de temperar os poderes e servir como um elo entre os diversos interesses, ocupando um papel chave no Estado, e limitado pelos outros poderes, que não lhe pertenciam.” SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada – O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. p.198.

<sup>179</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem – A elite política imperial*. p. 68.

<sup>180</sup> BASILE, Marcello Otávio. *Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império*. p.93.

Com exceção das mal explicadas e supostas tendências republicanas do governo provisional de Ouro Preto e do republicanismo ottoniano da Vila do Príncipe, conciliado, como vimos, com a Monarquia ainda no início da regência, a idéia de república não encontrou ecos no conjunto das hostes liberais<sup>181</sup>.

Podemos observar essa negação do republicanismo pelos liberais em vários extratos dos jornais, nos quais fica evidente a opção pela monarquia-constitucional, recusando a alternativa republicana. Nessa recusa, os liberais associavam o republicanismo às revoltas e guerras, como vemos em afirmações do tipo: “nos governos republicanos reina quase sempre a desordem e a parcialidade<sup>182</sup>...” ou “Se encontram em estado de anarquia as províncias da América Central, [que] dizem ser causadas por inconseqüentes idéias de liberdade e republicanismo<sup>183</sup>”. O mesmo pode ser observado, no seguinte extrato do *O Universal*:

Haverá algum homem de siso e de vergonha que quisesse dar por ser um papel em que não respeita coisa alguma e que propaga as doutrinas mais contrárias a Constituição Jurada e mandada jurar e com a qual e só com ela o governo pode conservar-se seguro e manter a ordem e a tranqüilidade pública no Brasil, que já não pode deixar de ser Constitucional, porque já principiou a ser; porque vê toda a Europa ou já constitucional ou ardentemente desejando e empreendendo sobre humanos esforços para ser, e vê de mais a mais toda a América livre e dizem (não que eu não creio nessa liberdade republicana sempre em guerras civis) que mais livres que nós<sup>184</sup>? (grifo nosso)

Fez parte da pedagogia liberal associar a república a regimes políticos tumultuosos e a noções “errôneas de liberdade”, i.e., considerando a república como um sistema de liberdades sem limites. É o que pode ser verificado em um extrato do *O Universal* intitulado *Uma Palavra aos Brasileiros*, no qual o autor, depois de fazer uma análise das qualidades do sistema constitucional e da liberdade nesse sistema, avalia os perigos da liberdade em “outros” sistemas e escreve: “Uma amostra dessa perigosa noção de liberdade houve já em Pernambuco, é fácil de imaginar qual seria a carnagem, qual seria o horror, desta malfada república, se a tempo não se interpusesse o vigor e a atividade do governo”<sup>185</sup>. Ainda sobre a revolta de Pernambuco, isto é, sobre a Confederação do Equador, escreve o redator:

Não só os Apóstolos da Democracia, mas toda a espécie de teóricos, toda a casta de república, faria maior serviço à sua pátria se em vez de sistemas sobre a combinação de poderes, ensinasse métodos práticos de estender a instrução

---

<sup>181</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p.200.

<sup>182</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/11/1825, n.54.

<sup>183</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/11/1825, n.54.

<sup>184</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 22/08/1827, n.17.

<sup>185</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 07/09/1825, n.23.

publica, de estabelecer a educação elementar das classes inferiores, e sobre tudo de infundir no espírito dos Povos a moral pratica e a caridade Cristã. Só assim he que se predispõe uma Nação á observância das leis, e á cultura da benevolência recíproca.” ... nunca os benefícios podem estender-se a todas as classes da sociedade: forçosamente há de haver uma classe indigente maior ou menor, que causará grandes inquietações com crimes, com violência, se a mão benfeitora do rico não velar constantemente na sua manutenção<sup>186</sup>.

A crítica ao republicanismo aparece também no discurso dos opositores dos liberais. O fato é que grupos contrários a eles buscaram identificá-los e associá-los aos republicanos, qualificando-os conseqüentemente de desordeiros e de traidores. Essa posição pode ser verificada quando os ministros acusam os liberais e, particularmente, o deputado liberal Batista Caetano de republicano, sugerindo que em Minas havia uma difusão das idéias republicanas. A tais suposições *O Universal* responde da seguinte forma:

República em Minas: É esta sem dúvida das maiores loucuras que tem entrado nas ocas cabeças de alguns servis que envergonhados de viverem debaixo de uma governo livre, e que os faz homens, querem á força de baizezas e infâmias reduzir-se ao mísero estado de escravidão<sup>187</sup>.

Como já dissemos, constata-se que em Minas Gerais, longe da aceitação das idéias republicanas, preponderou um projeto liberal que sempre deixou claro sua opção por uma monarquia-constitucional, negando, assim, dentro do seu processo pedagógico-político, não só o republicanismo, mas principalmente o despotismo, i.e., a centralização do poder nas mãos do Imperador.

Nossa dissertação é pautada em pesquisas que indicam a ação da elite política liberal de impor limites ao Imperador, na tentativa de ampliar sua presença no âmbito dos espaços de governabilidade. Contudo, essas mesmas pesquisas demonstram que as críticas ao monarca eram feitas de maneira “indiretas”. Isto quer dizer que os liberais se preocupavam em não atingir o caráter simbólico da figura de D. Pedro I, pois, além de tudo, estava em jogo a necessidade de se estabelecer uma relação contratual com o mesmo, a fim de que, entre outras coisas, fossem evitadas as revoltas populares<sup>188</sup>.

Dentro de seu projeto de impor limites ao rei, vemos que os liberais se opõem aos absolutistas e a outros grupos que de alguma maneira representam o caráter centralizador do

---

<sup>186</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 07/09/1825, n.23.

<sup>187</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 10/04/1829, n.273.

<sup>188</sup> Caminhamos para uma perspectiva contrária aos estudos historiográficos que explicam a adesão ao rei, devido apenas ao “caráter sacramental e auto-explicativo da realeza [e dessa forma] obscurece a ação dinâmica de classes sociais e elites políticas” levando em consideração além disso apenas o sentido de continuidade sagrada da monarquia já implementada por D. João VI. SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 184.

governo, por exemplo, as instituições que faziam parte do mecanismo de governabilidade de D. Pedro I, como o ministério ou “à entourage palaciana como o Chalaça<sup>189</sup>”.

Assim, o embate pela imposição de limites ao rei se efetiva através da tarefa enérgica dos liberais de fiscalizar a atuação dos membros do executivo, e também da atividade didático-pedagógica de delimitar o espaço que convém ao Imperador.

Ressaltamos que essas ofensivas aos “relacionados ao Imperador”, ao invés do ataque direto ao mesmo, se dava pela importância da preservação da imagem do monarca, estratégia utilizada visando ao objetivo supracitado que era a manutenção da ordem social. Conforme sugere o historiador Wlamir Silva: “A parcimônia com que os liberais moderados tratavam a figura monárquica explica-se pela perspectiva da hegemonia política, tendo como contraponto os riscos da ‘revolução’<sup>190</sup>”.

Os liberais, que afirmaram diuturnamente a alternativa por uma monarquia-constitucional, deixaram evidente sua opção por uma lógica contratual com o Imperador, negando seus privilégios sagrados de nascimento e ao mesmo tempo buscaram representatividade na direção do governo brasileiro. Nesse processo, transmitiram dentro do seu projeto críticas incessantes contra o despotismo, e dentro da polaridade simbólica observada por nós, buscaram a associação de todos os seus opositores às idéias despóticas ou absolutistas, em contra-partida, seus representantes liberais eram sempre veiculados como defensores da extinção do despotismo, conseqüentemente da ordem social e da razão.

No processo de negação do despotismo, os liberais associavam essa forma de governo às mazelas sociais, tais como: violência, ausência de liberdade e de felicidade. Observamos essa atividade inclusive em uma parte do jornal *O Universal* denominada *Notícias do Exterior*, onde o autor comentando sobre outros países despóticos e suas péssimas condições de existência, menciona o caso de Portugal:

Observem os nossos leitores as diferenças entre os Constitucionais ou Liberais e os Corcundas ou Absolutistas. – Quando se proclamou e jurou o regime constitucional em Portugal no ano de 1820 não correu sangue, nada de violência, quando foi derrubado esse sistema constitucional, correu sangue, atulharam as prisões, inúmeros foram os degradados, os fugidos, os expatriados. Foi dada e foi jurada a Carta Constitucional em Portugal, ficou o partido liberal de cima nem uma perseguição, nem uma violência; predomina agora o partido corcunda, insultos as mais respeitáveis pessoas nacionais e estrangeiras, expatriações, devassas, prisões, sangue derramada, desordem, anarquia etc.

E qual será a causa desta diferença nos dois partidos: liberal e corcunda? – A profissão dos diferentes princípios que cada um deles segue. Os liberais professam

---

<sup>189</sup> Ibid., p. 191.

<sup>190</sup> Ibid., p. 191.

justiça, respeito aos direitos do homem, amor da pátria, desejo de prosperidade nacional. Os corcundas, injustiças, desprezo dos direitos do homem, egoísmo, opressão. Quem deixará de amar aqueles e odiar estes<sup>191</sup>?

Como não poderia deixar de ser, os jornais foram instrumentos fundamentais no processo pedagógico liberal de oposição ao despotismo. Neles encontramos críticas em todas as suas sessões, desde artigos inteiros esclarecendo o termo, até definições conceituais expostas em sessões denominadas “*Interior*” ou em sessões dos periódicos chamadas de “*Reflexão*”. Seguem abaixo alguns desses extratos exemplificando mais uma vez a crítica liberal:

*Interior – Despotismo – Considerado nas suas causas e efeitos –*

O despotismo (governo onde o soberano é absoluto e independente das leis, poder arbitrário, ilimitado que não tem outras regras a não ser a vontade, o capricho ou interesse dos déspota. Dic. Univ. Ling. Port.) é um poder usurpado que se funda na idéia absurda de que a vontade do soberano, qualquer que ela seja, deve constituir a lei da sociedade. A tirania é essa mesma vontade quando é injusta. O tirano é um déspota que obriga a sociedade a curvar-se debaixo de suas ordens, por mais injustas que sejam. (...) <sup>192</sup>

*Reflexões – Daqui se conclui que no governo absoluto a tirania, filha de milhares de injustiças é infalível, porque as leis e tudo o mais em um tal governo, pedem do capricho e do arbítrio de um só homem, que absorve os três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, homem que tem fragilidades e paixões, as quais devem fazer males inumeráveis á sociedade: por isso é sem dúvida que o governo Constitucional-liberal que separa e equilibra os três poderes, deve ser o melhor do mundo (...) <sup>193</sup>*

Na oposição ao despotismo, os liberais se dedicaram ininterruptamente à imposição de limites à ação do Imperador, sem, contudo, realizarem ataques diretos à figura do mesmo. Na realidade, as críticas dos liberais eram dirigidas aos segmentos que podiam, de alguma maneira, representar a centralização do poder nas mãos do rei. Deste modo, os liberais se opuseram às instituições que de algum forma estavam vinculadas ao Imperador, como o Ministério e o Senado. Esses confrontos, além de buscarem evitar a centralização do poder, constituíram uma espécie de aviso para acautelar o imperador sem ferir sua força simbólica.

---

<sup>191</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 21/04/1828, n. 161.

<sup>192</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 19/10/1829, n. 354.

<sup>193</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 02/11/1829, n. 360.

## 2.2 Ofensas ao Rei apenas por vias indiretas

Assim sendo, é explícito o embate entre os Deputados Liberais e o Ministério, como também são explícitas as críticas proferidas contra o Ministério nos periódicos liberais. Podemos ilustrar essa demarcação das críticas ao ministério, poupando o Imperador, quando de uma resposta do *O Universal* a um questionamento d' *O Telegrapho* que afirmara que os liberais, atacando o executivo, estariam atacando também o chefe do executivo:

Continuando a desprezar as desgraçadas injúrias do Periódico de Encomenda, não deixaremos contudo, passar qualquer princípio anti-constitucional e subversivo que o tal sujeitinho com esperteza de rato de gaveta nos queira impingir. Por exemplo, em um dos números do *Telegrapho* se diz que o Imperador na forma do artigo 142 da Constituição é o chefe do poder executivo e o exercita pelos seus ministros de Estado e conclui-se daqui que ele deve exercer para ser constitucional!!! O *Telegrapho* esqueceu-se de propósito ou por excesso de pedantismo do artigo 99 da Constituição que fez a pessoa do Imperador inviolável e sagrada e sem sujeição a responsabilidade alguma e também do artigo 135 no qual para assegurar essa irresponsabilidade se determina que não salva os ministros da responsabilidade a Ordem do Imperador, vocal ou por escrita. (...) Não é menos digno de palmatória o *Telegrapho* quando diz que devendo o chefe do Poder Executivo exercer esse poder, contra o que se acha expressamente determinado no próprio artigo que contra si transcreveu, torna-se criminosa a oposição quando censura os atos daquele poder acoberto do artigo 132 que diz assim: os Ministros de Estado referendarão ou assinarão todos os atos do Poder Executivo sem o que não poderão ter execução.

Por esta contradição devia sem dúvida levar aquele foliculario uma boa sova de bolos, embora não se compadeça este modo de corrigir como o Lencasteriano.

Pois se tu confessas que os agentes do Poder Executivo são responsáveis que até não se salvam com uma ordem vocal ou por escrito do mesmo chefe daquele poder, como negas com teu costumado pedantismo, que não podem ser censurados, com a franqueza do homem livre, os atos do poder executivo? (...) Não leste no decreto de 13 de setembro de 1827 que se publicou no número 320 desta folha no qual mui terminante e precisamente se declara que a infâmia ou injuria feita a todos ou a cada um dos agentes do Poder Executivo não se entende direta ou indiretamente feita ao chefe deste Poder<sup>194</sup>? (Grifo nosso).

O mesmo tipo de crítica pode ser visto em um extrato do *O Universal*, onde este repreende o periódico absolutista *Gazeta do Brasil*, por defender o ministério. O autor do referido extrato questiona o fato de os ministros apresentarem o Orçamento das províncias de modo tão pouco “confiável”. No seu parecer:

Apresentaram-se os ministros e os secretários de Estado na câmara dos deputados para darem ilustrações sobre os seus orçamentos, que todos eram imperfeitíssimo. Quem dirá que os ministros de Estado de todo o Império do Brasil não ofereceram

---

<sup>194</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 26/06/1829, n. 305.

se não orçamento de despesas e receitas da cidade do Rio de Janeiro? Como podem eles bem administrar cada um sua repartição em todo o Império se eles nada sabem das províncias? E como as escuras na mais perfeita ignorância da maioria do Império podem eles ter administração no melhor estado possível? Ministro houve que não soube dizer o motivo porque pedia 4\$ e tantos contos, sendo que as despesas do passado ano não passavam de 2\$ não tendo havido a mais pequena mudança de circunstância (...)<sup>195</sup>

Observamos também que nas suas censuras aos ministros, os liberais os associavam diretamente aos periódicos absolutistas, i.e., alegavam que tais periódicos eram instrumentos do ministério com vistas à implementação da centralização do poder às críticas à Câmara dos Deputados. Ilustramos essas censuras com extratos do *O Universal* que demonstram claramente tal associação. No primeiro deles, critica-se o periódico *Gazeta do Brasil*, no seguinte em uma Correspondência encontrada no *O Universal*, o missivista também critica a mesma *Gazeta*, e nos dois últimos, temos uma crítica ao *Courrier do Brasil*, feita pelo Redator, e uma relação dos jornais tidos como “livres” ou “ministeriais”. Ei-las:

Recebemos neste correio o número 1 da *Gazeta do Brasil*, novo periódico publicado no Rio de Janeiro no dia 30 do próximo passado. (...) O novo periódico é escrito em estilo raivoso e virulento, e apesar de se mascarar com o nome de constitucional, que se conhece sair-lhe menos voluntariamente da pena do que o de Jacobinismo, parece destinado a atacar tudo quanto o Brasil tem de mais caro, tudo que ele põe suas mais seguras esperanças. Ele quer defender a torto e a direito o Ministério e toma demasiado a peito a defesa do Ministro da Guerra (...) Ataca com rancor as Câmaras que formam a assembléia geral, desfigurando os fatos e até mentindo imprudentemente, afirmando deliberações que nunca foram tomadas, antes tomadas pelo contrário<sup>196</sup>.

Rogo-lhe o favor de assinar por mim o *Farol*, e remeter-me por todos os correios. Este papel já satisfaz bem mormente o n. 20, que sovou a *Gazeta do Brasil*, folha raivosa, que não só faz mal ao Governo pelas irritantes doutrinas que propaga, mas até porque estão todos aqui convencidos de que ele é sustentado pelo Ministério, ou ao menos por algum ministro de Estado e para prova dessa inacreditável asserção, dizem que um certo Albino Gomes Guerra foi quem fez as primeiras despesas das quais foi indenizado pelos cofres da polícia (...)<sup>197</sup>

O *Courrier* mui favorável em outro tempo a causa constitucional, quando certos Ministros, cedendo às circunstâncias, se mostraram amigos da Constituição, voltou a casaca logo que achou conveniente seguir as doutrinas dos seus consórcios: *Analista*, *Jornal do Comércio* e *Fluminense*, tripeça ministerial.

Os Ministros, sem apoio algum dos escritores brasileiros, que jamais deixaram de passar abusos e exorbitações do poder, lança mão de mercenários estrangeiros e lhes marca o caminho que deve seguir. Daqui vem que os periódicos ministeriais (isto é, os que dizem que tudo vai bem, que os ministros são grandes homens etc)

---

<sup>195</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 19/11/1827, n.55.

<sup>196</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 28/07/1827, n.04.

<sup>197</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 22/08/1827, n.17.

são presentes escritos por Mrs. Cavroé, ... e Plancher etc. Ninguém ousará provar que o Courier, o Jornal do Comércio, o Analista, são possuidores de sentimentos puramente brasileiros<sup>198</sup>.

Jornais que temos notícias, existindo atualmente aqui no Brasil, são os seguintes:

Em Minas Gerais

**Livres** – em São João del Rei: Astro – no Ouro Preto: Universal – no Tejuco: Echo da Serra

**Ministeriais** – em São João del Rei: O Amigo da Verdade – no Ouro Preto: O Telegrapho<sup>199</sup>.

Ainda se tratando do embate com o ministério, encontramos inclusive extratos contendo acusações de casos particulares, como o fato de o ministro ter arrendado uma propriedade ilegal<sup>200</sup>, ou a comparação de forma depreciativa do ministério brasileiro com outros ministérios, como no extrato que segue:

Comparando os trabalhos da Câmara dos deputados da França com os da nossa, muito contentes devemos estar com esta: ela tem discutido e adotado no presente ano, sessenta e cinco leis e resoluções; a influência do governo poucas vezes se fez sentir em suas deliberações. Oxalá pudéssemos tirar o mesmo resultado da comparação de Ministério a Ministério.<sup>201</sup> (...)

O posicionamento contra a função de ministro é tão visível que podemos observar em vários números do *O Universal* extratos nos quais são criticados os deputados que aceitaram o convite do Imperador para assumir os ministérios e elogiados aqueles que recusaram a proposta. Eis um extrato exemplar:

Para compor o novo ministério, quatro senhores deputados tiveram decretos de nomeação, primeiro o senhor Clemente Pereira, que aceitou com o mesmo gosto e ânsia com que a sessão passada aceitaria a intendência geral da polícia e em último lugar o senhor Batista Pereira que igualmente aceitou com o mesmo prazer com que durante a sessão passada impetrara a comenda de Cristo, talvez pelos serviços feitos quando Juiz de Fora de Macacú: louvores ao nosso comprovinciano o sr. Vasconcelos, que não quis sacrificar a procuração dos povos ao brilhantismo e interesses do Ministério. Teve o decreto de nomeação, foi instada sedutoramente por Personagens de vulto, nada foi capaz de o fazer abandonar a Comissão que a sua província lhe havia incumbido: Mineiros, são os cidadãos dessa tempera que deveis escolher para vossos Deputados, e não aqueles, que aproveitam-se da importância que lhes dais, para conseguirem empregos ou enfeites de casacas<sup>202</sup>.

---

<sup>198</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 11/03/1829, n. 260.

<sup>199</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 05/10/1829, n. 348.

<sup>200</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/04/1827, n. 280.

<sup>201</sup> *O Universal*, Ouro preto, 09/11/1827, n. 051.

<sup>202</sup> *O Universal*, Ouro preto, 15/08/1828, n. 171.

Podemos observar nessa mesma edição d' *O Universal* uma crítica aos eleitores do Rio de Janeiro que elegeram, para deputado, o então ministro Clemente Pereira. Para o redator:

Não quiseram os senhores eleitores do Rio de Janeiro deixar de seguir os passos das três províncias de Minas, Bahia e Pernambuco que reelegeram para Deputados três ex-ministros que se acham convertidos hoje em defensores das prerrogativas ministeriais e desprezadores das regalias nacionais. Ora, pois a província do Rio de Janeiro conhecerá por experiência própria a verdade do que disse o Sr. Holanda Cavalcante: que a província que reelege um Ministro de Estado para seu Deputado tem um representante a menos<sup>203</sup>.

Ainda nessa linha de oposição ao “ministério Clementino”, *O Universal*, após quase uma ano de crítica sistemática, noticia da seguinte maneira a queda do ministério:

Acabamos de receber pelo Correio a agradável notícia de haver em fim caído o Ministério dos Clementinos. Sim, foram demitidos todos os ministros (à exceção do Sr. Calmon) que sem amor algum ao país que os alimenta, cavavam com todas as forças a sua total destruição<sup>204</sup>.

Além disso, sobre a queda do ministério do qual Clemente Pereira fazia parte, e sobre a relação do ministério com os periódicos absolutistas, encontramos impresso no mesmo periódico o seguinte soneto:

Deposto o Ministério Clementino  
Que aclamar pretendia o despotismo,  
Caiu, tremeu (...) o absolutismo,  
O Analista sofreu fatal destino.

Se bem que ainda morresse tão menino  
Já servia (bem mal) ao servilismo,  
Que quando precisava do batismo  
Do infeliz Malagueta para ensino.

A roda da fortuna velozmente  
Anda, e também desanima em um instante,  
Se de certo equilíbrio ela desmente,

O Telegrapho se acha agonizante,  
Por morrer da Província o Presidente,  
E das armas morrer o Comandante<sup>205</sup>.

---

<sup>203</sup> *O Universal*, Ouro preto, 15/08/1828, n. 171.

<sup>204</sup> *O Universal*, Ouro preto, 19/12/1829, n. 005.

<sup>205</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 22/03/1830, n. 419.

Os ataques ao ministério podem ser vistos, inclusive, na impressão das falas dos deputados liberais na câmara<sup>206</sup> e impressos no periódico em pauta ou nas considerações dos periódicos sobre os embates na Assembléia.

Exemplo desse procedimento pode ser visto em um extrato do periódico liberal *Ástrea* impresso no *O Universal*. No referido extrato, observamos a crítica ao posicionamento do ministério em relação a um “movimento” considerado absolutista no Ceará. Para o autor desse periódico, não houve um posicionamento adequado por parte dos ministros em relação aos revoltosos, por serem eles aliados dos ministros. O autor considera que tal aliança decorre do fato de alguns revoltosos serem funcionários públicos. Em uma das partes da intervenção do autor encontramos o seguinte comentário:

Por certo que os cativos e nenhum mandão queiram confessar que os nossos Ministros de Estado são pérfidos traidores e sem religião. Logo os tais cativos não de concordar com seus amos os Ministros de Estado (...). Pouco ou nenhum respeito se guarda às liberdades dos Cidadãos brasileiros, parece que os nossos ministros entendem que o Povo foi destinado pela Providencia para regalo e divertimento seu<sup>207</sup>!

Além do ministério, dentre as instituições criticadas pelos periódicos liberais, encontramos o Senado. Se levarmos em conta que a renda mínima exigida para a candidatura ao Senado era o dobro da exigida para a candidatura à Câmara dos Deputados, e que na relação de nomeação do Senado<sup>208</sup> de 1826, cinquenta por cento dos nomeados possuíam algum título de nobreza (e que esses títulos demonstravam uma certa proximidade com o Imperador), além do fato de o próprio Imperador escolher o senador da província<sup>209</sup> em uma lista tríplice, podemos concluir pela existência de uma certa proximidade da “câmara alta” com o executivo, donde a crítica liberal a essa instituição.

Os dados indicados nos possibilitam indagar se esse perfil econômico-social do Senado não o distancia da representatividade exercida pelos deputados quando se trata de os representados serem os proprietários. Somos levados a essa indagação quando lemos em um extrato d’ *O Universal* considerações sobre a escolha feita pelo Imperador do deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, para representante de Minas Gerais no senado. Aqui,

---

<sup>206</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 18/12/1829, n. 380.

<sup>207</sup> *O Universal*. Ouro Preto, 18/12/1829, n. 380.

<sup>208</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 10/02/1826, n.90.

<sup>209</sup> “Constituição art. 43 – As eleições serão feitas pela mesma maneira que a dos Deputados, mas em listas tríplexes sobre as quais o Imperador escolherá o terço na totalidade da lista”. *O Universal*, Ouro Preto, 10/08/1827, n. 12.

os liberais se indagam se Vergueiro teria em um espaço tão pouco propício à mesma atuação que teve na câmara dos deputados. Eis o extrato:

Lucrará a nação brasileira com a passagem desse digno varão da Câmara dos Deputados para a Câmara do Senado? Eis uma questão que em nosso entender não é de fácil resolução. (...) O Senado é composto em grande parte de homens do velho regime de homens que ainda estão lucrando com os abusos e, que por conseqüência, afetando muita prudência nas reformas, querem alongar à época suspirada da queda dos ditos abusos e da diminuição de seus mesquinhos interesses. Estes homens não se movem com os argumentos da razão, a justiça o móvel da sua votação, mas sim o cálculo dos seus interesses<sup>210</sup>. (grifo nosso)

Lembramos ao leitor que nesse período, o sistema representativo brasileiro ainda estava em fase de ajustes e desenvolvimento. Assim sendo, o espaço de cada câmara ainda não tinha sido claramente delimitado, dependendo, para isso, de interpretações da Constituição, o que fazia dessa mesma delimitação uma das causas da tensão política do período.

Assim, são muitos os embates entre deputados e senadores no que diz respeito às atribuições de cada câmara. Em um extrato do *O Universal*, contido na sessão “Artigo Comunicado” e retirado do periódico *Constitucional Brasileiro*, o autor questiona o fato de a comissão do Senado propor votação por Câmara, mesmo quando um projeto já aprovado na Câmara dos Deputados não tivesse sido aprovado no Senado, ainda que tenha havido reuniões das duas câmaras, tal como previsto na Constituição. Diante desse fato o autor comenta:

A votação por câmeras é ociosa, por isso mesmo ela já se tem feito antes da Assembléia Geral, e se não houve concordância quando apareceram as emendas de uma câmara aos projetos de outra, menos haverá continuando-se a separação pela votação aconselhada, e se esta se faz unicamente para se ouvirem as razões produzidas pela câmara rejeitante: se é de esperar da probidade, zelo e sabedoria dos representantes da nação, que mudem de opinião, apresentadas novas razões, que os convenção, melhor se faz tudo isso votando-se em massa, como quer a Constituição, do que votando-se por câmeras, como lembram os membros da Comissão do Senado. Se o temor que os homens sendo de ordinários caprichosos, sustentaram, a opinião da sua câmara, é quem motiva o arbítrio que se discute, não sabemos porque motivo se queira tirar dos deputados, o que se pretende dar aos senadores, só se se acredita que eles nem são, nem serão nunca caprichosos; mas se tal se concede, os deputados tem igual direito a essa concessão<sup>211</sup>.

---

<sup>210</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 11/07/1828, n.156.

<sup>211</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/09/1826, n.188.

O autor sustenta seu argumento alegando, inclusive, o fato de o Senado possuir menos membros e de ter uma força maior do que a câmara dos deputados que, no entanto, possuía muito mais componentes.

O senado tem 26 membros, tem o número necessário para deliberar, suponha-se (o que pode muito bem acontecer) que em uma reunião das duas câmaras a dos deputados tem 102 membros, e o senado 26, suponha-se que sobre o objeto da reunião votam 18 senadores, que sim, ai temos a minoridade de 18 vencendo a maioria de 119 onde se viu tal disparate? Quem poderá admiti-lo ? Quem suporá que 18 homens, vêem mais que 119 sendo todos escolhidos pela nação e para o mesmo fim<sup>212</sup>?

Em relação a essa mesma questão da associação do Senado ao poder executivo, ainda no mesmo extrato, porém, no número seguinte do *O Universal*, o autor continua sua crítica dizendo:

Quando no princípio da sessão vimos o senado encarregar-se de regular juntamente com o poder executivo, e sem a participação da câmara dos deputados, o cerimonial da sessão de abertura, prognosticamos que era uma prova aventurada, e destinada a servir de antecedentes a outros atos de natureza mais grave e mais perigosa. O acontecido justificou os nossos receios: acaba de se suscitar no seio do senado uma questão que tende em um grau espantoso a aumentar as prerrogativas da câmara dos senadores e a limitar a câmara dos deputados<sup>213</sup>.

No tocante à tensão com o senado, os periódicos liberais reproduziam as falas dos deputados liberais contra as emendas propostas pelos senadores<sup>214</sup>, bem como as correspondências que se referiam à importância de se nivelar as forças das câmaras. Ilustramos tal procedimento expondo o trecho de uma correspondência que critica os periódicos opositores que chamam a Câmara dos Deputados de “câmara baixa” e a do Senado de “câmara alta”.

Tendo encontrado algumas vezes na célebre Gazeta do Brasil esta expressão – câmara baixa- para expressar a Augusta e Digníssima Câmara dos Deputados; admirei-me bastante do atrevimento com que insulta e degrada um dos ramos do poder legislativo. [distinção que segundo o autor não tem razão de ser, já que comparado com os países da Europa] Portugal, por exemplo, na sua carta tem marcada essa distinção e pode-se denominar – câmara alta e câmara baixa – porque os pares tem um tratamento diverso dos deputados, aqueles são tratados – dignos pares do Reino e estes: senhores deputados da nação portuguesa, quando se reúnem tem os pares assento a direita do Trono e os deputados a esquerda. No Brasil

---

<sup>212</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/09/1826, n.188.

<sup>213</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 29/09/1826, n.189.

<sup>214</sup> Como podemos observar na fala do Deputado Vasconcelos, em discurso para a câmara dos deputados, em 4 de outubro de 1827. *O Universal*, Ouro Preto, 02/11/1827, n.48.

estamos em mui diversas circunstâncias. A nossa Constituição no artigo 16 quando trata dos ramos do poder legislativo diz bem claramente: “Cada uma das câmaras terá o tratamento Augusto e Digníssimos Senhores Representantes da Nação” e no artigo 22 diz: “Na reunião das duas câmaras o Presidente do Senado dirigirá o trabalho, os deputados e senadores tomaram o lugar indistintamente”. Eis aqui temos pela nossa constituição que não há diferença alguma entre as duas câmaras, pois que tem o mesmo tratamento e assento indistinto<sup>215</sup>.

Observamos também que, além das críticas ao ministério e ao senado, como uma maneira de acautelar o Imperador no exercício de exercer restrições ao mesmo, podemos perceber que os liberais buscaram dissociar a monarquia de D. Pedro I das justificativas baseadas na idéia de “sacralização de nascimento” advindas da Teoria do Direito Divino dos Reis, deixando evidente a opção liberal por uma lógica contratual com o Imperador. Eis um extrato típico dessa orientação:

Com efeito, só um delírio consagrado pelo Céu podia fazer crer aos homens que os depositários da autoridade pública tinham recebido dos deuses o direito de os escravizar, e fazer desgraçados só uma religião que pintasse a divindade com os caracteres da tirania, e podia fazer crer aos homens que uns tiranos tão odiosos representavam na terra a divindade (...)” Não se observará sistema na administração, nem plano seguido nos projetos, sendo os povos a cada instante o ludíbrio das maquinações dos ministros e da indolência do soberano. De que servem as pacíficas virtudes do amo, quando os seus servos ou representantes não conhecem freio algum que reprima os seus injustos atentados? Tais são os efeitos do despotismo e as conseqüências de uma autoridade que não é temperada pelas leis<sup>216</sup>.

Conforme o historiador Wlamir Silva nos adverte: “O liberalismo mineiro, no entanto, impunha limites ao seu imperador. Era o referencial histórico do contrato social, liberal e americano, definindo a realeza contra a sacralidade do nascimento<sup>217</sup>”. Podemos ilustrar tal concepção liberal na seguinte correspondência do periódico *O Universal*:

Toda nação tem o direito imprescindível de regular a forma do seu Governo, eleger o seu Chefe temporária ou perpetuamente. Toda Nação estabelece um Governo para seu benefício e nenhuma é formada para benefício do Governo, e seu chefe (...) a Nação Brasileira pagou ao Sr. D. Pedro I um tributo de gratidão pelos seus heróicos esforços a favor da sua causa; mas não lhe conferiu um Título a que tivesse direito pelo seu Augusto Nascimento(...)<sup>218</sup> (Grifo nosso).

---

<sup>215</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 10/08/1827, n.12.

<sup>216</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 23/10/1829, n. 356.

<sup>217</sup> SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 189.

<sup>218</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 05/03/1830, n.412.

Podemos observar, ao longo do discurso liberal, o esforço sistemático de fundar a associação com o imperador na idéia de contrato social, ou seja, fundando-a nas leis e na Constituição enquanto expressão dos diferentes grupos sociais. Para os liberais, a Constituição é a base incondicional e necessária para a existência de um governo legítimo e próspero, conforme sugere um extrato da *Aurora* impresso no *Universal*: “Representação nacional, imprensa e discussão livre, respeito pelos direitos dos cidadãos, a Constituição em fim é a base mais firme de uma monarquia bem ordenada aonde a sociedade não é sacrificada aos interesses de alguns, mas em que as leis tem por fim o bem de maior número<sup>219</sup>”.

Assim, fica evidente que dentro do projeto liberal, “os brasileiros não querem Constituição sem o Imperador, nem Imperador sem Constituição<sup>220</sup>”. No processo de legitimação desse contrato, os liberais procuraram inclusive atribuir ao Imperador a Constituição, buscando dar uma maior legitimidade a esse pacto.

Os furiosos absolutistas vomitam incêndios e mortes contra os pacíficos adoradores da Constituição, e do Augusto Monarca do Brasil. Em sua alienação mental contavam eles com o perjúrio do Imperador e traçaram mil planos de devastação e de vingança. Mas oh desgraças das desgraças!!! Tudo se perdeu, o imortal Pedro I em 1829 professou os mesmos princípios que proclamara em 1822. Respeita a Constituição obra sua e dá a esses desgraçados a prova mais saliente do seu liberalismo, deixando-os escrever contra esses princípios e contra essa Constituição que os protege<sup>221</sup>. (grifo nosso)

Outro extrato reforça essa mesma afirmação:

Uma verdade de que não poderá duvidar sem crime é que S. M. I. deu ao Brasil espontaneamente e sem coação alguma a Constituição que nos rege. O Pacto Social tantas vezes consagrado pelo MONARCA LEGISLADOR, tem sido tocado por mãos impuras e sacrílegas: os autores de projetos anti-políticos e anti-constitucionais chamando-se amigos do Trono são os primeiros que procuram derrubar as instituições do Monarca<sup>222</sup>.

Essa disposição de os liberais em atrelarem o monarca ao contrato, um contrato baseado nas qualidades do Imperador, pode ser visto inclusive dentro da Câmara dos Deputados, através de um discurso do Deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos impresso no *O Universal*. Nesse discurso, Vasconcelos se opõe a Lopes Gama, que atribui a legitimidade do Imperador a sua descendência:

---

<sup>219</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/06/1826, n.145.

<sup>220</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 13/03/1829, n. 261.

<sup>221</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/01/1829, n. 243.

<sup>222</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/10/1828, n. 202.

Eu, sr Presidente, penso que o senhor Lopes Gama não teve a intenção de ofender a augusta pessoa do S.M.I., mas avançar, que não as virtudes do Sr. D. Pedro, e sim o nascimento, o ser filho de D. João VI, isto é a legitimidade, foi o único título de sua elevação ao Trono Brasileiro, não envolve a mais manifesta ofensa a um monarca verdadeiramente constitucional, e que tanto aprecia o título de Imperador Constitucional por Unânime Aclamação? Como se pode afirmar sem fechar a história dos acontecimentos que acabam de suceder à nossa vista, como se pode afirmar, que as Províncias quando aclamaram o Sr. D. Pedro nosso imperador constitucional, não tinha conhecimento de suas virtudes? Acederam elas imediatamente e sem relutância ao governo do Rio? (...) Não se cava um abismo, que consumirá o nome e a Glória do nosso Imperador atribuindo ao direito de herança a sua elevação ao Trono Brasileiro<sup>223</sup>?

Ao longo deste capítulo de nossa dissertação, procuramos descrever a oposição dos liberais contra as instituições que, de alguma maneira, representavam a centralização do poder nas mãos do Imperador. Vimos a centralidade da defesa de uma forma contratual de legitimação do poder do imperador em contraposição à legitimação, com base na concepção hereditária e sacralizante da figura do rei advinda da Teoria do Direito Divino.

Lembramos, mais uma vez, que a Igreja Católica foi nesse período a instituição incubadora e propagadora da referida teoria no Brasil e o principal alicerce da práxis absolutista. Por isso mesmo, a Igreja Católica será combatida pelos liberais durante todo o Primeiro Reinado. Contudo, os liberais precisaram combater a Igreja sem, no entanto, afrontar a religiosidade dos mineiros, apontada em vários estudos como marca fundamental do *ethos* mineiro, utilizando-se, ao mesmo tempo, do simbolismo religioso para implementação do projeto liberal.

Buscaremos no próximo capítulo demonstrar como os liberais se “aproveitaram” da religiosidade mineira para, em seu projeto político, intercambiar os elementos liberais com os signos religiosos evitando, contudo, a aproximação com a Igreja Institucionalizada. Procuraremos também, no próximo capítulo, descortinar como se deu a crítica dos liberais à referida instituição e, principalmente, à parte do clero que defendia os prepostos da centralização e do absolutismo.

---

<sup>223</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/06/1828, n. 145.

## **CAPÍTULO 3: CATOLICISMO TRADICIONAL VERSUS RELIGIOSIDADE LIBERAL**

Os liberais que se esforçaram no combate às instituições favoráveis à centralização do governo nas mãos do Imperador, opuseram-se à Igreja e ao catolicismo tradicional<sup>224</sup>. Tal combate se deu pela oposição às figuras da hierarquia da Igreja que representavam o absolutismo e também das práticas católicas tradicionais que reforçavam os signos supostamente sagrados da figura do imperador. Sem confrontar a religiosidade mineira, os liberais se opuseram às medidas da Igreja, criticando-a, associando suas práticas ao utilitarismo religioso do Antigo Regime e criticando também a instrumentalização da religião por essa Instituição<sup>225</sup>.

### **3.1 Os liberais e a desconstrução da “infallibilidade da Igreja”**

Podemos observar que na ação dos liberais contra a Igreja Católica e seus membros tidos como absolutistas – uma das estratégias adotadas foi a desconstrução da noção de infalibilidade da mesma e dos seus membros, i.e., e a elaboração de um discurso ético-político com o claro intuito de dissociar a Igreja de uma imagem (sagrada) que lhe atribuía indiscutível infalibilidade. Para nós, fica evidente que os liberais, por não poderem afrontar a religiosidade mineira, afirmaram diuturnamente a importância da religião. Contudo, em seu projeto distinguiram a “verdadeira religião”, i.e., os dogmas da “igreja primitiva<sup>226</sup>”, da religião católica exercida, por exemplo, no Seminário de Mariana, influenciado pela “Igreja Romana”, que era tida pelos liberais como oriunda do Antigo Regime.

Em seus ataques contra a Igreja Católica, os liberais propuseram uma leitura própria do que eles denominavam “cristianismo primitivo”, opondo-o à Igreja Católica administrada por Roma. Podemos verificar essa postura em vários extratos jornalísticos, nos quais eles

---

<sup>224</sup> Quando nos referirmos à Igreja, nos referimos, inclusive, aos seus membros que eram absolutistas, i.e., partidários da centralização do governo nas mãos do Imperador e do papel privilegiado que a Igreja possuía no referido governo., sem esquecermos da política do Padroado existente no Estado brasileiro.

<sup>225</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 288.

<sup>226</sup> Compreendemos que a utilização da expressão “igreja primitiva” pelos liberais fez parte dos esforços dos mesmos em empreender uma estratégia de distinção de diferentes tipos de cristianismo. Atribuindo um caráter “sacro-mitológico” de legitimidade ao “cristianismo verdadeiro” que continha germes do liberalismo, diferente do “corrompido” cristianismo da Igreja Católica que passara por um processo de corrupção dos seus dogmas. Entre outros números vemos em: *O Universal*, Ouro Preto, 22/02/1828, n. 89.

associam algumas medidas consideradas maléficas à Cúria Romana, mas não à religião. É o caso de um extrato impresso reportando a uma sessão da Assembléia Constituinte na qual o Padre Feijó, respondendo a um deputado da oposição e na defesa do fim do celibato, atribui a lei do celibato à Igreja, mas não à religião<sup>227</sup>.

Vemos ainda, no mesmo extrato d' *O Universal* que expõe o posicionamento do Padre Feijó, um comentário do redator criticando o mesmo deputado da oposição. O redator, que denomina o deputado de Patrício dos Santos, alega que este teria reclamado por ter sido chamado de ultramontano e papista<sup>228</sup> por Feijó, contudo, para o redator o deputado deixando “de seguir a opinião dos teólogos e canonistas que se guiam pelas escrituras e tradição, para se fazer forte nos arestos da Cúria Romana, que nome quererá que lhe chame?”<sup>229</sup> Interessante observarmos que nessa discussão encontramos uma afirmação do deputado liberal Feijó de que nenhum outro tipo de lei dentro do território brasileiro pode sobrepujar a Constituição.

Esse mesmo exercício de questionamento da infalibilidade da Igreja Romana e do Papa, pode ser ilustrado com um dos vários extratos em que o redator do *O Universal* questiona diretamente o Sumo Pontífice:

A Cúria Romana depois de ter invadido a santa liberdade de todas as igrejas do Orbe Cristão, roubando aos Bispos a jurisdição que Jesus Cristo lhes concedera, com o fim de usurpar um grande poder despótico e absoluto e chamar todo o dinheiro e dependências para Roma, tem chegado ao ponto de querer despojar o Clero da França de seus mais nobres direitos sustentados em suas diferentes assembleias à testa das quais tanto se ilustrou o grande bispo de Meaux Bossuet. Os escândalos de Roma fizeram com que a melhor parte da Europa sacudisse seu jugo no século 16 e continuaram a obrar os mesmos efeitos nos povos irritados e cansados de sofrer tantas tiranias. Com razão se opõe os franceses a concordata lhes rouba suas mais preciosas liberdades e só os jesuítas o poderão estranhar. Já o concílio de Trento em matérias de disciplina não foi admitida na França por se opor aos direitos do Clero e do Rei da França; e se foi em Portugal aceito sem limitações por intriga dos Jesuítas então dominadores e poderosos na Córte, como se vê na dedução cronológica e analítica, deve-se aqueles calamitosos tempos que não são os de hoje.

Causa horror e espanto no século 19, o século das luzes e da razão o ver asseverar a infalibilidade do Papa como se fossemos do século da crassa ignorância<sup>230</sup>.

Continuando com as ilustrações da oposição liberal à cúpula da Igreja, observamos que em uma crítica feita pelo *O Universal* sobre uma Bula estabelecida pelo Bispo de

---

<sup>227</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 23/05/1828, n. 135.

<sup>228</sup> “por serem esses os nomes que sem a menor injúria de apelidou sempre aqueles, que dão aos Papas poderes que eles não tem, que os julgam impecáveis e superiores no espiritual e temporal a todos os Soberanos da Terra.” *O Universal*, Ouro Preto, 23/05/1828, n. 135.

<sup>229</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 19/04/1826, n. 027.

<sup>230</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 14/05/1830, n. 440.

Mariana, o redator se atém, inclusive, ao vocabulário utilizado pelo Bispo, censurando-o da seguinte maneira:

[o Bispo] Começa a Pastoral: a todos os nossos súditos etc., esta expressão – compete ao Imperante como Chefe do Poder Executivo estão sujeitos todos os cidadãos: esta expressão não é própria do tempo da Igreja primitiva. São Paulo tratava os cristãos por irmãos e aos Bispos e Vigários por cooperários; e nunca se lembrou de os chamar de súditos, mas São Paulo escreveu em seu tempo em que a Igreja não pretendia dominar e só converter algumas para o rebanho de Jesus Cristo: a frase é própria do tempo e que a Igreja se esforça para não perder os domínios, que lhe granjearam a ignorância dos povos e os séculos do barbarismo. Diz a Pastoral que o SS. Papa Leão XII, Nosso Senhor concedeu a Bula para os súditos desse Império etc. Temos a notar aqui somente a expressão nosso senhor: que senhorio tem o Papa nos Brasileiros? Estamos ainda no tempo em que se diz El Rei Nosso Senhor? Os tempos de servilismo tem passado, não somos mais cativos de ninguém, estamos sujeitos somente a um homem, a quem por nossa escolha e vontade foram confiadas as rédeas do governo, e esse mesmo não é nosso Senhor, portanto muito menos possa ser o Santo Padre. Desterre-se a expressão que não é já própria do presente século<sup>231</sup>.

No mesmo extrato, podemos verificar o fato, anteriormente mencionado, de que os liberais afirmam sistematicamente em seu principal periódico que nenhuma lei é superior às leis constitucionais do Estado:

Continua a Pastoral que como não pode haver dúvida sobre a sua validade da nossa concessão, não disputamos a sublimidade do estilo, para o Sexenio, que começa em 1828 e deve acabar em 1833 inclusive: Mandamos por tanto a todos os nossos Reverendos e Párocos que instruem os seus paroquianos da obrigação que tem de (...) o seu formulário e derem a esmola competente para poderem gozar das Graças etc. por eles concedidos.

O nosso excelentíssimo Bispo foi muito mal informado ou iludido por algum mau Padre que o fez julgar que a Bula uma vez concedida pelo Papa podia ser por S. Ex. mandada publicar: não é assim. Em todos os Estados as Bulas Pontifícias necessitam do Placet do poder temporal, e entre nós este Placet deve ser precedido de uma solene aprovação da Assembléia Legislativa naquelas Bulas, que contém disposição geral, como a da Santa Cruzada e sem essa aprovação nós temos o direito de dizer que não queremos comprar Bulas: não basta que S. Ex. diga que somos obrigados a tomá-la e dar as esmolos, nós não somos obrigados a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, se não em virtude da Lei e como Pastores não são leis, deve o povo ficar na certeza de que não é obrigado a comprar Bulas e que perderá o seu dinheiro aquele que em tal cair<sup>232</sup>.

Sobre a depreciação ao poder espiritual do Papa, do Bispo e das Bulas, encontramos em um extrato do periódico chamado “Dicionário Corcundativo”, um dos elementos didático-pedagógico dos periódicos liberais, as seguintes definições:

---

<sup>231</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 19/04/1826, n. 27.

<sup>232</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 19/04/1826, n. 27.

BISPO - um mero executor das ordens do Papa (no sistema servil)... Um soberano executor das leis de Deus na sua Diocese (segundo o sistema liberal).

BULA - quitação de qualquer imposto exótico pago a Cúria Romana<sup>233</sup>.

CÚRIA - Corte do Papa cheia de Eminências, nas quais se encontrariam imã suficiente para atrair e absorver todos os metais da Europa<sup>234</sup>.

Como não poderia deixar de ser, esse embate contra a Igreja Romana ecoa inclusive na Câmara dos Deputados. Isso pode ser constatado através, por exemplo, de um extrato impresso n' *O Universal* que reproduz a fala do deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos sobre a proibição das ordens religiosas no Brasil. Segundo o deputado, “É da maior notoriedade que o Gabinete Romano trabalha no estabelecimento da Monarquia Universal dos Papas e do seu antigo engrandecimento; ao menos versado na política dessa anfíbia Corte não pode ser oculto esse destrutor projeto”<sup>235</sup>.

Na oposição dos liberais à Igreja, podemos observar o esforço que empreendem na tentativa de distinguir diferentes tipos de leitura do cristianismo e a partir daí acusar a Igreja Católica de promover um processo de corrupção de seus próprios dogmas. Mais uma vez, esse procedimento pode ser verificado em um dos extratos d' *O Universal* no qual o redator aponta para o fato de que com o tempo os dogmas cristãos foram modificados e que os déspotas utilizaram a imagem dos verdadeiros cristãos em seu benefício próprio. Eis o que ele escreve:

Os sucessores dos apóstolos, nos perigos intrépidos, á mesma morte sobranceiros e inacessíveis aos atrativos sedutores do ouro e da prata, de orgulho e ambição transmitindo aos povos o eterno Dogma do Salvador universal, adquiriram sobre eles um conceito baseado nas suas virtudes; então os Déspotas calculando quanto influiria em seus projetos a sedução de entes tão apreciáveis aos olhos da humanidade, conseguiram, prodigalizando empregos e dignidades perverter os menos fortes, os quais, preferindo à opulência à indigência a autoridade à humildade o luxo à penitencia a insensibilidade à filantropia auxiliaram os tiranos na opressão, na escravidão dos povos: Ministros do Santuário violentaram a inteligência de uma doutrina celeste, para aniquilarem a liberdade humana e ultrajarem as mais sagradas leis da natureza, que desdouro!!! Que impiedade!!! Debalde tencionaram enervar os embustes Sacerdotais alguns insignes prelados, venceu o fanatismo, respiraram os déspotas, prevaleceram os prejuízos e finalmente gemeu a Religião impregnada de abusos e superstições. Aqui tendes o

---

<sup>233</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 19/06/1829, n. 302.

<sup>234</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 08/07/1829, n. 310.

<sup>235</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 03/12/1827, n. 061.

brasileiros a histórica narração do governo absoluto, e quem não tremerá de horror a face desse quadro? <sup>236</sup>

No âmbito da distinção feita pelos liberais entre uma religião verdadeira denominada por eles de “primitiva” e a Igreja Católica, esta última era associada ao fanatismo e acusada de abusar da ignorância dos seus seguidores e de mantê-los em estado de estupidez. Em contrapartida, os liberais apregoavam que as luzes não eram incompatíveis com a religião, mas, pelo contrário, tornavam-na mais benéfica, como podemos perceber através do seguinte extrato intitulado “Reflexões Relativas a Intolerância e ao Fanatismo”:

Quanto mais iluminado é o homem, tanto mais é virtuoso, é esta uma verdade que não pode ser contestada de boa fé. A religião não odeia a luz, só o fanatismo se pode comprazer nas trevas: este monstro não sai da lodosa caverna onde se oculta as penetrantes vistas do sábio, senão para espalhar sobre a Terra um torrente de males. Foi o fanatismo religioso que mesmo em um país livre e o asilo da independência religiosa guiou a mão regicida de Balthazar Gerard! [...] Mas graças às vantagens de uma Constituição liberal, de que temos a felicidade de gozar, a instrução pública, como esperamos, se organizará incessantemente, as luzes se espalharão sem obstáculos e o povo abençoará os que lhes proporcionaram tantos benefícios. [...] Contudo, em desprezo dessas mesmas Leis, pais de família respeitáveis, tem muitas vezes devido, para salvação de suas almas, abandonar à Igreja parte dos bens de que todas as leis lhe afiançavam uma inviolável e pacífica posse. Sacerdotes supersticiosos e fanáticos em que épocas aprendestes que a intolerância fosse ditada pelo Evangelho? Em que páginas do livros sagrados lesse que a ingratidão fosse uma virtude <sup>237</sup>?

A mesma afirmação da positividade das relações da religião com os postulados do iluminismo podem ser observadas, em um extrato d’ *O Universal*, entre outros, que reproduz o discurso de posse do padre liberal Antonio Bhering, por ocasião da abertura da aula de Filosofia em Ouro Preto, depois de ele ter sido expulso do Seminário de Mariana pelo Bispo absolutista Frei José da Santíssima Trindade. No discurso diz Bhering:

Que vantagens conhecer pelas luzes próprias a veracidade dessa Religião, com cujo leite fomos nutridos, quando a nossa razão era incapaz de refletir? Conhecer a alma, demonstrar sua imutabilidade e espiritualidade, conhecer a Deus e o verdadeiro culto, e o verdadeiro culto que lhe devemos prestar <sup>238</sup>.

Dentro dessa mesma perspectiva de associar a religião às luzes, os liberais buscaram, como já dissemos, identificar a Igreja aos malefícios próprios do absolutismo, denunciando comportamentos e ações dos seus membros e relacionando-os ao despotismo. É o que

---

<sup>236</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 18/05/1829, n. 288.

<sup>237</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 31/03/1826, n. 111.

<sup>238</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 22/03/1839, n. 419.

podemos mais uma vez observar no seguinte extrato que traz uma crítica do redator d' *O Universal* ao Bispo de Mariana, Santíssima Trindade, que, segundo consta, proibiu os padres de assistirem às cerimônias de quarta feira de cinzas. Interessante observarmos que o extrato começa com o seguinte subtítulo: “Custa crer que o mais horrível despotismo pese ainda sobre nós.” Daí, temos:

Quando o pacífico e religioso povo da capital de Minas Gerais se dispunha para assistir a celebração dos Divinos Ofícios, que nos fazem recordar nesses santos dias a memória da paixão de Jesus Cristo, nosso Redentor e Salvador, e quando já alguns devotos despertados pelos sinos se preparavam para concorrer a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, onde os irmãos 3º da ordem pretendiam com toda solenidade, decência e piedade trazer à nossas lembranças os mistérios mais sublimes da nossa Santa Religião, como já haviam feitos nos antecedentes anos de 1824,25 e 26 nos quais nada faltou a tão sagrados e veneráveis Atos, e onde se viu sempre a piedade, e a devoção a par da decência e suntuosidade, quando já estava tudo disposto: o templo ornado, a música assalariada, a cera comprada e feitas todas as mais despesas [...] em outras palavras quando dali a poucas horas se ia dar princípios as matinas da quarta feira de trevas, eis chega (incredibile dictu) uma provisão de sua Ex. Rev. o senhor Bispo de Mariana D. Fr. José da Santíssima Trindade, na qual comina a todos os eclesiásticos para que nenhum assista aos Ofícios, que se aviam de celebrar na Capela dos Terceiros do Carmo, sob pena de suspensão. Ó despotismo! Ó nefando despotismo! Ó abominável despotismo! Até quando cevarás tu os negros ódios, as vinganças, as intrigas, e as paixões entre os desgraçados mineiros? Quando se quebrarão as cadeias que ainda te ligam tão estreitamente contigo, ó monstro, ó mais abominável monstro? Sim, eu com razão clamo contra o despotismo, e não pode haver maior mal ao praticado pelo excelentíssimo Bispo para com os Sacerdotes dessa Imperial Cidade. Nos estamos em tempo Constitucionais e tudo que se obra contra a Constituição é despótico ou seja no Eclesiásticos, ou no Civil ou no Militar. A Constituição no artigo 179 quando estabelece os direitos do cidadão, diz no Parágrafo I: nenhum indivíduo pode ser obrigado a fazer, alguma coisa senão em Virtude da Lei<sup>239</sup>.

Ainda sobre o exercício dos liberais de identificação da Igreja ao absolutismo, podemos encontrar em vários extratos que criticam os eclesiásticos, afirmações do tipo: “Difícil coisa é fazer marchar pela vereda Constitucional quem sempre andou por caminhos avessos e com subterfúgios<sup>240</sup>”. No processo didático-pedagógico liberal, encontramos representações sobre o mote supracitado em partes distintas dentro dos periódicos, seja em Correspondências<sup>241</sup> enviadas para estes, comentários em tom sarcásticos<sup>242</sup> ou em extratos específicos sobre o tema, como é o caso do seguinte extrato sobre despotismo:

---

<sup>239</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 13/04/1827, n. 273.

<sup>240</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 10/03/1828, n. 103.

<sup>241</sup> Como nessa correspondência onde o autor critica o Bispo por ter demitido o professor e padre liberal Antonio Bhering e diz que a razão da crítica é: “eis o motivo porque tem sido sobremaneira censurado o Ex. Prelado, porque devendo lembrar-se da moderação, que deve ser própria do alto cargo que ocupa, pelo contrário se porta

Porém na Europa, o despotismo dos reis absolutos é muito mais perigoso, porque, sendo o mesmo que o da Ásia e África, ainda disfarçado sob certos formulários de pretendidas leis e tribunais, que estão ao seu dispor, é subdividido com outros Tiranos mais pequenos, seus satélites, como são os fidalgos, os vândalos, os generais, os bispos, os arcebispos, etc. Todos esses desfrutam morgados, bens vinculados cargos, dignidades e empregos rendosos e tiranizam o povo, sendo a opressão reproduzida de mil modos<sup>243</sup>(...).

Na oposição entre o tipo de religião defendida pelos liberais e a religião da Igreja, não só a alta cúpula desta última instituição, mas também frades e as ordens que de alguma maneira representam a Igreja são severamente criticadas. Para os liberais, “a religião é de todo independente da dos frades, e que a nossa província sempre conserve a religião, mas sem ociosidade ou apoiando a estes que alegando professar as máximas do evangelho lutam para conservação do despotismo”.<sup>244</sup>

Foi tarefa diuturna dos liberais mineiros fundamentar e difundir a seguinte proposição: “o século XIX não é para frade”<sup>245</sup>. Fez parte da estratégia liberal enfraquecer o poder de determinados segmentos da Igreja<sup>246</sup>. E como não podia deixar de ser *O Universal* foi câmara de ressonância dessa oposição a parte do “baixo clero”, como nos faz ver o extrato seguinte, no qual o redator do periódico emite sua opinião sobre uma discussão acerca da instalação de uma Casa de Caridade em um edifício da Igreja que reside um frade:

(...) sustentamos ainda que um frade não pode ter a propriedade absoluta daqueles bens, que a caridade cristão destinou para uso-fruto da comunidade, uma vez que esta ou não existe ou o público necessita dessa mesma propriedade para objetos de maior necessidade e mais reconhecida caridade. É mesmo conveniente que o Frade se recolha a sua religião e deixe o edifício para a utilidade pública: nem tanta condescendência com aqueles que subsistem só da nossa caridade ou de nossos antepassados. As luzes do século não são compatíveis com essa multidão de conventos e Frades, cuja abundancia tanto dano tem feito a malfadada Espanha e ao mesmo Portugal (...)<sup>247</sup>. Grifo nosso.

---

cheio de furor com este ou aquele eclesiástico que não segue o seu partido: O Telegrafo.” *O Universal*, Ouro Preto, 16/10/1829, n. 353.

<sup>242</sup> “O nosso ex. Bispo querendo obsequiar ao nosso M. Imperador mandou que na missa se desse a Oração Pro peregrinantibus. Ora S. Ex. parece que não sabe o significação da palavra peregrino, o que é provável, ou injuriou o Imperador do Brasil chamando-o peregrino dentro dos seus Estados. É miserável essa gente Telegráfica – quando quer louvar deprime, e quando pretende deprimir, louva.” *O Universal*, Ouro Preto, 02/03/1831, n. 564.

<sup>243</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 02/11/1829, n. 360.

<sup>244</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 19/07/1830, n. 468.

<sup>245</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 28/05/1830, n. 446.

<sup>246</sup> Como já mencionamos, os representantes do absolutismo do “Alto Clero” e os frades das várias ordens existentes.

<sup>247</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 15/02/1828, n. 093.

São vários os extratos onde os membros do clero são descritos como “corruptos” e, no processo didático-pedagógico, encontramos depreciações aos frades inclusive em anedotas, poesias, máximas e pensamentos. Eis um exemplo:

**Sabedoria Fradesca:** passando um dia um Frade junto a um burro morto, voltou-se para ele e disse: requisat in pace. Estando outro religioso em casa de um irmão seu, perguntou-lhe um amigo, quantas bestas mandava seu irmão para Ova; respondeu-lhe o bom religioso: Quatro comigo<sup>248</sup>.

**Anedota:** Antigamente em França os homens gordos eram tratados com pouca caridade. Estavam condenados a uma multa que subia ou baixava segundo as proporções do seu talhe e grossura. Os Frades eram dispensados da multa<sup>249</sup>.

Fica evidente que, além das críticas aos membros do alto e baixo clero da Igreja, os liberais se opunham energicamente às ordens às quais estes pertenciam, visando inclusive retirá-los do território brasileiro. Convém notar que tal embate não se dava apenas nos periódicos, mas também em instâncias representativas como os Conselhos do Governo Provincial e as Assembléias.

A ordem mais criticada pelos liberais foi a Companhia de Jesus. A oposição à ordem jesuítica chegou a tal ponto que os liberais propuseram a proibição de frades e ordens estrangeiras no Brasil. Podemos exemplificar tal postura por meio de um extrato impresso n’ *O Universal* denominado “Jesuítas”. Nele o autor pergunta se:

Poderá o governo admitir no Brasil a célebre sociedade dos Jesuítas? Será do agrado dos brasileiros a introdução desses padres no seu território sabendo todos que eles foram deitados fora ainda mesmo por todos os governos despóticos da Velha Europa? (...) Conquanto se possa contar com a sabedoria e nacionalidade das Augustas Câmaras Legislativas, não deixaremos a ajudar ao leitor a pronunciar-se contra a opinião do Pateta Gazeteiro e contra o Jesuitismo, transmitindo ao público o seguinte artigo:

(...) A bondade da sua doutrina, a pureza da sua moral são demonstradas por quatrocentas obras pouco mais ou menos, nas quais os escritores jesuítas encobrem e justificam todos os delitos e todos os crimes, desde a usura até o assassinato; e entre essas quatrocentas publicações, setenta e cinco tem, por objeto justificar o crime de lesa majestade e de regicídio (...) <sup>250</sup>.

Além dos periódicos, o apoio à defesa dos liberais à proibição de ordens e frades estrangeiros no Brasil, se deu também diretamente na Câmara Legislativa, através dos deputados liberais. É o que podemos observar na intervenção do deputado liberal mineiro

---

<sup>248</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 02/04/1828, n. 113.

<sup>249</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 25/08/1828, n. 175.

<sup>250</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 09/11/1827, n. 051.

Bernardo Pereira de Vasconcelos na 114ª sessão da câmara dos deputados, reproduzida pelo *O Universal*:

(...) A muito circula o boato de que nesta Côrte, bem como em outras províncias do Império existe já o inimigo comum, isto é, Membros da Sociedade denominada de Jesus, e podem tolerar-se no Brasil à vista da nossa legislação? Não decerto, e nem dela nos convém a menor alteração. Eu não folharei agora a horrorosa história dessa sociedade os seus estragos são tantos, tão grandes e recentes que ainda deles se conserva viva a memória; nenhum dos ilustres membros dessa Câmara ignora o veneno de suas doutrinas, dessas restrições mentais, regicídios e mil outros atentados contra a ordem social. E que para a recordação das antigas calamidades, se todos nós sabemos as desgraças da situação da Europa pelo restabelecimento de tal sociedade? Se ninguém duvida que a religião, a moral, a política são nomes vãos para quem houve conselhos jesuíticos?

INDICAÇÃO- Proponho que se recomende ao governo a execução das leis, que para sempre aboliram do Império do Brasil a sociedade denominada de Jesus – Vasconcelos.

A mesma postura de rejeição aos frades pode ser vista em vários outros extratos reproduzindo sessões da Câmara dos Deputados, tais como o que segue:

Exposição dos debates do Projeto de Lei que proíbe a admissão de novas ordens religiosas no Brasil (...) A Câmara dos senhores deputados não podia deixar de atender a um mau que seria de funestas conseqüências à liberdade do Brasil, se o seu zelo não o atalhasse em sua origem. Os quadros que tem apresentado a Espanha, Portugal, França e até mesmo o México, fizeram necessário o projeto que entrou em discussão e uma tal maneira tão abundantes em argumentos fundados em boa razão e em fatos incontestáveis, fez brilhantes os debates da Câmara empenha sempre em afastar da nossa liberdade constitucional inimigos que em todos os Estados a combatem com as armas mais perigosas e menos persistidos em seus primeiros dias. (...) O senhor Almeida Albuquerque levou a mais esta reflexão dizendo que seria contente, que se proibisse também a residência de Frades estrangeiros no Império, que lhe parecia ser isto objeto de redação, podendo em vez da palavra admissão substituir-se residência<sup>251</sup>.

É possível observar os posicionamentos dos deputados liberais contrários aos jesuítas em diversos números d' *O Universal*, cujos extratos aqui expomos como ilustração. No primeiro extrato, de 27 de junho de 1828, vemos a posição do deputado Paulo e Souza e, no segundo, de 30 de junho do mesmo ano, reproduz-se a fala do deputado liberal mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos:

[Como vemos na fala do deputado Paula e Souza]: se o Frade tem de estar no Brasil como particular, e como qualquer outro estrangeiro então estarás fora dessa

---

<sup>251</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 25/06/1828, n. 149.

lei, mas então não ande com barbas grandes, pedindo esmolas, perturbando a ordem estabelecida espalhando idéias de absolutismo e transmontanias (apoiados gerais) eis o que não quer o Brasil, e que o mesmo senhor deputado não quererá, tanto mais que o Brasil infalivelmente te já no seu seio essas víboras, até chamadas pelos ministros transactos, algumas das quais se tem apoderado da educação de uma província respeitável, absorvendo riquezas e homens e ensinando em suas doutrinas opostas, não digo já à nossa Constituição, mas ao senso comum e as idéias do século. Se não atarmos esse mal, seremos responsáveis à opinião pública do mundo civilizado, que só espera de nós, obra do presente século e dignas do continente Americano<sup>252</sup>.

[Sustentando a posição do deputado Paula e Souza diz Vasconcelos:] Não me quero sobre esta matéria para provar a necessidade de se votar por este artigo e pela emenda, bastaria lembrar que o ministério passado, que diz cativar o Brasil, chamava Frades estrangeiros, aquele mesmo ministério que ouvia as petições dos absolutistas e que parecia proclamá-lo não as punindo \_ Eu quisera que se declarasse de algum modo a pena em que devem incorrer os tais Frades, não bastam que sejam expulsos, porque debaixo de outras roupas podem voltar se não forem castigados. \_ Um homem que entra na sociedade para anarquizar e fazer escravos dos cidadãos livres, comete o maior dos delitos. O de lesa-majestade, e para não sermos desumanos impondo a pena de morte, como convinha, em tal caso declaremos a de galés aos frades estrangeiros que vierem minar o nossa liberdade<sup>253</sup>.

Ainda em relação às críticas liberais destinadas aos jesuítas, podemos observar duas características fundamentais. Uma diz respeito à associação da Companhia de Jesus ao despotismo e ao absolutismo, a outra relaciona-se com a avaliação, segundo a qual os jesuítas já teriam causados malefícios a países europeus devido justamente à propensão dessa ordem ao absolutismo. Nos seguintes extratos d' *O Universal*, podemos observar tais características:

[comentário do *O Universal* sobre a fala do deputado liberal padre Feijó] Mostrou que vindo os frades só de países em que o absolutismo domina, e é de seu interesse e gosto, inoculariam esta peste nos corações dos desapercibidos brasileiros, e senão pelos seus sermões, porque eles frades são muito acutelados quando maquinam contra a liberdade pelo ministério do confessionário, onde o segredo lhes assegura a impunidade. Todas essas razões que escolhemos dentre muitas de peso e verdadeira prudência, foram coroados de muitos apoiados da Câmara, em que o sr. Feijó goza de créditos bem merecidos<sup>254</sup>.

Na França onde entravam os jesuítas disfarçados em Congreganistas tem os povos sofrido grandes males. E, não podem outros que tais introduzirem o erro e ainda maiores aniquidades nesse império, servindo-se do púlpito e do confessionário?<sup>255</sup>

---

<sup>252</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/06/1828, n. 150.

<sup>253</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/06/1828, n. 151.

<sup>254</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/06/1828, n. 151.

<sup>255</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/06/1828, n. 150.

EXTERIOR – FRANÇA – O partido jesuítico em França tinha ficado muito desfalecido; depois que se lhe tirou a direção dos seminários [e embora alguns membros da Câmara dos deputados tenham reclamado] foram rebatidos pelo senhor Carlos Dupin e outros. ‘Os jesuítas (disse o sr. Dupin) são incompatíveis com o sistema constitucional, tem um ódio profundo a carta, porque consagra a tolerância; contra a liberdade da imprensa, porque constitui o direito de exame; a tolerância, e eles querem a inquisição; direito de exame e eles só podem engrandecer-se nas trevas<sup>256</sup>!!

Nessas apreciações contra as ordens religiosas e particularmente contra os jesuítas, encontramos, em vários extratos, críticas ao Colégio do Caraça da Congregação Lazarista, identificando-o aos mesmos males provocados pela ordem jesuítica<sup>257</sup>, recordando, mais uma vez, que essa instituição educacional era apoiada pelo bispo Frei José da Santíssima Trindade<sup>258</sup>. Assim sendo, é natural que os liberais a vissem como uma instituição que se opunha ao seu projeto. Para a historiadora Mariza Guerra de Andrade, as críticas ao Caraça se davam porque:

No contexto pós independência, a submissão ao estrangeiro era mal vista por alguns setores oposicionistas, e tal posicionamento afetou a Congregação da Missão no País, basicamente constituída de portugueses. Como expressão de um certo nacionalismo que se formava, tais ataques traziam em seu bojo questões entre Estado e Igreja que, ao longo do Império, tenderiam a enredar polêmicas e atritos crescentes. Mas é certo que havia uma reação aos padres do Caraça, considerados estrangeiros e “jesuítas”. Os ataques e críticas vinham da imprensa e da assembléia Provincial, entendidos por um lazarista como “chicanas da aldeia” e “sintomas da politicagem esterilizadora que foi sempre o grande mal do povo brasileiro”<sup>259</sup>.

Conforme dissemos e podemos verificar nessa consideração da historiadora Mariza Guerra, a crítica ao Caraça estabelecia a identificação dessa instituição aos jesuítas, o que nos permite perceber o sentido altamente negativo que o termo “jesuíta” havia adquirido. Constatamos isso em vários extratos como, por exemplo, o que segue, e que reproduz uma fala do deputado liberal mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos na Assembléia

---

<sup>256</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 09/11/1827, n. 051.

<sup>257</sup> O Colégio do Caraça que funcionou como uma Escola Apostólica para formação do clero lazarista e foi dirigido pelos padres da Congregação da Missão, recebeu de “D. João VI o título de Real Casa da Missão e, em 1824, do Imperador Pedro I, o de Imperial casa”. O Colégio que “localiza-se no município mineiro de Catas Altas, na região, que no século passado, era conhecida por Matto Dentro de Minas – designação área de vegetação ao oriente da Serra do Espinhaço”. ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: o colégio do Caraça*. p.19.

<sup>258</sup> O Colégio do Caraça era apoiado pelo bispo Trindade, pois: “seu apoio aos padres lazaristas do Caraça, recomendando suas missões ou defendendo-os nos momentos de conflitos com seus variados opositores, soma-se aqui aos seus próprios esforços junto ao seminário episcopal.” TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825)*. p.37.

<sup>259</sup> ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: o colégio do Caraça*. p. 24.

respondendo ao bispo de Maranhão, que na ocasião teria elogiado o Caraça. Segundo o deputado liberal:

O senhor Bispo do Maranhão falou quantos a uns frades que existem na minha terra chamados de congregados do Caraça e disse que eles ensinavam a Santa Religião, educação a mocidade e eram, portanto dignos de maiores elogios. Mas eu tenho diversas informações e certifico-me que esses padres são verdadeiros jesuítas. Pregam que o único poder que há sobre a Terra é o do Papa, tem dito por muitas vezes que todo o poder vem de Deus e que o Papa devolve e confere a autoridade sobre a Terra<sup>260</sup>. Acresce mais um fato atestado por pessoas de veracidade e é que os meninos que tem a desgraça de ir estudar no Colégio do Caraça são obrigados a confessarem todos os meses com os padres daquela mesma casa. Notou-se que depois da confissão eram expulsos alguns estudantes, sem saber-se o motivo da sua expulsão. Alguns curiosos indagaram e tiraram em resultado que os Padres revelavam os segredos da confissão ao Diretor do Colégio, e não é tudo isto refinado jesuitismo?<sup>261</sup>

Ainda sobre o elogio que o bispo de Maranhão fez ao Colégio do Caraça, o redator d' *O Universal* faz o seguinte comentário sobre a fala do deputado Cunha Matos, respondendo também ao mesmo bispo:

O sr. Cunha Matos juntando ao seu zelo constitucional à vasta erudição de que tem dado muitas provas levantou-se para rebater os argumentos do senhor bispo e entre muitas razões apoiadas em fatos com que os padres do Caraça não mereciam elogios, mas sim prontas e decisivas providencias pelos graves males que causam a Província de Minas Gerais (...)<sup>262</sup>

Para a historiadora Mariza Guerra de Andrade, a postura liberal contra o Caraça cria uma questão paradoxal, já que<sup>263</sup>:

A província se ressentia da inexistência de colégios naquela época; no entanto, recaíam sobre os poucos existentes desconfianças e suspeitas de toda ordem. Possivelmente estaríamos, nesse caso, diante dos efeitos do forte anticlericalismo

---

<sup>260</sup> Aqui podemos observar inclusive sobre a nossa supracitada afirmação do questionamento por parte dos liberais do poder do Papa.

<sup>261</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/06/1828, n. 151.

<sup>262</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/06/1828, n. 150.

<sup>263</sup> Minas Gerais possuía ainda outras escolas eclesiásticas como o: Recolhimento de Nossa senhora da Conceição de Macaúbas (nos limites das Freguesias de Roça Grande e Santa Luzia), a Casa de Oração do Vale das Lágrimas ( no Arraial de São João da Chapada) o Colégio dos Padre Ozórios, no Sumidouro perto de Mariana ( o referido colégio teve como aluno Francisco Pereira de Santa Apolônia mais tarde Cônego do Cabido de Mariana e presidente da Junta Governativa de Minas, o primeiro presidente que Minas teve após a Independência). RODRIGUES, José Carlos. *Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX*. 1986.

do tempo manifestado pela voz de certos grupos liberais que reagiam à hegemonia da Igreja inclusive sobre a ação educativa formal<sup>264</sup>.

Consideramos que, mesmo diante de tal questão, os liberais não recuaram nas críticas ao Caraça, como percebemos na seguinte pergunta do redator d' *O Universal*: “Quando veremos os nossos jesuítas do Caraça inibidos de influir sobre o espírito da mocidade e de preparar na província de Minas o longo reinado da superstição e do despotismo?<sup>265</sup>”, ou mesmo em um seguinte “Comunicado Anônimo” impresso n' *O Universal*:

Um ligeiro golpe de vista sobre os padres do Caraça não virá fora do propósito, quando se trata de negar a entrada de frades e padres no Império. O governo passado do Sr. D. João VI, que Deus haja, não sei com que intenções mandou vir três e quatro padres para pregar o Evangelho por esses sertões, segundo dizem; depois que felizmente aqui chegaram, foram se aninhando no Caraça e como não queira, levantaram ali um estabelecimento que lhes rende para cima de dez contos de réis por ano. A isenção de dízimos e da subordinação temporal, foram as primeiras máximas jesuítas que puseram em campo (...) Cento e cinquenta rapazes amontoados em estreitos quartos e entregues à direção de dois homens assaz minguados em literatura e tanto mais adestrados em propaganda; nada podem fazer na educação e ensino primário da mocidade, e muito a fanastimar: todos se congregam, se o governo fechar os olhos<sup>266</sup>.

Para a historiadora Mariza Guerra de Andrade, a investida liberal contra o Caraça teve como efeito o declínio das matrículas no colégio, o que resultou no seu fechamento em 1842. Segundo a historiadora:

A campanha movida pela imprensa, pelos políticos e pelo próprio governo contra os ‘frades estrangeiros’ atinge especialmente o Colégio e seus padres: as famílias se retraem, caem verticalmente as matrículas de meninos, as rendas da Irmandade reduzem-se a cotas insignificantes<sup>267</sup>.

---

<sup>264</sup> Segundo a historiadora: “Nos primórdios do século XIX, na Província de Minas, a existência de colégio era uma raridade. Por colégio estamos entendendo a instituição em seu sentido europeu (francês), tal qual se configurava no Brasil do século passado: uma instituição que recruta alunos em determinados segmentos sociais, fornecendo um tipo particular de ensino centrado nas humanidades clássicas, preparando-os eventualmente para a academia. As dificuldades impostas à famílias para a educação dos filhos, além do isolamento e da vigilância considerados indispensáveis à formação escolar, também estimulavam a procura de colégios, internatos. (...) No início do século passado, apesar de algumas localidades mineiras – Ouro Preto, Sabará, Diamantina, São João del Rei, Campanha, Paracatu – já constituírem centros consideráveis de vida intelectual, o número de colégios manteve-se bastante reduzido. O que havia, fundamentalmente, eram aulas avulsas ou isoladas, dadas por professores nomeados. A unificação e a organização dessas aulas em colégios, vale dizer no interior dos muros dos colégios- constitui um lento processo, iniciado com a ação pedagógica dos jesuítas.” ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: o colégio do Caraça*. p.71.

<sup>265</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 06/10/1828, n. 193.

<sup>266</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 17/07/1828, n. 159.

<sup>267</sup> ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada: o colégio do Caraça*. p. 25.

As críticas dos liberais aos frades do Caraça convergem, em algumas ocasiões, para aquelas destinadas à Igreja, no tocante ao que o historiador Wlamir Silva chamou de crítica liberal ao utilitarismo da Igreja, i.e., a acusação ao clérigo de apropriação e utilização dos cargos da Igreja para vantagem própria e favorecimentos, lançando mão, quando necessário, da cobrança de taxas e emolumentos. O posicionamento dos liberais mineiros contra as práticas de arrecadação de dinheiro realizadas pelos Padres do Caraça e da Igreja Católica pode ser observado nos extratos d' *O Universal*. Aqui o redator do periódico faz o seguinte comentário sobre a instituição educacional católica: “abusam nos rendimentos, exigem dos estudantes altas quantias (...) e fanatizam e alienam os mesmos”.<sup>268</sup>

No exercício liberal de acusação de utilitarismo por parte da Igreja e suas instituições, observamos o evidente esforço dos liberais no sentido de impor a diminuição dos encargos financeiros exigidos pela Igreja. Tantos os periódicos, quanto os representantes liberais na Câmara, são suportes dessas ações.

Os liberais possuem uma concepção da Igreja na qual seus membros são vistos como “usurpadores” e “instrumentalizadores” da própria religião. Podemos observar esse tipo de concepção em falas como a do deputado José Custódio, quando em uma sessão da Câmara para regularização da Estola dos Párocos, afirmou categoricamente: “a Comissão pode estar certa, mais fácil será morrerem todos os Paroquianos de fome do que um só Pároco”<sup>269</sup>.

Nesse processo, os liberais acusariam a Igreja e seus membros de utilizarem da sua força religiosa para manipular a população. Em um extrato sobre a Liberdade, o seu autor afirma: “Liberdade tem sido em todos os tempos em todos os países o sinal de rebate de que serviram ambiciosos impostores como os Padres da palavra – Religião- para excitar a multidão”<sup>270</sup>. Ainda sobre a mencionada “instrumentalização” lemos no extrato “Reflexões Relativas a Intolerância e ao Fanatismo” o seguinte comentário:

Contudo, em desprezo dessas mesmas Leis, pais de família respeitáveis, tem muitas vezes devido, para salvação de suas almas, abandonar à Igreja parte dos bens de que todas as leis lhe afiançavam uma inviolável e pacífica posse. Sacerdotes supersticiosos e fanáticos em que épocas aprendestes que a intolerância fosse ditada pelo Evangelho? Em que páginas do livros sagrados lesse que a ingratidão fosse uma virtude<sup>271</sup>?

---

<sup>268</sup> *O Universal*, 16/06/1828, n.145.

<sup>269</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 28/06/1826, n. 149.

<sup>270</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/10/1829, n. 353.

<sup>271</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 31/03/1826, n. 111.

No discurso de oposição liberal, o utilitarismo da Igreja é sempre identificado como sendo algo contrário às Leis, tal como podemos observar no seguinte extrato do redator d' *O Universal* que comenta sobre o descumprimento por parte dos párocos do fim da taxa de casamento:

Temos sabido com certeza por cartas particulares de pessoas fidedignas que a Resolução da Assembléia Legislativa sobre os casamentos se fazerem gratuitos não tem tido execução. Muitos párocos continuam a extorquir do povo o que até agora recebiam. Lembramos a S. Exa. Rma. a necessidade que tem de recomendar de novo aos seus vigários a observância desta resolução: é o governo da província obrigado pela lei da sua criação a dar contas à Assembléia da infrações da Constituição, tem mais esta a acrescentar ao já bem crescido número delas. É desgraça que as leis tão claras e cuja verdade é tão saliente sejam assim desprezadas e infligidas. Difícil coisa é fazer marchar pela vereda Constitucional quem sempre andou por caminhos avessos e com subterfúgios<sup>272</sup>.

O mesmo tipo de crítica pode ser observado, inclusive, em sessões dos periódicos abertas aos comentários dos leitores, como é o caso da sessão intitulada “Correspondências”. Em uma delas, onde o autor aprova a lei que põe fim a taxa de casamento, afirma-se ser “preciso que a Constituição, reformadora de inveterados abusos penetre os esconderijos secretos do regime eclesiásticos<sup>273</sup>”. Ainda sobre a associação entre utilitarismo e transgressão das leis escreve o redator d' *O Universal* sobre a publicação que o bispo faz acerca da cobrança da Bula da Santa Cruzada, a qual, segundo o redator, é contrária a Constituição. Quanto a isso, diz ele:

Depois de provado que a publicação da Bula é oposta a Constituição do Império, como pode os párocos e capelães fazerem explicações públicas? Isto seria resistir as Leis; hoje não pecariam já por ignorância, porque muito se lhe tem aberto os olhos, e mesmo ainda deve servir-se de confessorário para iludir os penitentes: a obediência aos superiores acaba no mesmo momento em que eles mandam fazer o que não deve, por tanto nada de explicações públicas, nada de insinuações particulares aquelas, são opostas á Lei e estas abusam da credulidade dos povos.

A atividade liberal de oposição ao utilitarismo eclesiástico, preconizando a redução de taxas e emolumentos considerados maléficis ou inconstitucionais, pode ser observada, inclusive, em outros espaços de representatividade, ou seja, no Conselho de Governo provincial ou na Câmara dos Deputados. É o que podemos observar nos seguintes extratos, sendo que os dois primeiros dizem respeito a Sessões da Câmara dos Deputados e o terceiro a uma Sessão do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais:

---

<sup>272</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 10/03/1828, n. 103.

<sup>273</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 13/08/1827, n. 13.

O vivo interesse que tomamos pelo negócio da Bula ilegalmente publicada e vendida nesta província não nos permite demorar por mais tempo a publicação do parecer da Comissão Eclesiástica da Augusta Câmara dos senhores Deputados a quem a Astréa com razão tributa justos e bem merecidos louvores.

Parecer

A comissão Eclesiástica examinou atentamente a Bula do Sumo Papa Leão XII que principia – J am inde ab anno – pela qual se concede por mais seis anos a continuação das indulgências em outro tempo concedida por Gregório 14 e Urbano 8 mediante a esmola na mesma estipulada.(...) A comissão nota que se a Bula ter por fim conceder indulgências aos fiéis em consequência de obras de caridade feita pelos mesmos, nada parece mais contrário ao espírito da religião, nem mais indecoroso a Cúria Romana, do que tirar vantagem de uma concessão que para ser verdadeira e valiosa deve ser toda gratuita e somente fundada no mérito daqueles a quem tais graças se concedem.

Parecer

Que sendo o fim da Bula informe pela maneira em que se acha concebida pelas cláusulas que encerra e pelo ataque que faz a disciplina Eclesiástica e a autoridade dos bispos, não pode de sorte alguma ser aprovada por esta Câmara<sup>274</sup>.

Exposição dos debates de 8 de julho – sustentação dos Párocos –

Encetou-se a discussão sobre o projeto de lei apresentado pela Comissão eclesiástica que tendia a prover decentemente a sustentação dos párocos removendo os abusos que todos os dias se cometem à respeito dos emolumentos e benesses. O Sr. Ferreira de Melo, membro desta comissão explicou a utilidade de uma tal medida dizendo que existiam na pasta da Comissão muitas queixas dos povos requerendo providencias contra o excesso de pagas, que alguns Párocos exigem como de direito e debaixo de diversos pretextos<sup>275</sup>.

Discurso que na sessão do dia 12 do corrente recitou o Sr. Conselheiro Melo e Souza acerca da inconstitucional ordenanças do Sr. Bispo diocesano e de outros objetos eclesiásticos.

Sr. Presidente- o abuso das leis tem produzido maiores males e funestas consequências do que as Leis inaplicáveis às circunstancias do tempo e lugar. (...) O decreto de 3 de novembro do ano pretérito removeu em parte as dificuldades [de casamentos] determinando aos párocos respectivos a receber em face da Igreja os Noivos, quando lho requererem sendo do mesmo bispado e ao menos um deles seus paroquiano e, não havendo entre eles impedimento, depois de feitas as denunciaçãoes canônicas, sem para isso ser necessária as licenças dos bispos, ou de seus delegados.

Não admira que essa sábia providência achasse repugnância e prolongada demora na sua execução. Pois que as mais brilhantes instituições a encontram e a mesma liberdade muitas vezes se faz intolerável quando tem a destruir abusos arraigados com o tempo e são favoráveis a certos interesses particulares<sup>276</sup>.

Para melhor observação do exercício liberal de opposição às taxações eclesiásticas e das críticas aos párocos, separamos, para análise, uma questão específica: a discussão sobre as Conhecenças.

<sup>274</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 25/07/1828, n. 162.

<sup>275</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 13/08/1828, n. 170.

<sup>276</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 17/12/1828, n. 224.

A discussão sobre a isenção de tal tributo gerará uma grande contenda nas páginas d' *O Universal*. Sobre ela, veremos inúmeros artigos defendendo a sua extinção, artigos que levariam até cinco números do referido jornal para serem concluídos.

Em um desses artigos contra a Conhecença, o redator estabelece a origem e desenvolvimento histórico do referido emolumento a fim de demonstrar que a sua prática e o valor que era cobrado não faziam sentido em Minas Gerais.

Começando do ano de 1713 a povoarem-se as Minas sendo necessárias prove-las, de párocos, que administrassem o pasto espiritual aos seus habitantes mandou o ex. Bispo D. Fr. Francisco de São Jerônimo, que os povos sustentassem á sua custa aos seus pastores, o que eles assim praticaram, sustentando-os e pagando-lhes desobrigas, erigindo templos, ornando-os com todos os paramentos necessários e concorrendo com o dinheiro para cera e azeite para iluminação do SS. tudo à sua sem que os párocos contribuíssem com coisa alguma por serem avarentos e ambiciosos<sup>277</sup>.

Sobre as Conhecenças, vemos n' *O Universal*, um extrato intitulado “*Simonia dos Párocos demonstrada com a Lei de Jesus Cristo oferecidas aos párocos iludidos*”, onde em uma seqüência de cinco números o autor busca identificar a referida taxa à *simonia*<sup>278</sup> e a criticar o Pároco de Congonhas do Campo, Quintiliano Alves Pereira, responsável por responder sobre o emolumento. Diz o autor da “*Refutação do sistema quintilianense*”:

O zelo da religião Cristã, amados párocos, me arrebatou, como católico a combater o monstro da simonia, rebaçada com o nome de Conhecenças, e falsamente autorizada por um doutor em Cânones, o pároco da freguesia de Congonhas do Campo Quintiliano Alves Pereira: o qual sendo mandado pelo exmo. Bispo de Mariana responder aos requerimentos do povo, que tratava de semelhante matéria; de tal sorte formou sua resposta, que fez sistema de lícita exigência de Conhecenças taxadas, sem temor do Simoniaco Crime, a que ficam expostos os párocos. Esta resposta vos quero mostrar dolosa: e não aspiro outra satisfação mais, que o vosso desengano. (...) A Igreja Santa muitas vezes ecumenicamente congregada, tem perfeitamente explanado, como depositária Única das Verdades Eternas, este preceito, mostrando-nos os infinitos, dissimulados e abomináveis meios pelo que se introduz no Santuário de Deus o monstro da Simonia, que ameaça a devorar as almas, como bem se faz ver nos dois concílios do Reino de 1049 e de 1119: aquele presidido por Leão 9º e este por Calixto 2º e nos santos concílio 3º de Latrão de 1179 debaixo de Alexandre 3º e o quarto também de Latrão de 1215 de quatrocentos Bispos presidido pelo Papa Inocencio , os quais todos uniformemente condenavam como Simoniacos aos Ministros do Santuário, que exigem bens caducos pela administração dos sacramentos, sepulturas eclesiásticas etc. Contra os quais severamente fulminam anátemas advertindo que

---

<sup>277</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 12/04/1826, n. 116.

<sup>278</sup> Simonia é a denominação dada quando para a realização de um officio divino se vende objetos ou qualquer outro tipo de venda (cargos, absolvições etc.). O termo é oriundo da associação com Simão Mago, figura bíblica que busca a compra de “dons” através de Pedro.

não obste qualquer costume em contrário, por mais antigo que seja, por isso mesmo mais abominável.

Estabelecida que seja esta verdade inegável, parece o maior dos absurdos somente o pensar, que haja, ou possa haver no mundo autoridade que aniquile esta lei eterna, contudo, não é menos o que intenta estabelecer e provar o Doutor Quintiliano, e de que modo! Sujeitando, Oh meu Deus, sujeitando o Império da prescrição a Lei Eterna e Imutável<sup>279</sup>.

Para o autor desse artigo, “nunca será possível fazer-se uma pacificação entre o abominável crime de Simão Mago e a gratuidade com que Jesus Cristo manda fazer a distribuição de dons sobrenaturais, é porque nunca haverá paz entre Jesus Cristo e Belial” (...)<sup>280</sup>. O mesmo autor sustenta ainda que párocos não necessitam das Conhecenças para viver feitos verdadeiros homens da religião:

Respondo mais que a Côngrua estabelecida, oferendas voluntárias, enterros, pé de altar e etc. Haviam dar de sobra para as suas muito decentes subsistências : mas para que isso se verifique é necessário que eles sigam a economia que lhe é regulada pelo Evangelho e que ensinaram e praticaram os santos bispos desde os Apóstolos até nós, pois nunca Deus deixará de dar um espetáculo na Sua Igreja fiéis observadores das Suas Santas e adoráveis máximas, para confusão dos mundanos assim Eclesiásticos, como seculares; para confusão torno a dizer, dos iludidos mundanos e para exemplares dos que desejam ser verdadeiramente católicos<sup>281</sup>.

O embate sobre o referido emolumento deu origem, inclusive, ao manual sobre os “Direitos das Conhecenças”, feito pelo Vigário de Ouro Preto, o Reverendo Francisco José Pereira de Carvalho. Os argumentos desse manual provocaram uma tensão<sup>282</sup> entre o Vigário e o redator d’ *O Universal*. Esta tensão pode ser observada em extratos escritos pelo redator, respondendo ao Vigário e criticando seus argumentos. Entre os vários extratos em que o redator responde o Vigário e critica as Conhecenças, em um deles, defende-se da acusação de ter menoscabado o Ministério Pastoral e sobre o infólio em que está a acusação, diz o redator:

Eu descobro no terceiro parágrafo os motivos de sua mágoa [do Vigário de Ouro Preto], que são, menoscabar eu o sagrado Ministério Pastoral e querer sacrificar essas inocentes vítimas, (que vítimas tão inocentes!) e apartar-me dos caminhos da

---

<sup>279</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 17/04/1826, n. 118.

<sup>280</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 21/04/1826, n. 120.

<sup>281</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 26/04/1826, n. 122.

<sup>282</sup> “Acaba de sair a luz um novo infólio (ao público) feito pelo Reverendo Francisco José Pereira de Carvalho, Vigário de Ouro Preto, em que desenvolve mal impropérios contra o redator do Universal, o qual diz o Reverendo autor fora feito para provar o direito das conhecenças (...) Eu me sinto injustamente caluniado e vituperado pelas expressões pouco decentes com que me vilipendiou inteiramente o Reverendo autor (...)”. *O Universal*, Ouro Preto, 21/06/1826, n. 146.

lógica e moral, profanando os direitos da humanidade. Ah! Quem não amaldiçoaria o Universal, quem não o condenaria a vistas de tantos crimes? Menoscar o Sagrado Ministério Pastoral, sacrificar ao ódio e a execração pública os inocentes Vigários e profanar os direitos da humanidade são crimes atrocíssimos que merecem vingança e que se eu os houvesse cometido, mereceria uma pena condigna a minha maldade? Mas donde, donde procedera tanta calúnia contra o desgraçado redator? Dizer que os Vigários não confessam, não dão comunhão aos fregueses sem receberem seis vinténs ou meia pataca é menoscar o Sagrado Ministério Pastoral? Dizer que eles não devem receber esta quantia é querer sacrificá-los ao ódio e execração pública? Dizer que o fazem por ambição é profanar o direito da humanidade? Por que título arrogou o Vigário de Ouro Preto os direitos da humanidade para os Vigários? Acaso, são eles a humanidade? Não, são a mínima porção daquele todo. Demais seria vilipendiar o ministério sagrado, se eu falasse para cumprirem suas obrigações, mas falar no que fazem, e que por isso mesmo, que são pastores devem fazer, ninguém dirá que é menoscar o Ministério.

Tal contenda assume inclusive uma dimensão jurídica, uma vez que o referido redator foi intimado, após uma acusação do Vigário, a responder no Conselho dos Jurados da Província, como ilustramos com o seguinte extrato:

Bem certo estava eu, quando dei princípio a responder a obra do Vigário, que ele me chamaria logo aos jurados, talvez para suspender a análise que lhe prometi fazer do seu excelente discurso: assim o acaba de declarar ao Imperador, porém nós continuaremos com a acostumada intrepidez a combater o criminoso abuso das Conhecenças por tão alto preço<sup>283</sup> (...)

Ainda no que diz respeito ao embate estabelecido pelo tal emolumento, os liberais utilizavam como instrumento de argumentação, inclusive, os próprios elementos religiosos. Como comparações das taxas cobradas pela Igreja aos atos do Evangelho, observamos no seguinte extrato:

(...) parece incompatível com o que é recomendável aos pastores das ovelhas no Evangelho de Jesus Cristo e contrário inteiramente a doutrina que pregou e ensinou o apóstolo das gentes quando na epístola 1ª aos Coríntios, cap.6º expressamente diz que já o haver entre vis demandas de uns contra os outros é um pecado que cometeis. Como, pois, sr. Amante do Brasil pretende V.m. um executivo contra aqueles que não pagarem as conhecenças? Quando será lícito quebrantar a lei sagrada debaixo de qualquer pretexto ou obrar contra as máximas Santa de Jesus Cristo e seus Apóstolos?<sup>284</sup>

O extrato em pauta serve também para ilustrar como no processo político-pedagógico liberal os símbolos religiosos não foram negligenciados. Observamos que até as críticas à

---

<sup>283</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 26/06/1826, n. 148.

<sup>284</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 05/06/1826, n. 139.

Igreja eram feitas utilizando-se o elemento religioso, isto é, dialogando com os significados dessa religião.

### 3.2 Intercambiando Signos

Assim, verificamos na atividade da elite liberal mineira um intercâmbio de signos, ou seja, a utilização de referências religiosas como instrumento pedagógico na construção do projeto liberal.<sup>285</sup> Podemos constatar tal intercâmbio em um extrato d' *O Universal*, entre outros tantos, que discute as atribuições compatíveis da Câmara dos Deputados e dos Senadores. Em uma crítica à postura adotada pelo Senado, o autor afirma que:

Jesus Cristo jantando um dia com os Doutores e Fariseus, e notando que todos os convidados queriam ocupar os primeiros lugares deu-lhes a seguinte lição de humildade. Quando assistires a um banquete não ambicioneis o primeiro lugar, receando que quem vos convidou, não venha dizer retirai-vos daí, porque quem se eleva será abaixado e quem se abaixa será elevado. (Evangelho de São Lucas capítulo XIV)<sup>286</sup>.

Podemos observar esse processo de utilização de referências religiosas, inclusive, em outros meios da pedagogia liberal como, por exemplo, a criação de identidades e o didatismo de alguns extratos, tal como nos faz ver uma folha do periódico *O Universal*, no qual identifica-se o Paraopebano como *Caim de Minas*<sup>287</sup>, ou em um outro que se refere aos absolutistas como uma *Serpente que enganou Judas*<sup>288</sup>. Em relação ao didatismo praticado pelos liberais, localizamos indícios em vários extratos, nos quais encontram-se histórias exemplares, tais como o *Diálogo entre o Paraopebano e o Diabo*, no qual lemos o seguinte:

Estava o Paraopebano sentado com a cabeça sobre o braço esquerdo, como absorto em profundas meditações: nesta posição o acha um Diabo enviado dos infernos para com ele tratar dos negócios da perdição do gênero humano.

**Diabo:** Alto e poderoso Paraopebano, Digníssimo delegado do Inferno Majestade, o nosso comum soberano não tendo a mais de meses notícias vossas, me envia a saber a razão da suspensão de vossa correspondência.

**Paraopebano:** Ilustre enviado do meu adorado amo, O Rei dos Diabos, os reveses da fortuna tem sido tanto e tais, que me tem desviado de cumprir os meus deveres, e me tenho visto em perigo de com a vida perder as augustas funções com que me

---

<sup>285</sup> Termo usado pela historiadora Iara Lis Carvalho de Sousa para designar o dinamismo entre os símbolos religiosos e reais nas festas para os imperadores do Brasil no início do século XIX. SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*.

<sup>286</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 02/10/1826, n. 190.

<sup>287</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 12/09/1825, n. 025.

<sup>288</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 11/12/1829, n. 377.

honrou S. M. Infernal<sup>289</sup> (...) [na continuação diz o Paraopebano:] Como estás, meu Diabo, tão enganado! Para intrigas não preciso de teus planos, minha inteligência é muito superior a tua nesta matéria, e houve para te convenceres de minha superioridade. Um dos Membros do Conselho é o Desembargador Bernardo Pereira de Vasconcellos; ele não é muito conhecido de suas inclinações: e há uma razão de mais fui inimigo de um seu Parente, e ainda me não vinguei dele diretamente. Vou pois dirigir contra ele todo meu fogo, vou figurá-lo cercado de grande roda, posto que seja notório, que ele vive solitário; ei de atribuir-lhe toda a influencia no Conselho; em fim obrarei de maneira, que intrigarei todo o conselho sem parecer, que a ele me dirijo<sup>290</sup>.

Podemos ilustrar o estabelecimento dessa correspondência pedagógica entre os signos, em um extrato da sessão “*Variedades*”, retirado do periódico *Astréa*, no qual o autor identifica os absolutistas a Judas, que já são “corcundas<sup>291</sup>”,

Dizem que os corcundas empenham-se para não haver espetáculos de Judas em Sábado de Aleluia, perguntando-lhes as causa, respondem em tom humilhante: \_ por caridade, poupem-nos essa vergonha, o Povo vendo nosso Profeta assim tratado talvez nos deseje igual sorte<sup>292</sup>.

A utilização do intercâmbio de signos religiosos pode ser vista, inclusive, nas “Correspondências”. Em uma delas, o autor se refere ao periódico absolutista de Ouro Preto como “*Luciferino Telegrapho*”, e em outra chama o seminário de Mariana de “*Sinagoga de Mariana*”. Encontramos também, na mesma sessão “Correspondência”, uma carta onde o autor, criticando o periódico absolutista *Gazeta do Brasil*, tece comentários afirmando que uma senhora que mora contigo (com o autor da correspondência) “e que passa todas as horas do dia e da noite a mover os beijos e as contas de um grosso rosário”, ao ouvir uma leitura que ele (o correspondente) fazia do referido periódico, aproxima-se, “fazendo cruces e benzendo-se a cada parágrafo” e diz:

Quando eu era moça, nunca ouvi tantas sandices, tanta soltura de língua, palavras tão indecentes e a caridade para com o próximo tão escandalosamente insultada; e não quer Vm. que eu me benza e faça cruces para afugentar esse Tinhoso tentador das almas, que me faz recordar o acabamento do Mundo e ser ele o Anti-Cristo que vem pregar doutrinas anti-políticas, imorais e irreligiosas!<sup>293</sup>

---

<sup>289</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 09/09/1825, n. 024.

<sup>290</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 14/09/1825, n. 026.

<sup>291</sup> “Palavra da moda, homem que, afeito e satisfeito com a carga do despotismo, se curva como dromedário para recebê-la, e, trazendo esculpido no dorso o indelével ferrete do servilismo, tem contraído o hábito de não mais erguer a cabeça, recheada das estonteadas idéias de um sórdida cobiça”. LIMA, J. Lopes de. *Dicionário Corcundativo ou Explicação das frases dos corcundas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821, p.5. Encontramos tal definição no Dicionário Corcundativo inserido no periódico *O Universal*.

<sup>292</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 10/03/1830, n. 414.

<sup>293</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 15/10/1827, n. 040.

### 3.3. Constituição, Leis e Religião

O intercâmbio de signos, nos quais nos referimos fica mais evidente quando se trata do processo de construção da “sacralização” da Constituição, das Leis e do próprio Liberalismo. Damos o nome de “sacralização” por compreendermos, após as leituras dos periódicos liberais mineiros, que os liberais tentaram construir uma continuidade sêmica entre as Leis, a Constituição e o simbolismo religioso. Para o historiador Wlamir Silva: “no limite dos seus esforços [dos liberais mineiros], caberia a identificação da religião com a própria essência liberal<sup>294</sup>”.

Vemos, nos extratos dos periódicos, referências aos signos religiosos sempre associados à Constituição. Podemos observar que vários extratos fazem menção de que a idéia Constitucional já estaria presente no Evangelho, como é o caso do extrato do jornal *Astro* publicado n’ *O Universal* que trata, dentre outras coisas, da liberdade de imprensa:

Se em algumas expressões houve excesso, merece perdão o zelo que as ditou: um Cristão, que capricha no desempenho dos seus deveres, que lê no Evangelho a aprovação dos governos Constitucionais e a condenação dos despóticos, não pode deixar de indignar-se, quando vê a maneira porque caminham os Negócios Públicos. Confiamos na Providencia, patrícios meus, ela não há de permitir, que inda outra vez volvam os aziagos dias do abominável despotismo<sup>295</sup>.

Ainda sobre a menção de a idéia Constitucional estar presente no Evangelho encontramos, n’ *O Universal*, um paralelo entre os atos de Jesus Cristo e os atos constitucionais, onde para o redator: “até Jesus Cristo se reconheceu sujeito a Lei”. Mais além, localizamos, no periódico liberal *Estrela Marianense*,<sup>296</sup> um artigo comunicado pelo cognominado “Observador Marianense” onde este demonstra que das reflexões de *Civique de Gastine* nasce um “Deus Constitucional”, pois:

...o próprio Deus, criador da natureza, quando faz aliança com os Israelitas, depois de os ter libertado da ignominiosa e pesada escravidão dos Egípcios, sob cuja dependência eles gemiam por tantos anos, deu nesta época para sempre memorável uma prova incontestável que era mais conforme com a sua dignidade tratar com o povo livre como Deus Constitucional, do que com um déspota com um povo

---

<sup>294</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 292.

<sup>295</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 07/05/1827, n. 283.

<sup>296</sup> Embora tal extrato já tenha sido usado na tese do historiador Wlamir Silva e não corresponda exatamente ao Primeiro Reinado, nós consideramos ser possível a sua correspondência com as questões aqui tratada, pois o periódico faz parte dos jornais pertencentes ao ciclo liberal e sua data é muito próxima do Primeiro Reinado.

escravo. E o mesmo Deus (...) entretinha nele o santo amor da Independência e da Liberdade, que ainda hoje abraça o coração de todos os verdadeiros cristãos (...)

Lê-se no capítulo 21 vers. 1º do Êxodo: Eis aqui (diz Deus) as ordenanças da justiça, que vós proporeis ao povo – ora é evidente e incontestável, que por estas palavras, - que vós proporeis ao povo – Deus entendia, que elas seriam submetidas à sua discussão, a fim de sofrerem emendas, e que outras mudanças e melhoramentos; ao que estão sujeitos todos os projetos de Leis apresentados aos povos, ou a seus representantes (...)

Está provado que o Deus de Israel tinha idéias Liberais e que uma assembléia do Povo, onde seus representantes, para discutir as Leis, é não só justa e legítima, mas que é santificada pela presença de Deus, que a preside invisivelmente, pois que ele é mesmo que o tem querido e assim ordenado.

Prossigamos, e ajuntemos algumas citações, para tornar mais fortes as do que avançamos, e que abundam no Êxodo, onde se lê no Cap. 24, vers. 3 – Moisés veio pois referir ao povo todas as palavras, e todas as ordenanças do Senhor, para ver se ele as aceitava.- e o povo respondeu unicamente- nós faremos tudo quanto o senhor tem dito.- Este terceiro verso é sem réplica, porque não há, nem pode haver outra maneira de interpretar estas palavras, para ver se ele as aceitava[...]. Advirto que o povo [...], não se [o]brigava realmente a fazer senão o que o senhor tinha dito, e escrito, e de que se vinha lhe dar o conhecimento; mas que o seu dever não se estendia a fazer tudo quanto deus quisesse, o que certamente este Deus de liberdade, não exigia deles de algum modo, porque ele queria ensinar pelo seu exemplo aos Monarcas futuros, que um Rei não é a imagem de Deus cá na Terra, senão quando comanda homens livres...[...]É pois, evidente, e incontestável que este *Deus Liberal*, Deus de Paz, de Liberdade, e consagrando o princípio – que era preciso o consentimento do povo para legitimar as Leis, -tem tocado de nulidade todos aqueles, que não forem revestidos desta santa formalidade.

No Cap. 24, vers. 7º se lê: - “ tomou depois o livro (Moisés), onde estava escrita a Aliança, e o leu diante do povo, que diz que depois de ter o ouvido: - nos faremos tudo quanto o Senhor tem dito, e lhe seremos obedientes ”. Foi depois que o povo ouviu a leitura do livro, foi depois de se ter certificado, que as Leis lhe convinham, e que não convinham coisa alguma de contrario aos seus costumes, e aos seus usos, que se obrigou ao voto solene, e sagrado de observá-las. Teve depois a aliança lugar entre Deus, e ao povo de Israel, o qual não considerava o Eterno, senão como um Deus Constitucional, pois a Lei era arbitra que devia pronunciar sobre todas as diferenças, que no porvir pudessem-se suscitar entre si [...].

Visto o que se acaba de ler, toda outra citação seria supérflua, para provar, que não somente as idéias liberais, e os princípios de uma sábia Liberdade apoiada na Lei, e por ela dirigida, em nada são opostos aos dogmas da Religião,, antes não podem ser condenados, nem rejeitados sem cometer-se um horrível sacrilégio, pois que o próprio Deus é o seu Autor<sup>297</sup>.

São vários os extratos que designam a Carta Constitucional como “Santa Constituição” e a chamam de “Sagrado Código”,<sup>298</sup> tal como pode ser visto nos seguintes extratos que criticam o sistema absolutista:

Eis aqui leitores os efeitos de um governo absoluto: é ele o pior dos flagelos que pode sofrer a humanidade; “a voracidade dos déspotas excede à do tempo! Que

<sup>297</sup> SLVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. p. 295.

<sup>298</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/01/1829, n. 237.

centenas de milhões de vítimas levadas aos altares da morte, para sustentar a loucura de um príncipe despótico, o orgulho de um Ministro pérfido!!! Será este quadro menos horroroso que o de uma república? Poderá ele mesmo aparecer agradável ainda mesmo ao Telegráficos?  
Talvez assim aconteça, porque é este objeto dos seus desejos por si só se cansam em descrever os males do governo Republicano, sem que façam os merecidos elogios a nossa Santa Constituição, e sem que toquem no execrado governo absoluto<sup>299</sup>.

Estes malvados afirmam que, se tornasse o governo absoluto acima (maldito ele seja para sempre) extinguindo-se a nossa Santa Constituição, logo havia de aparecer dinheiro de toda a casta em abundância (por encantos) e as notas do falaz banco haviam de ter o seu devido valor e tudo havia ficar barato,(por arte mágica). Asseveram mais estes traidores da Pátria que se tal acontecesse quero dizer, se for proclamado o absolutismo, todos alcançariam melhor justiça e até mesmo a remissão dos pecados, pois a Constituição que atrapalha tudo. Que velhacos!... Que monstros!...Que traidores!<sup>300</sup>...

Inúmeras são as edições dos periódicos d' *O Universal* que estabelecem alguma correspondência entre a Constituição e algum elemento religioso, como podemos observar em um extrato sobre as atribuições das Câmaras, em que o autor critica a postura do Senado, denominando-a de despótica, e sobre a possibilidade de alterarem a constituição diz: “A Constituição é para nós o que a Arca Santa é para os Israelitas; o temerário que a ela tocava era castigado<sup>301</sup>”.

Sobre as aproximações da Constituição aos signos religiosos, podemos encontrá-las, inclusive, em diversas Correspondências, que trazem expressões do tipo: “Árvore sagrada da liberdade constitucional<sup>302</sup>” e “Santas Leis<sup>303</sup>”. Nos extratos seguintes, podemos ilustrar tal afirmação. No primeiro, encontramos uma correspondência criticando o periódico absolutista *Gazeta do Brasil* e no outro vemos reflexões que tratam sobre a liberdade:

No século das Luzes, em um tempo em que a árvore da Liberdade tem dilatado sua raiz pelas plagas americanas, máxime no Império do Equador, e já se começa a colher os mais sazonados frutos, e seus dilatados ramos oferecem a sombra mais amena a todos que experimentaram os rigores da escravidão, em um tempo, em que o sistema Constitucional se tem quase climatizado em todas as províncias brasileiras, é neste mesmo tempo senhor redator, que se prodigalizam louvores ao redator da *Gazeta do Brasil*, que inspirado pelo hediondo gênio do despotismo só procura solapar o magnífico Sistema Constitucional, para o fazer tombar da sua base salpicada do sangue dos nossos Irmãos que foram sacrificados nos Altares da Liberdade; desconjuntando desta maneira todas as pedras angulares. (...) Desta análise conluo que o redator da *Gazeta do Brasil* está em campo com as atalaias

---

<sup>299</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 07/12/1829, n. 375.

<sup>300</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 20/11/1829, n. 368.

<sup>301</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 04/10/1826, n. 191.

<sup>302</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 07/12/1829, n. 375.

<sup>303</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 07/12/1829, n. 375.

da liberdade pública, e quer plantar a árvore do despotismo sobre as ruínas da Divina Constituição e muitos já lhe desejam entoar o hino do Triunfo – Ovanas Hominum Curas- os Povos que uma só vez provam o néctar da Liberdade, dificultosamente retrogradam<sup>304</sup>.

Sr. Redator, se aquele que firme na órbita dos seus deveres e com a mira unicamente no bem público pugna pela estrita e religiosa observância da Lei fundamental do Império, dessa lei selada com o terrível juramento, e da qual só nos pode vir a felicidade, não está na ordem é revolucionário, é anarquista, onde estão o que vem a ser esses... que desmoralizando os incautos com as doutrinas heterodoxas e inteiramente opostas á aquele **sagrado Código**, e afetando interesse pelo altar e pelo Trono comprometem e sacrificam com a mais pasmosa contradição este mesmo Trono, este mesmo altar de que se inculcam defensores? Diga-me, mas para que? O Brasil inteiro conhece estes heróis. Quando pelos ditames da justiça, da Razão, da Lei e até mesmo do Brasil inteiro o meu credo político não é e nem tem sido outro que o IMPERADOR e a CONSTITUIÇÃO por ele e por nós jurada; a Constituição e o Imperador, eis as meninas dos meus olhos, eis os objetos augustos e venerados à que consagro o mais puro e decidido amor<sup>305</sup>.

No exercício liberal de afirmação da Constituição e, conseqüentemente, do respeito às leis, os liberais procuraram demonstrar uma certa correspondência entre a submissão às leis e a submissão à religião, ou seja, buscaram indicar a subordinação às leis como algo estabelecido pela religião, pois, nas palavras do redator, “Formada nossa Santa Religião para fazer-nos felizes, nos ensina nossos deveres como cidadãos, nos ordena a submissão as leis e uma inteira adesão às ordens de um Governo sábio e livre<sup>306</sup>”.

Como já dissemos, foi um exercício diuturno dos liberais a procura da identificação da religião ao liberalismo e à Constituição. Para eles, a religião tinha inclusive a função de orientar os cidadãos para o cumprimento das Leis. Em relação a essa afirmação, podemos verificá-la, entre outros extratos, na publicação trazida pelo *O Universal*, de uma nota da Pastoral do Bispo de Barbasiro aos Párocos da sua Diocese, na qual ele diz ser a “Constituição o Baluarte da Religião”. Segundo o clérigo:

Entre os deveres do homem posto em sociedade, apenas achará outra lei mais expressamente intimada, e mais recomendada com os exemplos do Rei dos Reis, Jesus Cristo Senhor nosso, e de seus Apóstolos, que a obediência aos poderes legítimos, como podem ver no Santo Evangelho, epistolas de São Pedro, e de S. Paulo, e outras divinas escrituras. Ridícula, e ilusória será esta obediência se contentes os súbditos com um insignificante respeito, nem procuram saber as leis, que lhes impõe nem se conforma a elas.

Amados curas nossos, quando o Governo, e vosso Bispo vos manda, que explique aos vossos fregueses, não vos quer dizer que levanteis na vossa Paróquia uma

---

<sup>304</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 17/12/1827, n. 067.

<sup>305</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/01/1829, n. 237.

<sup>306</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 31/03/1826, n. 111.

cadeira de Jurisprudência, não vos dizem que vos intrometeis imprudentemente a indagar o que estiver fora do vosso alcance, e de vossos fregueses, expondo-vos a dar essas leis fundamentais um sentido oposto às mesmas; o que vos dizem é que sigais sua letra; o que vos dizem é que trabalheis para que advirto os povos que esta Constituição é o baluarte da Religião de nosso país, e a base política da Monarquia e que assegure a felicidade da Nação, do Rei, e de cada um de nós, observando-a religiosamente<sup>307</sup>.

A afirmação das leis foi uma variável importante no discurso e na pedagogia liberal, inclusive, no que se refere ao exercício de defesa da Constituição, o qual, como já verificamos, recorria ao uso de signos religiosos para reforçar o caráter sagrado desta. Sempre se baseando nas Leis e no pacto social advindo delas, que os liberais orientaram seu discurso, inclusive, quando se tratava de temas como felicidade e liberdade.

Para os liberais, os cidadãos dependiam das Leis para desfrutarem desses benefícios, só pela Lei se chegaria à felicidade e à liberdade. É o que podemos observar nas linhas redigidas pelo redator d' *O Universal*: “Soberanos do mundo! Abjurai em fim os nefandos e destrutivos princípios de uma política insensata: restitui a vossos súditos uma justa liberdade, sem a qual tudo desfalece no estado. Ela é a base da vossa e da sua felicidade<sup>308</sup>”. Essa mesma idéia ecoa em outro extrato também deste periódico:

Povos escravos, admirai o poder da liberdade e dizei a vossos Srs.: Por que não somos livres? Nós seríamos ricos e felizes. E por que a Liberdade tem tanta influência sobre a prosperidade e poder dos Estados? Porque os povos não se multiplicam, se não quando gozam de riqueza e felicidade, e para obter esses bens é preciso de sua propriedade e sua liberdade individual sejam protegidas pelas Leis, e fiquem ao abrigo dos caprichos da arbitrariedade<sup>309</sup>.

Através das nossas leituras d' *O Universal*, observamos que a noção de Liberdade concebida pelos liberais mineiros é uma noção baseada nas reflexões do pensador francês Montesquieu e na Constituição Portuguesa<sup>310</sup>. Para este pensador:

Deve-se ter sempre em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as Leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder<sup>311</sup>.

---

<sup>307</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 14/04/1826, n. 117.

<sup>308</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 07/05/1827, n. 283.

<sup>309</sup> *O Universal*, 16/02/1828, n. 093.

<sup>310</sup> NEVES, Lúcia Maria Bastos das. *Uma nova cultura política: os folhetos no debate da Independência do Brasil*. In: MOREL, Marco. p. 14.

<sup>311</sup> MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. p. 200.

Verificamos a presença de semelhantes idéias em vários extratos que falam de liberdade durante toda a extensão das publicações. Uma idéia de liberdade sempre fundada na observância das Leis, como verificamos nos seguintes extratos. No primeiro, encontramos uma citação do próprio Montesquieu; no segundo o redator escreve sobre o valor das leis e no terceiro que, ao sugerir orientações sobre as eleições na província, ele mesmo acaba falando sobre leis e liberdade:

O célebre autor do espírito das Leis diz que, *ser livre não é fazer o que se quer, mas o que se deve fazer*. Segundo este princípio incontestável, nenhum homem sobre a terra pode pretender um total independência. Quais querem que fossem as instituições e convenções humanas elas nunca puderam consentir que membro algum de uma sociedade gozasse de absoluta independência, ou do direito de fazer o que fizesse. Para que um homem fosse independente seria preciso que ele saísse de sua natureza, que renunciasse a sua própria espécie. Leis necessárias dirigem todos os entes da natureza e constituem para nós a ordem do universo; leis naturais igualmente necessárias dirigem os homens e mantêm a boa ordem da sociedade. Não confunda, pois uma quimérica independência, ou uma destrutiva licenciosidade, com a verdadeira liberdade que deve ser a herança de todo o ente sociável e sensato, e que é de sua natureza um direito inalienável, do qual somente a natureza e a justiça nos podem privar<sup>312</sup>.

É só à Lei que os homens devem a justiça e a liberdade. É este órgão saudável da vontade de todos que restabelece o direito a igualdade natural entre os homens. É esta voz celeste que dita a cada cidadão os preceitos da razão pública, e lhe ensina a obrar segundo as máximas do seu próprio juízo e a não estar em contradição consigo mesmo<sup>313</sup>.

Convém que nos vamos habituando a obedecer escrupulosamente as Leis, não tanto pelo temor das penas coercitivas, como pelo respeito, que devemos professar por estas regras da ordem social, estabelecidas pelos nossos representantes, lembrandonos que sem Lei e sem cumprimento, nem ventura na associação civil<sup>314</sup>.

Da Liberdade- Lendo-se a história achará que todos os povos livres têm prosperado, e que os GORVERNOS DESPÓTICOS DESPOVOAM A TERRA, a Inglaterra livre a mais de um século, tem levado sua riqueza e seu poder ao mais alto grão: sua população de 14 milhões de homens, que não ocupa mais de um ponto sobre o globo, Senhora do Comércio do Mundo e dieta Leis à Europa. A América é livre a mais de 30 anos, e neste intervalo a sua população triplicou rica, e poderosa, ela ocupará um grande lugar entre as Nações. A Holanda livre pôde lutar em outro tempo contra todas as forças da Espanha e contra Luiz XIV. Povos escravos admiram o poder da liberdade, e dizem aos vossos Srs.: *Porque não somos livres? Nós seríamos ricos e felizes*. E porque a liberdade tem tanta influência sobre a prosperidade e poder dos Estados? Porque os povos não se multiplicam se quando gozam de riqueza e felicidade, e para obter esses bens é

---

<sup>312</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/04/1827, n. 280.

<sup>313</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/04/1827, n. 279.

<sup>314</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/01/1829, n. 243.

preciso que sua propriedade e sua liberdade individual sejam protegidas pelas Leis, e fiquem ao abrigo dos caprichos da arbitrariedade<sup>315</sup>.

Ainda sobre o discurso dos liberais que proclamam a necessidade das leis para a realização de uma vida feliz em sociedade, e do pacto social advindo delas para se atingir a liberdade, vemos um extrato intitulado “Discurso Sobre a Liberdade”, d’ *O Universal*, onde o autor afirma que:

A liberdade é a faculdade que tem um homem de fazer para o seu próprio bem tudo o que permite a natureza do homem em sociedade. Esta definição servirá de distinguir a verdadeira liberdade daquela total, e quimérica independência, que nunca foi à partilha do homem. Quando a liberdade nos faz cometer ações opostas às leis da natureza e da razão, e contrariar, por conseguinte ao fim da sociedade, não é mais um delírio que os nossos consócios não podem a tolerar, antes as devem, por interesses de todos, reprimir e castigar. Mas por outra parte, quando a lei nos impede de fazer, o que a natureza, a razão, e o bem da sociedade exigem de nós, ou nos permitem é injustiça, tirânica e excede o seu poder visto que toda lei civil só pode aplicar as leis daquela natureza, ou interpretá-las de modo mais conforme ao bem da sociedade<sup>316</sup>.

A necessária associação entre a liberdade e a lei, estabelecida pelos liberais, pode ser encontrada inclusive em outros recursos<sup>317</sup> da pedagogia liberal, como por exemplo, na veiculação de notícias de outros países, sonetos, anedotas ou como no extrato seguinte, intitulado Belo Exemplo de Heroísmo:

Anunciando-se a uma matrona da Grécia a morte de um filho seu, que tinha acabado em um combate, defendendo valorosamente a liberdade da Pátria, ela respondeu com muita tranqüilidade: \_ Quando eu o dei ao mundo não foi decerto para outro fim.  
Que nobres sentimentos não infunde em ambos os sexos o amor a liberdade, fomentado por uma sábia legislação!!!<sup>318</sup>

---

<sup>315</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 10/03/1828, n. 103.

<sup>316</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/04/1827, n. 280.

<sup>317</sup> Além das diversas estratégias supracitadas, vários são os artifícios pedagógicos utilizados pelos liberais na afirmação da importância da Constituição e das Leis, artifícios que vão desde sonetos até definições em dicionários, como no Dicionário Corcundativo, como podemos ver: “Constituição – Plano de desordem (é um corcunda que fala) inventado pelo espírito de seita na sua efervescência, e que o povo, não sei porque aplaude, mas que ainda que trouxesse contigo melhoramentos úteis, para ser desprezível basta ter começado debaixo para cima, sendo que só os Reis e os Ministros tem o poder recebido do Céu de mudar o governo, a que os outros homens devem obedecer cegamente, como um rebanho ao seu pastor”.(*O Universal*, 26/06/1829, n. 305.) Também fez parte do didatismo liberal, comparações entre os elementos presentes no sistema constitucional e no sistema absolutista, como vemos em um extrato na sessão Interior, denominado Sobre as prisões onde diz o autor que: “As cadeias nos governos constitucionais devem ser lugar de detenção e segurança, e não de aflição e tormento: delas se deve afastar a dureza do tratamento e a espantosa miséria que são suas companheiras nos governos despóticos”. (*O Universal*, Ouro Preto, 27/11/1829, n. 371.)

<sup>318</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/11/1829, n. 371.

Podemos verificar, no contexto da pedagogia liberal, que o conceito de liberdade é dissociado da idéia de liberdade democrática, considerada pelos liberais mineiros como antagonica à prosperidade social e por eles associada ao regime republicano, tal como podemos observar nos seguintes extratos:

Deveis saber o Príncipe que todos os que desejam a escravidão ou a Liberdade puramente Democrática no Brasil, são vossos inimigos, porque só a Constituição pode ser a alma da vida política de V.M.I., como sabiamente ponderou o amigo dos mineiros, o digno Vasconcelos<sup>319</sup>.

A liberdade não consiste, pois, como algumas pessoas imaginam em uma pretendida igualdade entre os Cidadãos, quimera adorada nos Estados democráticos, mas totalmente incompatível com a nossa natureza, que nos desiguala pelas faculdades, ou sejam do corpo ou do espírito<sup>320</sup>.

A responsabilidade e o castigo (pensamos nós) deviam pesar sobre todos aqueles que atentassem contra a forma de governo estabelecido; pois que é tão criminoso o escravo que intriga a favor do despotismo, como o Democrata que pretende república, onde só convém aos povos a Monarquia Constitucional<sup>321</sup>.

Observamos também que fez parte da estratégia liberal, a associação da Constituição ao Rei, dado o caráter simbólico deste. Foi tarefa diuturna dos liberais implementar a idéia de complementaridade na relação Constituição – Imperador, onde “os brasileiros não querem Constituição sem Imperador, nem Imperador sem Constituição (...)”.<sup>322</sup> Vários são os extratos d’ *O Universal* onde o Imperador aparece como o “criador da Constituição”, mas uma constituição cujo nascimento era inevitável, pois: “(...) a Constituição, enfim, é a base mais firme de uma Monarquia bem ordenada, aonde a sociedade não é sacrificada aos interesses de alguns, mas em que as Leis tem por fim o bem do maior número<sup>323</sup>”.

Podemos observar a identificação: “Constituição – Imperador”, em diversos extratos, desde artigos escritos no jornal *O Universal*, pelo deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, até Votos de Graça dados ao Imperador por sanções de lei. Eis alguns exemplos:

Uma verdade de que se não poderá duvidar sem crime, é que o S. M.I. deu ao Brasil espontaneamente a sem coação alguma a Constituição que nos rege. O Pacto Social tantas vezes consagrado pelo MONARCA LEGISLADOR tem sido tocado por mãos impuras e sacrílegas: os autores de projetos anti-políticos e anti-

---

<sup>319</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/10/1828, n. 202.

<sup>320</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/10/1829, n. 353.

<sup>321</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/01/1829, n. 243.

<sup>322</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 13/03/1829, n. 261.

<sup>323</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/06/1828, n. 145.

constitucionais chamando-se Amigos do Trono são os primeiros que procuram derrubar as instituições do Monarca<sup>324</sup>.

A Constituição Augusto Senhor obra prima do Imortal fundador e defensor perpétuo do Brasil é a fonte de que derivam todos os bens apetecidos pela nação brasileira. I- Sancionado tantas Leis reclamada pela justiça e pelas luzes do século em que vivemos, tem adiantado a passos largos a civilização desse povo, que tanto ama o S.M.I. Pouco duradoura teria de ser a glória que cerca o nome Augusto de Pedro I, se V.M.I. se limitasse tão somente a ser o Libertador da Nação brasileira (...)<sup>325</sup>

Dentro do processo pedagógico liberal, encontramos também sonetos falando do Imperador e Constituição, e extratos criticando os absolutistas, opondo-os à Constituição e, conseqüentemente, ao Imperador, como verificamos nos extratos seguintes:

Os furiosos absolutistas vomitam incêndios e mortes contra os pacíficos adoradores da Constituição e do Augusto Monarca do Brasil. Em sua alienação mental contavam eles com o perjúrio do Imperador e traçaram mil planos de devastação e de vinganças. ...Mas oh desgraças das desgraças!!! Tudo se perdeu. O Imortal Pedro I em 1829, professa os mesmos princípios que proclamara em 1822. Respeita a Constituição, obra sua, e dá a esses desgraçados a prova mais saliente do seu Liberalismo, deixando-os escrever contra esses princípios e contra essa Constituição, que os protege<sup>326</sup>.

Soneto

Brasil adusto, dobra o seu cocar,  
Beija com o rosto alegre a Augusta mão,  
Que nos deu liberal Constituição,  
Que faz a liberdade triunfar:

Para longe de nós vá-se ocultar,  
Desses corcundas a infernal traição,  
Que os bons Representantes da Nação  
Suas maquinações hão de esmagar:

Debalde, ó vis corcundas, vós cansais  
Que a nação brasileira sabe bem,  
Desviar-se dos laços que lhe armais:

Feliz Constituição é hoje a quem  
Adoramos: Se dela não gostais,  
Despotismo, acabou, nem mais convém<sup>327</sup>.

Deste modo, podemos considerar que os alicerces do discurso liberal eram fundamentados com base na afirmação da necessidade de uma Constituição para a felicidade

---

<sup>324</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 27/10/1828, n. 202.

<sup>325</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 18/05/1829, n. 288.

<sup>326</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 30/01/1829, n. 243.

<sup>327</sup> *O Universal*, Ouro Preto, 16/01/1829, n. 237.

social. Felicidade que, por sua vez, só era possível graças à liberdade existente no regime constitucional, e por ser esta ancorada nas Leis, isto é, na própria Constituição. Esta última foi a todo o momento associada pelos liberais, dada a estratégia destes de revesti-la de um caráter “sagrado”, aos signos religiosos e à figura do Imperador.

## CONCLUSÃO

Nesta dissertação, procuramos compreender como no Primeiro Reinado (momento de edificação de um Estado Nacional propriamente brasileiro) a elite política mineira liberal-constitucionalista, em seu projeto político didático-pedagógico de implementação de um liberalismo (tido pelos historiadores como moderado), norteadada pela afirmação das leis e da Constituição, que, por sua vez, lhe permitiriam uma maior representatividade no âmbito governamental brasileiro, relacionou-se com aqueles que defendiam o poder centralizado nas mãos do Imperador. Entre eles, a Igreja (instituição base do absolutismo no Brasil).

Procuramos compreender também como a elite política liberal, na oposição que fez à Igreja, relacionou-se com o simbolismo religioso, tendo em vista, o exercício dos liberais de elaborar e difundir uma visão diversificada da religião católica institucionalizada.

Nossa investigação sobre esse processo se deu por dois vieses. No primeiro, observamos o combate estabelecido pelos liberais da capital da província, Ouro Preto, contra o Ministério e alguns setores do Senado (instituições que representavam os anseios do Imperador) e contra a Igreja Católica, suas práticas e seus Membros da “alta hierarquia” ou representantes das Ordens religiosas. O segundo viés de investigação procurou observar como no âmbito dos procedimentos didático-pedagógicos utilizados pela elite liberal, para a disseminação de seu projeto, houve um intercâmbio de signos, ou seja, como os liberais utilizaram os signos religiosos na construção do seu discurso de afirmação da Constituição, bem como da importância das leis para o desenvolvimento da sociedade.

Assim sendo, procuramos demonstrar como os liberais, na tentativa de imposição de limites à ação do Imperador, não podendo atacá-lo diretamente, dado a sua força simbólica, opuseram-se e criticaram as instituições que de alguma forma estavam vinculadas a D. Pedro I, como o Ministério e alguns setores do Senado. Observamos que esses confrontos além de buscarem evitar a centralização do poder nas mãos do Imperador, constituíram uma espécie de aviso para acautelar o mesmo.

Verificamos também que no embate contra a principal instituição absolutista da província, a Igreja, os liberais não podendo negligenciar o *ethos* religioso mineiro, buscaram, na oposição que fizeram a ela, propor uma religiosidade desvinculada dessa instituição.

Dentro dessa perspectiva, procuram defender uma religiosidade baseada, segundo eles, no “Evangelho” e na “religião primitiva”, e não nas ordens da Cúria Romana.

Observamos também que no exercício diuturno de associar a lei e a constituição aos signos religiosos, os liberais estabeleceram um discurso que reconduzia a origem do liberalismo aos dogmas daquilo que denominavam “religião primitiva”.

Verificamos ainda que, para os liberais, somente através das leis haveria um pacto social que levaria à liberdade, sendo essa noção de liberdade baseada no filósofo francês Montesquieu.

Percebemos que alcançamos nosso objetivo que era o de identificar, como nos primórdios da edificação do Estado nacional brasileiro, a elite política liberal de Minas Gerais, fundamental no processo de independência do Brasil e com significativa participação e importância na Corte, procurou implementar um projeto liberal-constitucionalista na província, utilizando para isso vários meios, como foi o caso da imprensa. Esta foi o instrumento por excelência de expansão do discurso liberal naquele momento, e, como já dissemos, um discurso didático-pedagógico, ancorado nos termos Constituição e leis e que, para afirmação desses conceitos, utilizou os signos religiosos.

Contudo, esta pesquisa deixa a seguinte indagação: a afirmação de uma religiosidade cristã “primitiva” contra a Igreja católica e o posicionamento contra a Cúria Romana, o Papa e suas determinações, seria apenas uma estratégia liberal ou esse discurso já continha germes da separação Igreja/Estado, só consolidada no final do século XIX<sup>328</sup>?

Tal questão será respondida em outra oportunidade, por enquanto ficará na cabeça desse estudante, que se encontra cada dia mais espantado com a complexidade e beleza da História de Minas do século XIX.

---

<sup>328</sup> Todavia, aqui não podemos esquecer do Padroado presente no Estado Nacional brasileiro.

## **FONTES**

### Principal:

O Universal – Ouro Preto (1825-1831)

### Auxiliares:

O Telegrapho – Ouro Preto (1830)

O Novo Argos – Ouro Preto (1829-1831)

Estrella Mariannense – Mariana (1830-1831)

Astro de Minas – São João del Rei (1827-1831)

O Compilador Mineiro – Ouro Preto (1825)

O Farol Paulistano – São Paulo (1827)

## BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Alex Lombello. O Astro de Minas contra a Correnteza. Monografia de Especialização História de Minas do Século XIX. UFSJ, 2003.

ANDRADE, Mariza Guerra de. A educação exilada: o colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Entre a Roça e o Engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

ÁVILA, Affonso. As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural. In: O Lúdico e as projeções do Barroco II: áurea idade áurea da terra. São Paulo: Perspectiva, 1994, 3ed.

BARBOSA, Wilmar do Valle. Considerações sobre o rumo da ética e da religiosidade em um mundo flutuante. In: Teoria e Cultura. Juiz de Fora: Editora UFJF, v.1. 2006.

BARRETO, Vicente. Introdução ao Pensamento Político de Silvestre Pinheiro Ferreira. In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Idéias Políticas. Rio de Janeiro: Puc/ Editora Documentário, 1976.

BARROS, José D'Assunção. O campo da História: especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes: 2004.

BASILE, Marcello Otávio. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. In: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: UFRJ/7Letras, 2001, v.3.

BERGER, Peter. O Dossel Sagrado. São Paulo: Paulus, 2003.

BIRMAN, Patrícia. Modos periféricos de crenças. In: SANCHIS, Pierre (org). Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOSCHI, Caio C. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, vol.4, n.7, 1991.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL, 2007.

\_\_\_\_\_. Razões Práticas. Campinas: Papyrus, 1996.

BURKE, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: EDUSP, 1994, 2ed.

CAMURÇA, Marcelo. Ciências sociais e ciências da religião: polêmicas e interlocuções. São Paulo: Paulinas, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. Teatro das Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

\_\_\_\_\_. José Murilo de. A Construção da Ordem – A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

\_\_\_\_\_. José Murilo de. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira entre os séculos XVIII e XIX. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte : Cedeplar/UFMG, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização da Metrópole: In: MOTA, C.G.1822 Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1986.FALCON, Francisco José Calazans. A era pombalina. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Porto Alegre: Globo, 3.ed. 1976.

\_\_\_\_\_. Existe um pensamento político brasileiro? São Paulo: Ática, 1994.

FERREIRA, Oliveiros S. Os 45 cavaleiros húngaros – uma leitura dos Cadernos de Gramsci. São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB, 1986.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: AnnaBlume, 2003.

\_\_\_\_\_.O Mosaico Oitocentista: historiografia e diversidade regional. In: Revista eletrônica Tempos Gerais, UFSJ, 2001.

FORTES, Solange Sabino Palazzi. Atividades Produtivas em Vila Rica. In: LPH-Revista e História, Mariana, v.1, n.1, 1990.

FURTADO, José Luiz. Introdução à Filosofia política e social. Ouro Preto: UFOP, 2001.

GRAMSCI, Antônio. Caderno do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. A era das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HORÁCIO, Heiberle Hirsberg. A escravidão na imprensa mineira do século XIX. Cadernos de História - UFOP. Ano 3, n.2. Ouro Preto, 2009, [www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria](http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria)

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1985, Tomo II, 2º volume.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1999.

LENHARO, Alcir. Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma Sociedade Escravista: o caso de Minas Gerais". In SZMRECSÁNYI, Tamas & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) História econômica da Independência e do Império. São Paulo, HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996.

MARIZ, Cecília. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata, As religiões no Brasil, Petrópolis: Vozes, 2006.

MARTINO, Luís Mauro. Religião e senso comum: uma perspectiva a partir de Gramsci. Revista Nures, v.1, n.1. São Paulo: Núcleo de Estudos Religião e Sociedade, 2005. <http://www.pucsp.br/nures/revista1/luis.pdf> .

MARX, Karl. O 18 Brumário de Louis Bonaparte: Marx – Engels. Obras escolhidas. Lisboa: Avante; Moscovo: Progresso, 1982, Tomo I.

MATTOS, Ilmar Rohloff. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

MONTEIRO, Tobias. História do Império: O Primeiro Reinado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

MONTESQUIEU. Do espírito das leis. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 2000.

MOREIRA, Luciano da Silva . "A necessidade de amar": narrativa de ficção e cultura política no Mentor das Brasileiras (1829-1832). In: X Encontro regional da Abralic, 2005, Rio de Janeiro. Sentidos dos lugares, 2005.

MOREL, Marco. Animais, monstros e disformes: a zoologia política no processo de construção do Império do Brasil. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, vol.13, n.24, 1999.

\_\_\_\_\_. La Gênesis de la opinión pública moderna y el processo de independencia (Rio de Janeiro, 1820-1840). In: GUERRA, François-Xavier & LEMPÉRIÈRE, Annick. Los espacios públicos em iberoamérica. México: Fondo de Cultura Econômica: Centro Francês de estudos Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

\_\_\_\_\_. BARROS, Mariana Monteiro de. Palavra, Imagem e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Editora Revan: FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma nova cultura política: os folhetos no debate da Independência do Brasil. In: MOREL, Marco. História e Imprensa. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

\_\_\_\_\_. Liberalismo Político no Brasil: Idéias, Representações e Práticas (1820-1823). In: Guimarães, L.M.P.G.; Prado, M.E. (Org.). O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808). São Paulo: Hucitec, 6. ed., 1995.

PAIM, Antônio. O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro. São Paulo: Convívio, 1986.

\_\_\_\_\_. História das Idéias Filosóficas no Brasil. São Paulo: Convívio, 1984.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e a questão religiosa. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René. Por Uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RODRIGUES, José Carlos. Idéias Filosóficas e Políticas em Minas Gerais no Século XIX. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.

ROSANVALION, Pierre. Por uma história conceitual do político. In: Revista Brasileira de História, v.15, n.30, 1995.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo-1822. São Paulo: Edusp, 1974.

\_\_\_\_\_. Viagem às nascentes do Rio São Francisco. Belo Horizonte: Itatiaia. 1975.

SEMERARO, Giovanni. Tornar-se Dirigente: O projeto de Gramsci no mundo globalizado. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea de Paula. Ler Gramsci, entender a realidade. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta da Fumaça e a afirmação moderada na província de Minas Gerais. In: LOCUS- revista de História, UFJF, vol.4, n.1, 1998.

\_\_\_\_\_. Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, tese de doutoramento, 2002, p.288.

\_\_\_\_\_. A cultura política em periódicos mineiros do Primeiro Reinado. Projeto iniciação científica. São João del Rei: UFSJ, 2002.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria Coroada – O Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. São Paulo: Unesp, 1999.

SOUSA, Octávio Tarquínio. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora, 1988.

TEIXEIRA, Faustino. Sociologia da Religião – enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes: 2003.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. Visitas Pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e Intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidade para a história conceitual. Revista Brasileira de Educação. N.16. São Paulo: Editora Autores Associados, 2008.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

